



Volume XII - Número 2
Dezembro • Julho
1 9 9 7

**SOCIEDADE
Le ESTADO**

**FEMINISMOS
E
GÊNERO**

SOCIEDADE
e ESTADO

COMITÊ EDITORIAL

Brasilmar Ferreira Nunes
Maria Lúcia Maciel
Maria Angélica Madeira
Eurico A. G. C. dos Santos
Caetano E. P. de Araújo

CONSELHO EDITORIAL

Alice Rangel de Paiva Abreu
Bernardo Sorj
Bárbara Freitag Rouanet
Carlos Benedito Martins
Cesar Barreira
Elimar Pinheiro do Nascimento
Fernando Correia Dias
Gabriel Cohn
Gilberto Velho
Hélgio Trindade
Ivan Sérgio Freire de Souza
José Vicente Tavares dos Santos
Lúcia Lippi de Oliveira
Maria Brandão
Maria Suzana Arrosa Soares
Otávio Guilherme Velho
Renato Ortiz
Silke Weber
Wilma de Mendonça Figueiredo
Walder de Góes
Wanderley Guilherme dos Santos

PARECERISTAS

Celi Regina Pinto
Cynthia Sartre
Christiane Girard Ferreira Nunes
Deis Siqueira
Lena Lavinias
Lourdes Bandeira
Maria Isabel Baltar da Rocha
Mary Garcia Castro
Mireya Soares

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq

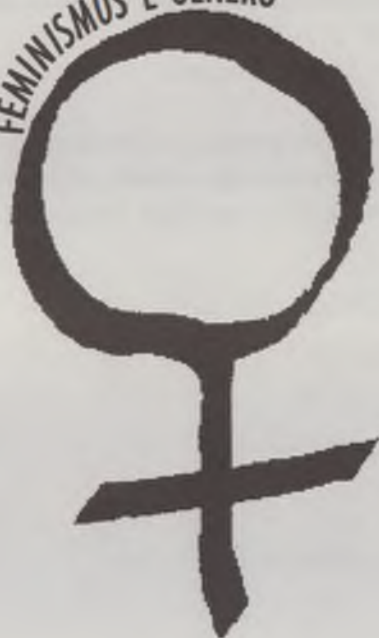


finep

VOLUME XII

SOCIEDADE
e ESTADO

FEMINISMOS E GÊNERO



NÚMERO 2
JULHO - DEZEMBRO
1997

issn 0102-6992

**SOCIEDADE
e ESTADO**

Revista semestral de Sociologia
Volume XII, número 2, julho-dezembro 1997

Impresso no Brasil sob a responsabilidade do
Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910-900 - Brasília - Distrito Federal

Copyright © 1986 by Departamento de Sociologia da UnB
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.
A Revista não se responsabiliza pelo teor dos artigos assinados.

Edição e distribuição



SIG Quadra 2 nº 460
70610 400 Brasília DF
fone (061) 343 1300
Fax (061) 343 1300
E-mail: paralelo@conectanet.com.br

ISSN 0102-6992

Sociedade e Estado / Departamento de Sociologia da Universidade de
Brasília - Brasília : Departamento, 1997 -

semestral

1. Sociologia . I. Universidade de Brasília - Departamento de Sociologia

CDU 301:321 (05)

Editorial

Brasilmar Ferreira Nunes, 221

Apresentação

Lourdes Bandeira e Deis Siqueira, 223

Artigos

Os percursos do gênero na antropologia e para além dela
Rita Laura Segato, 235

A perspectiva feminista no pensamento moderno e
contemporâneo
Lourdes Bandeira e Deis Siqueiras, 263

Feministas históricas e novas feministas no Brasil
Miriam Pillar Grossi, 285

Engendrando poderes em tempos neoliberais:
Feminismos e feminismos, reflexões a esquerda
Mary Garcia Castro, 309

A prática feminista e o gênero na construção do conhecimento
Eleonora Menicucci de Oliveira, 329

Feminismo contemporâneo no Quebec:
Entre as práticas e os discursos
Francine Descarries, 341

Estratégias das mulheres nos movimentos
e interesse dos homens no poder
Anette Goldberg-Salinas, 357

Resenhas

Educar: Una profesion de mujeres?, de Silvia Cristina Yannoulas
por Analía Soria Batista, 383

*Cidadania nas relações afetivo-sexuais no Brasil contemporâneo:
Uma questão de políticas públicas*, de Almira Rodrigues
por Luiz Mello de Almeida Neto, 389

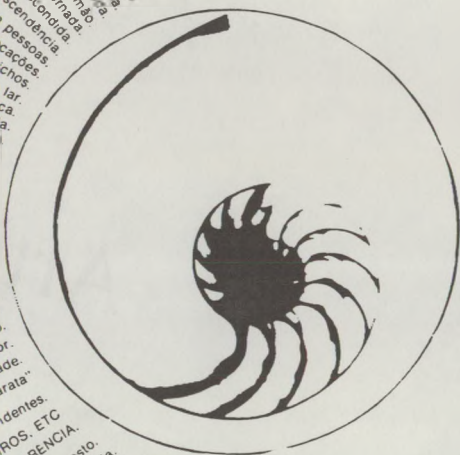
*Honradas e devotas Mulheres da colônia. Condição feminina nos
conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil - 1750-1822*,
de Leila Mezan Algranti
por Lourdes Bandeira, Deis Siqueira e Silvia Yannoulas, 393

Artigos

O que é a que é

de Alice Ruiz

Usada e abusada.
Palpável mas não.
Amalhada para mãe.
Acusada e recusada.
Cariada e unilataca.
Alienada e orientada.
Odenada e aborrida.
Solista e aborrida.
Boradeira e sempre a mão.
Atalada e bem escordada.
Moderada e vive escordada.
Dá à luz e vive escordada.
Transcende em descendência.
Mal informada em pessoa.
Foi vocada a não ter vocações.
Sem necessidades, só caprichos.
Inclinada por instinto ao ar.
Crítica e fadada a música.
Econômica nada entende de Economia.
Domingo, dia do Senhor, não é relaxo.
O que no homem é estilo, nela é relaxo.
Não dá tom e dança conforme a música.
Chora quando não tem mais nada a dizer.
Consumidora voraz e vorazmente consumida.
E o que mais consta e o que menos se nota.
No dicionário figura como a tema do homem.
Para compreender não tem muito o que aprender.
A melhor paisagem atrás do buraco da fechadura.
Produz pouco porque se reproduz e isso lhe basta.
Não precisa ser atualizada mas deve andar na moda.
A força que dispense para ser frágil continua oculta.
As suas tentativas de participação recebem como intromissão.
Já que não tem responsabilidade não pode ter mau humor.
Tem que ser uma obra de arte que não fique para a posteridade.
Perde tanto sangue que fica com o que se chama por aí de "Sangue de Barata".
Dócil, meiga, sutil e submissa, deixa aos homens os delitos correspondentes.
PRECISA-SE: TORNEIRO MECÂNICO, CONTADOR, ANALISTA DE SISTEMAS, ENGENHEIROS, ETC.
COM CAPACIDADE COMPROVADA, E DE UMA RECEPCIONISTA COM ÓTIMA APARENCIA.
Pode escolher entre o céu e o inferno, mas a terra não, essa é do sexo oposto.
Entre para a liberdade masculina através das traves da obediência.
Quanto mais espírito melhor, mas o futuro acaba junto com a idade.
Se for grande é porque está por detrás de um grande homem.
Sempre esperando e levando a fama de se trazer esperanças.
Seu entusiasmo e chamado de assanhamento.
Nascida para dentro al icará arte
que a terra coma o resto que os
filhos e os homens deixam.
Faz par mas embaixo.



Editorial

O presente número temático da revista *Sociedade e Estado* volta-se para a problemática do feminismo como campo privilegiado do pensamento social neste fim de século. Trata-se, de fato, de um tema que se firmou como um dos lugares de ruptura dos paradigmas tradicionais para se pensar a sociedade atual, colocando em xeque as inúmeras certezas conceituais dominantes.

Nesse sentido, seja em nível da construção teórica, seja em nível das práticas sociais, é todo um universo original que se densifica e se multiplica desempenhando papel fundamental no processo de construção dos discursos relevantes na contemporaneidade.

Os artigos selecionados refletem a diversidade e a pluralidade de entradas possíveis para se pensar sobre a condição feminina atual, e este número de *Sociedade e Estado*, com certeza, se tornará uma referência para as pesquisadoras e os pesquisadores da área.

Brasilmar Ferreira Nunes
Editor



Apresentação

O número da Revista *Sociedade e Estado* em torno da temática Feminismos e Gênero surgiu da oportunidade e da necessidade de se refletir sobre o que vem sendo identificado por alguns pensadores como a desestruturação e a crise do feminismo.

O desafio foi tão frutífero que, como se pode observar em alguns dos textos que compõem este volume, a chamada crise do feminismo é vista como falaciosa, considerando que o que ocorre é um processo de proposição de novo significado ao feminismo. Todos os textos remetem, ainda que de diferentes maneiras, à importância do movimento como gênese do conceito de relações de gênero e como meio de reestruturação do conhecimento no mundo contemporâneo. Ou seja, vivencia-se um momento ímpar, em que o feminismo pode ser lido em suas próprias ambigüidades, sendo que essas são compreendidas como constitutivas tanto do movimento feminista, como do conceito de gênero. Essas ambigüidades devem, por sua vez, serem pensadas, a nosso ver, em sua positividade, e isso porque, entre outros motivos, a postura metodológica para se refletir sobre o movimento feminista e sobre as relações de gênero é demarcada por novos elementos paradigmáticos, tais como:

- A diversidade e a pluralidade como categorias constituintes do movimento feminista e da noção de gênero, categorias que se refletem nos artigos em que se encontram vários olhares ou vieses sobre o feminismo, além de uma pluralidade de visões a respeito do conceito de gênero.
- O paradoxo entre o particular e o universal, na medida em que, por um lado, os estudos sobre mulher e sobre gênero partem do princípio da particularidade social, histórica e cultural da construção da Mulher e do Homem, variável portanto no tempo e no espaço. Por outro lado, parte também da certeza de uma postura universalista que agrega as diferentes situações e reflexões sobre a Mulher.
- A apropriação do conceito de gênero pode ser feita de forma particular pelos diferentes campos disciplinares. Em outros termos, há campos que dele se apropriam por meio de uma ótica essencialista, enquanto outros, mediante a ótica do construtivismo cultural.
- O caráter intrinsecamente transdisciplinar da noção de gênero.
- A interação constitutiva existente entre a noção de gênero ou de “rela-

ções de gênero” e o movimento feminista. Assim, por exemplo, o trânsito entre posições teóricas essencialistas e não essencialistas condiciona diretamente a dinâmica dos movimentos feministas.



Apesar de o objetivo de Rita Laura Segato, no trabalho intitulado “Os percursos de gênero na antropologia e para além dela”, propor uma avaliação sumária e pessoal da trajetória dos estudos de gênero na antropologia, a autora consegue demonstrar que uma única disciplina não pode dar conta da complexidade dos fenômenos sociais em geral e como a perspectiva de Gênero encontra-se no cerne da abertura transdisciplinar. Ao partir dessa constatação, a autora circula, em sua reflexão, por outras áreas do conhecimento tais como a psicanálise e a filosofia. Além disso, visibiliza a tensa aporia relativismo - universalismo presente nos estudos de gênero na antropologia. Por um lado, temos que Mulher e Homem são produtos histórico-culturais e logo, variáveis no tempo e no espaço; por outro, há um certo consenso sobre uma tendência à universalidade do gênero como estrutura hierárquica de subordinação. Ora, essa tensão não está presente apenas na antropologia, é uma constante nos mais variados campos disciplinares e apresenta-se na forma de coluna vertebral para qualquer estudo de gênero.

Ainda que não trate diretamente do feminismo, indica questões significativas de reflexão sobre esse, na medida em que, por exemplo, lembra as dificuldades que a tensão acima referida — entre o universalismo e o relativismo — coloca para definir a categoria Mulher com que o movimento social deve trabalhar.

Nessa direção, aponta como a visão construtivista de gêneros pode levar a um desmonte da categoria Mulher e, simultaneamente, à anulação das propostas feministas que buscam transcender as particularidades de nações ou agrupamentos humanos. O feminismo é assim entendido como movimento social de escopo universal em sua reivindicação dos direitos humanos das mulheres.

Segato consegue, portanto, dar estatuto acadêmico a um dilema central dos aportes que os estudos de gênero oferecem ao feminismo: a necessidade de uma premissa dessencializadora para demonstrar que não existe uma determinação biológica para o papel, tendencialmente universal, subordinado da mulher. Contudo, o movimento feminista necessita, simultaneamente, constituir sua essência para proporcionar uma unidade ao movimento social, transcendendo fronteiras geográficas, étnicas e sociais. Nes-

sa direção, pergunta-se ainda a autora, colocando em xeque o programa reformador dos feminismos: se há, de fato, uma estrutura profunda que rege essa universalidade, é possível pensar uma sociedade que, finalmente, eradique, dissolva essa estrutura que provou ser tão estendida e poderosa até o momento, ao longo do tempo e das culturas humanas?

Na seqüência, uma outra questão é apresentada: como observar e comparar mulheres, em sua concretude, sem problematizar a passagem da mulher genérica — da posição do feminino como categoria — para entidades concretas que representariam o gênero mulher em culturas diferenciadas e, ao mesmo tempo, sobre a base de uma anatomia comum?

Ademais, da idéia de que gênero trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos, sugere-nos questões centrais para a reflexão não apenas acerca do feminismo, como também dos movimentos sociais em geral, pois a autora destaca os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral. Assim, o gênero possibilita a emergência de um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao permitir-nos falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, sociais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas. Rita Segato mostra — uma vez que não há possibilidade de observação, em uma dada sociedade, do caráter igualitário dos gêneros — a razão de estarmos no domínio de uma estrutura que organiza símbolos que não são da ordem do visível. O poder revela-se, às vezes, com infinita sutileza.

Nessa linha de articulação, insiste no tratamento de uma estrutura abstrata de relações que estaria conectada a uma ordenação hierárquica do mundo, a semente mesma das relações de poder na sociedade. Esse é, portanto, outro aspecto que o artigo oferece e presenteia para pensar o feminismo e as conquistas das mulheres, sobretudo nas últimas décadas, assinalando, por exemplo, como a mulher acedeu ao homem, substituindo-o mesmo em papéis que implicam o exercício de poder. Contudo, isso não garantiu uma reforma dos afetos. Daí Segato referir-se ao processo como dimensão funcional do gênero. Todavia, autora não se encarcera na idéia original da “ficção dominante”, inscrição fundante ou cena originária, sugerindo a possibilidade de uma androginia aberta a trocas de posições no registro afetivo. Afinal, seria possível afirmar que se o gênero, como categoria, faz parte de um modelo estável, ele é extremamente instável e fugidio nos seus processos de instanciação. Como é possível agir tornando representáveis e representadas, no plano ideológico, as constantes experiências de circulação dos sujeitos pelos registros de gênero, pela androginia inerente à vida hu-

mana, que, raramente, obtêm visibilidade e permanecem mascaradas pela inércia da linguagem e por outras formas de coerção oriundas do campo ideológico? Isso porque a autora aposta no fato de termos todos a possibilidade de vivermos uma criatura mista em sua composição de gênero e de circularmos, em nossas vivências interiores, por intermédio de registros diferentes, ainda que nem sempre compatíveis. O sujeito poderia, portanto, ser lido como uma composição de gênero e não como ser monolítico, unissêmico, que as representações geralmente indicam, sobretudo no Ocidente.

A autora sugere assim uma noção de gênero da personalidade, remetendo-se à feminidade e à masculinidade tais como se expressam nas atitudes e no temperamento das pessoas, além da disposição afetiva, da maneira e da posição em que elas estão inseridas na relação com os outros nas interações de sua vida afetiva. Ou seja, a categoria gênero é tratada de maneira muito mais ampla do que no simples âmbito dos papéis sociais ao qual foi reduzida e mecanizada em tantas análises sociológicas, uma vez que gênero inclui as dimensões sociais, psíquicas e sexuais.

O texto de Lourdes Bandeira e Deis Siqueira, "A perspectiva feminista e o pensamento moderno contemporâneo", apresenta um olhar otimista sobre o feminismo e, principalmente, sobre o pensamento feminista, o qual englobaria os estudos feministas, os estudos sobre mulheres e os estudos de gênero. Associam, por um lado, a invisibilidade das mulheres às ambigüidades do pensamento moderno e, por outro, sua visibilidade a esse movimento social. Positiva o feminismo por seu modo de questionar particular, diverso e plural. Além de ter desencadeado mudanças na ordem social e política, o feminismo teria aberto novas perspectivas para diversos campos disciplinares ao enfatizar aquelas que mais se adequaram ao pensamento sociológico. A crítica feminista mina qualquer possibilidade de posturas neutras em relação a valores tradicionalmente centrais para os procedimentos científicos e permite implodir o pensamento binário, com seu substrato biológico, desnaturalizando as idéias de feminino e de masculino contidas em categorias como as de homem e de mulher. Assim, a noção de gênero — de caráter implicitamente relacional — pode remeter à construção de novos paradigmas, permitindo novas abordagens teóricas.

As autoras destacam as várias ambigüidades do pensamento moderno, centradas em torno da construção do sujeito universal e do sujeito de gênero. Transitam pelos últimos séculos entre as posições democráticas, que supõem a igualdade de homens e de mulheres, e as misóginas, assentadas na inferioridade feminina, determinada pelo império do útero. Essas ambi-

güidades teriam criado armadilhas cartesianas, para o próprio pensamento feminista em seus primeiros momentos — feminismo moderno —, na medida em que partiu de uma ilusória igualdade entre homens e mulheres como critério universal regulador da verdade. Entretanto, caracterizam o feminismo na contemporaneidade — feminismo pós-moderno — como detonador da hierarquia e da concepção binária entre os sexos, quando instala a diversidade, a especificidade, a experiência, a heterogeneidade e a pluralidade, entrelaçando o público e o privado, o político e o ético, ou o solidário, rumo ao rompimento e à superação da razão androcêntrica como universal e com os dualismos enganosos.

Além de enfatizarem o caráter interdisciplinar do conceito de gênero, as autoras também afirmam que o pensamento feminista teria criado novos mapas cognitivos para a sociologia.

Miriam Pillar Grossi, depois de discutir a questão geracional do movimento feminista brasileiro, no texto “Feministas históricas e novas feministas no Brasil”, apresenta os fundamentos para o significativo aumento de militantes de diferentes faixas etárias nos anos 90, deixando, portanto, o movimento de ser identificado apenas com mulheres de uma única geração. Agrupa as participantes em dois grandes grupos: feministas históricas e novas feministas, os muitos feminismos existentes no país, as muitas formas de se identificar no âmbito desse campo político, as muitas formas de participação e militância.

Com relação às feministas históricas, Grossi analisa os três caminhos por elas percorridos: Organizações Não Governamentais (ONGs); Universidades, pesquisadoras e professoras, em estudos de gênero; e, por fim, as Políticas Públicas, conselhos, administrações e serviços.

No que toca às novas feministas, fala das jovens e das senhoras. As primeiras estariam presentes majoritariamente nos movimentos sociais rurais, nos postos da administração pública, nos partidos de esquerda, como empregadas das ONGs e nos grupos batizados pela autora como de dupla identidade — particularmente as identidades negra e lésbica. Ao referir-se às senhoras, mulheres maduras, dá particular ênfase às mulheres que se reconheceram no movimento no decorrer da década de 90 e que se elegeram para o legislativo — senadoras, deputadas e vereadoras. Compõem, no Congresso Nacional, a bancada do batom ou as mulheres sem medo do poder.

Assim, a autora acaba por identificar e localizar três gerações de feministas: as mulheres mais maduras, que estariam atuando no espaço político representativo; a geração intermediária, que se situaria nas ONGs e nas

universidades; e as mais jovens, que estariam nas redes militantes de esquerda, articulando várias identidades.

Apesar do aumento do número de mulheres identificadas com as lutas do movimento, nem todas consideram-se parte do movimento feminista, preferindo dizer que fazem parte do movimento de mulheres, recusando a auto-denominação “feministas”. A partir dessa auto-identificação, a autora constrói outra classificação: grupos de mulheres, feministas e de gênero.

Grossi conclui que todas essas categorias fariam parte do movimento feminista, uma vez que todos apontam a “igualdade” entre homens e mulheres como projeto político, identificando-se, portanto, ao ideário feminista do final do século XX. Assim, analisando documentos de mulheres camponesas — panfletos, boletins etc. —, afirma que essa base de dados mostra que mesmo se a palavra “feminismo” é raramente empregada, seus *slogans* são muito próximos das grandes lutas feministas brasileiras, como a luta contra a violência conjugal, pelos direitos reprodutivos, pelo acesso à educação.

Ao se referir às mulheres parlamentares, assinala que para muitas das feministas históricas, essas mulheres não são feministas. No entanto, pode-se discordar dessa posição, uma vez que as “mulheres sem medo do poder” lutam por uma reivindicação fundamental do feminismo — desde suas origens, no século XIX — que é a questão do acesso das mulheres ao espaço da política representativa.

Mary Garcia Castro, no texto “Engendrando poderes em tempos neoliberais na América Latina — Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda”, enfrenta a positiva diversidade de posturas feministas com preocupação e desconforto. Observa um esmaecimento das dissensões entre as diferentes posturas feministas, especificamente entre as posturas ditas “autônomas” ou “radicais”, e aquelas consideradas como menos autônomas, ou domesticadas. A autora parte da possibilidade de um feminismo libertário, que engendre relações de respeito às diferenças, subjetividades singularizadas no prazer, reinventando-se o ser feminino no humano. Lembra que o movimento teria sua origem na ousadia libertária, contra cânones, reivindicando a materialização no imediato de utopias, o investimento em des-identificações. Ao partir de um *locus* marcado pela angústia da insistência em uma leitura à esquerda daquela mais comum nos tempos atuais, convida os leitores a compartilhar algumas preocupações, afinal, dar a volta pela esquerda, hoje em dia, é antes de tudo um desafio à criatividade, é recolorir e sexualizar a classe em sua vertente africana.

A leitura do feminismo à esquerda deve trazer implícita a premissa de

que há relações estreitas mas não fusão homogeneizadora entre os termos mulher, gênero e feminismo. Cada um teria seu estatuto, válido no quadro de uma perspectiva que incorpore um olhar de classe social e, simultaneamente, um olhar que singularize tanto os interesses de mulheres — respeitadas suas diversidades em termos de raça, etnia, preferência sexual e outras opções e identidades —, como o questionamento de relações sociais entre os sexos, ou seja, os sistemas de gênero.

Entre suas preocupações, Castro enfatiza a institucionalização do feminismo, e, particularmente, o processo de *onguiamento* ou seja, a institucionalização do feminismo em ONGs, dependentes de fundos de agências internacionais e, portanto, tendentes à rigidez institucional e à competição. Insiste na idéia de que o feminismo dos direitos, de representação da cidadania e do espaço na sociedade civil é importante, só que é uma agência “do” e não “o” feminismo.

Chama a atenção para o fato de que um feminismo classista, não “umbigoizado”, deveria conjugar o investimento tanto em políticas públicas que acentuem gênero, como em políticas universais de defesa dos direitos e das condições de vida dos trabalhadores. Afinal, gênero não seria um conceito redutível à categoria mulher, mas um olhar relacional que implica uma postura ética e uma perspectiva emancipadora. A título de provocação, oferece a hipótese de que a ação feminista na América Latina estaria sendo cada vez mais seduzida pela ação pragmática, sobretudo a partir do final da década de 80, destacando que o processo dá-se não pela imposição de um poder masculino, patriarcal. Critica, nessa direção, o aspecto de “cota”, que seria válido, porém reducionista, pois não consideraria o poder como processo, nem a dialética entre inclusão e exclusão, assim como os limites ao exercício do poder no jogo entre macro e micro políticas.

Reforça, assim, a observação de que estaríamos diante de um desafio acerca do conhecimento feminista contemporâneo no que toca à ambigüidade de sua legitimação, ou seja, o mover-se entre a identidade de contrapoder a um poder relativo em si. Daí a necessidade epistemológica de se distinguir conhecimentos e práticas referenciados à mulher, das perspectivas de gênero e posturas feministas.

O texto de Eleonora Menicucci de Oliveira, “A prática feminista e gênero na construção do conhecimento”, discute a importância e a influência do que a autora considera os dois movimentos sociais mais significativos deste século: o feminismo e o sindicalismo. Com a ênfase centrada no pensamento feminista, destaca, como premissa principal, tanto a participação de homens e de mulheres trabalhadoras, no processo de construção do conhe-

cimento, como a intervenção destes, sobre suas condições de saúde e de trabalho, como parte fundamental de sua formação política.

A partir daí o artigo enfatiza a opção metodológica adotada que se expressa em três componentes paradigmáticos, ou seja: a) a especificidade e a natureza da relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto do conhecimento, ancorada na arte de dialogar, na mobilidade do objeto e nas práticas sociais que o envolvem; b) a problematização das relações de poder existentes, assexuadas e assimétricas, articulando e produzindo o próprio enredo ou a trama na pesquisa; e, por fim, c) a necessidade da reflexão hermenêutica crítica como estratégia analítica a transformar a ciência de um objeto estranho e distante em algo próximo e familiar. Desse ponto de vista, a autora pretende assegurar a presença da alteridade e da utilização de um pluralismo metodológico no processo de produção do conhecimento bem como de garantia de sua distribuição democrática.

Em suma, trata-se de uma maneira, proposta pela autora, de entender a relação dessa abordagem com o processo de saúde e de trabalho transversalizado pelas relações de gênero.

A partir de duas crises históricas pontuais — a emergência e a consolidação da sociedade industrial e, em seguida, o período do pós-Guerra, passando pela crise do socialismo do Leste Europeu e chegando até nossos dias —, a mulher esteve praticamente ausente, ganhando visibilidade apenas nos anos 70, com seu ingresso maciço no mercado de trabalho, o que lhe garantiu uma sobrecarga de trabalho, e, conseqüentemente, a reafirmação das diversas hierarquias de poder existentes na sociedade, hierarquias que sexualizam o mundo social. Para a autora, o uso da categoria gênero como mediação entre a prática e a teoria científica evidenciou a “ruptura” em relação ao interesse do conhecimento instituído em silenciar as relações de poder entre os sexos, em uma alusão à proibição do diálogo entre esses. Destaca, ao contrário, a importância da dimensão dialógica proposta por Habermas, que implica em desocultar os silêncios impostos aos diferentes sujeitos e atores sociais. Pois, nessa perspectiva de produção processual de conhecimento, o sujeito não é prefixado, nem ponto fixo, mas sim, é construído.

A perspectiva aberta pelos estudos de gênero permite pensar as diferenças explicativas em relação aos diversos lugares que ocupam mulheres e homens no campo do trabalho e como esses diferentes *locus* interferem, de maneira específica, na saúde do homem e da mulher. Considera ainda que a categoria gênero é o sexo socialmente construído e, como tal, ultrapassa o sexo biológico, edificando-se no conjunto das práticas sociais, dos símbo-

los, das representações, das normas e dos valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença anatômico-fisiológica que dá sentido à satisfação dos impulsos sexuais. Nesses termos, a categoria gênero, concebida com maior abrangência e generalidade, deixa em aberto a possibilidade de existirem tanto formas distintas e específicas de relação entre homens e mulheres, como formas historicamente diferenciadas de conceber as relações entre os gêneros e as práticas de dominação, subsumidas, seja pela teoria de classe, seja pela de estratificação social.

Oliveira busca reforço para seu raciocínio em Bachelard que acentuava a idéia de que o ato científico se descobre e se constrói, e de que não há nada naturalmente dado. Assim, reconhecer o fenômeno é muito mais significativo do que conhecê-lo, pois os fatos científicos não podem ser “encontrados”, mas conquistados, operando-se a primeira ruptura com o senso comum. A segunda centraliza-se na construção do próprio objeto de pesquisa, em função da ruptura já operada, segundo a qual os fatos existem *in natura*, prontos para serem descobertos e estudados. E, por último, a verificação, isto é, a coleta dos dados com o método considerado o mais oportuno. A partir de tais procedimentos ou atos epistemológicos, a autora propõe um modelo para analisar os impactos dos riscos do trabalho na saúde, na sexualidade e na vida reprodutiva de mulheres trabalhadoras. Tais rupturas concretizam-se por meio de técnicas: a primeira consiste na ruptura com a linguagem; a segunda, na comprovação estatística dos fatos; e, por último, a terceira, na idéia da desconstrução. Conclui afirmando que, a partir dos vários exemplos oferecidos, procurou esclarecer como ocorrem as rupturas epistemológicas necessárias à transformação das relações de poder entre os gêneros na sociedade, tanto na esfera do privado, como na esfera do público.

Francine Descarries, no texto “O feminismo contemporâneo no Quebec: entre as práticas e os discursos”, centra sua reflexão no movimento feminista visto ora como prática sócio-política, ora como discurso teórico que interpela a dimensão sexuada das relações sociais. Como movimento social, o feminismo adquiriu enorme importância na vida dos quebequeses e das quebequeses, apesar dos ventos neoliberais e da mídia, que tendem a descaracterizar sua presença e magnitude. Ao contrário, ainda se mantém como força sócio-política viva e real, afirma a autora. A expressão dessa foi resultado da pesquisa realizada pelo Conselho do Estatuto da Mulher Canadense que, ao perguntar a uma quebequesa sobre duas, “você é feminista?”, comprova que 51,0% responderam: *sim*. São várias as categorias que reafirmam sua opção feminista.

A mesma investigação confirma que 85% da população do Quebec com idade acima de 18 anos apóiam o movimento de mulheres e suas ações políticas, considerando o feminismo como uma busca de igualdade entre os sexos. Menos de 10% dos quebequenses negam-se a aceitar o feminismo. Os anti-feministas constituem, portanto, uma exceção.

Os dados indicam que as quebequenses, até o presente, têm resistido bem aos ataques e críticas ao feminismo e que a luta pela busca da igualdade tem servido para dinamizar a ação coletiva do movimento das mulheres no Quebec. Segundo a autora, o movimento tem se caracterizado por destacar a adesão à problemática da igualdade, na medida em que essa representa a constante que atravessa ainda todas as fases do movimento feminista em suas múltiplas formas de expressão de pensamento e de prática, desde as mais radicais até as mais instrumentais, passando por aquelas que reclamam por reformulações neoliberais ou mesmo pós-modernas.

Como interpretar a relativa boa saúde do feminismo do Quebec e a manutenção de seu poder de mobilização? A autora destaca alguns fatores que permitem responder a essa questão. Um diz respeito aos diferentes aspectos sócio-históricos e políticos desenvolvidos durante todo o texto. O outro refere-se às práticas feministas que se atualizam de forma diferenciada ou específica na realidade cotidiana das mulheres por meio da luta contra a violência e pela igualdade salarial, pelo acesso à saúde, pela representatividade política de conciliar trabalho e família, luta contra a pobreza e contra a marginalidade das trabalhadoras, entre outras. Contudo, o movimento feminista é uma das raras vozes presente na formulação de uma crítica social concreta contra a *marchandisation* das pessoas e das relações sociais. Um terceiro elemento para a reflexão remete à institucionalização ou inscrição do feminismo no interior do aparelho de Estado, com presença constante na elaboração ou no fomento de políticas públicas.

Uma das boas contribuições do texto de Descarries advém do fato de localizar o fôlego e a importância do movimento feminista no Quebec em sua incorporação histórica em uma luta política mais abrangente, que é o movimento nacionalista pela independência do Estado, além de exercer uma forte intervenção nos organismos comunitários, sindicais e governamentais. O feminismo seria assim caracterizado como uma voz modernizadora da sociedade canadense. Apesar da existência das contracorrentes que querem dividir as lutas e desmobilizar politicamente o movimento, o feminismo resiste com uma plataforma comum, respeitando a diversidade das experiências sócio-culturais e as necessidades das mulheres do Quebec.

Anette Goldberg-Salinas trata, finalmente, no texto "Feminismo con-

temporâneo no Brasil: estratégias das mulheres em movimento e dos homens no poder”, da situação das mulheres das classes médias dos grandes centros urbanos brasileiros, a partir dos anos 70. Destaca três tipos de jovens protagonistas. Primeiro, aquelas que aspiravam a realizar os estudos superiores e a seguir uma carreira conciliada com o casamento e a maternidade. Em segundo lugar, identifica as mais radicais, as que freqüentavam grupos artísticos e culturais que se insurgiram contra o golpe militar de 1964. Por fim, um terceiro grupo constituído por aquelas que não estavam fora do radicalismo e que aderiam aos meios artísticos, distanciados do militantismo, mas que criavam uma contracultura a partir do movimento tropicalista.

No início dos anos 70, configura-se uma *femme nouvelle*, caracterizada pela transgressão e retratada pela revista *Nova*. Isso teria sido importante na medida em que teria aberto diferentes representações sobre as mulheres solteiras, sedutoras e sexualmente liberadas, cada vez mais interessantes sob o ponto de vista intelectual, deixando em segundo plano a expectativa do casamento e o sucesso no mercado de trabalho. Concomitante a essa nova mulher, a autora destaca a existência da mulher transgressora, clandestina e silenciosa, localizada no militantismo das organizações de esquerda. Vale destacar o que salienta a autora quando diz que, apesar da radicalidade de uma escolha existencial baseada em uma consciência política, esse grupo parecia aceitar passivamente a assimetria e a desigualdade que caracterizavam as relações entre homens e mulheres. Mais: um outro tipo de mulher — que considerava o corpo como lugar político e que foi refratário a todo movimento coletivo — procurou uma liberação individual nos processos subjetivos, freqüentemente associados ao consumo de drogas, ao culto da androginia e a práticas homossexuais.

A partir de 1970, renasceu no Brasil uma ideologia feminista que se manifestou timidamente na formação de grupos de reflexão no Rio de Janeiro e em São Paulo, simultaneamente à constituição de um objeto de estudo “mulher”, que surge no domínio das ciências sociais. Esse fato ganhou espaço nos órgãos de imprensa, formadores de opinião em todo o mundo ocidental, repercutindo na ONU, que estabeleceu como objetivo promover a participação e a integração feminina nos processos de desenvolvimento nacional.

No final dos anos 70, desponta uma conquista do feminismo centrada nos programas de reivindicações específicas das mulheres que ganham adeptos nas chamadas lutas gerais da sociedade. Os anos 80 caracterizam-se pelo fracionamento, pela multiplicação e pela diversificação das associa-

ções feministas vinculadas a representações políticas ou a reivindicações sindicais. Nesse mesmo período, inicia-se um processo de institucionalização do movimento feminista mediante a criação dos conselhos, destacando-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ainda em 1988, com a nova Constituição, as mulheres do movimento organizado fizeram incorporar uma série de reivindicações na legislação referente à família, à saúde, ao trabalho e à violência, que atinge o código penal e o código civil.

Apesar da multiplicidade e da diversidade dos diferentes grupos e tendências existentes dentro do movimento feminista, e de todos os embates que o movimento sofreu no decorrer das três últimas décadas — como bem mostra a autora —, os resultados hoje estão visíveis, tanto no interior do Estado, como na organização dos movimentos sociais e sindicais. Para concluir, vale salientar o quanto os artigos que compõem esta publicação, apesar de sua diversidade, indicam, no conjunto, o movimento de mão dupla que caracteriza as relações existentes entre feminismo e gênero. Ou seja, as questões e os problemas aqui abordados, tais como o essencialismo e o não essencialismo; o construtivismo e o desconstrutivismo; o universal e o particular, o público e o privado estão mutuamente relacionados. Assim, as ambigüidades presentes — de maneira implícita ou explícita, tanto no movimento feminista, como na construção teórica das relações de gênero e nas interações existentes entre ambos — são geradoras de uma dinâmica própria que nega e transcende uma leitura e uma apropriação fixa e rígida das categorias feminismo e relações de gênero.

Lourdes Bandeira e Deis Siqueira
organizadoras

Os percursos do gênero na antropologia e para além dela

*Rita Laura Segato**

Resumo. O artigo endossa a abordagem do gênero como estrutura. Assim, a hierarquia de gênero pertence ao domínio do simbólico e reside em algum lugar da realidade observável com a qual o etnógrafo trabalha. O gênero estrutura a realidade, imprimindo nela a organização de uma cena originária e transportando-a, usualmente, para os termos das relações familiares. Dessa perspectiva, a autora somente vislumbra uma saída do círculo hierárquico de poder e sujeição do desejo: revelar a dinâmica usual — embora geralmente mascarada — de androginia como circulação, que é parte ordinária da experiência dos sujeitos sociais.

Introdução

Pretendo apresentar uma avaliação sumária e pessoal da trajetória dos estudos de gênero no campo da antropologia. Chamo essa trajetória “percurso” porque acredito que a disciplina é traspassada pela questão do gênero que, contudo, não se exaure nas fronteiras disciplinares, nem poderia fazê-lo, por algumas das razões que tentarei expor. A abertura transdisciplinar atual coloca à mostra, justamente, o limite da capacidade de uma única disciplina para dar conta dos fenômenos sociais. E a teoria de gênero encontra-se no cerne dessa abertura.

Por outro lado, e de maneira correlata, os debates feministas e a reflexão sobre gênero emprestam seus achados a interesses mais amplos. É significativo que a perspectiva transdisciplinar dos estudos pós-coloniais, que tra-

* Rita Laura Segato é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB. Trabalha na área de estudos de gênero.

tam da subalternidade no mundo contemporâneo, tomam a hierarquia de gênero, a subordinação feminina, como protótipo a partir do qual se pode melhor compreender o fenômeno do poder e da sujeição a este. Portanto, é um traço do momento presente, dos anos 90, que tanto homens como mulheres no campo da filosofia, no campo da análise do discurso, da literatura comparada e das ciências sociais, entre outros, passaram a ver no gênero uma “cena” cujos personagens permitem entender e formular os processos inerentes à subordinação, à subalternidade. Confluem, nessa proposta, achados da antropologia, da psicanálise e da teoria gramsciana da hegemonia. As autoras que considero paradigmáticas na encruzilhada das áreas e das abordagens são, entre outras, Gayatri Spivak, principalmente com seu texto “Can the subaltern speak?” (1988; e cf. também 1985), entre uma bibliografia extremamente prolífica, e Judith Butler, especialmente com sua obra recente: *The psychic life of power* (1997; e cf. ainda 1992, sobre a contribuição da perspectiva de gênero para a elaboração de uma teoria do poder e de uma postura crítica).

Apesar de ter sido tradicionalmente deixada nas mãos das mulheres, a reflexão sobre gênero, em verdade, trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao permitir-nos falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas.

Meu propósito não é resenhar, já que meu viés é teórico. Lanço mão de referências básicas para caracterizar a tensa aporia universalismo/relativismo nos estudos de gênero na antropologia, e as dificuldades que ela coloca para definir a categoria “mulher” com que o movimento social deve trabalhar. Relaciono, por sua vez, esse dilema com a questão da universalidade da hierarquia frente à possibilidade de existir, em algumas sociedades humanas, uma mera igualdade na diferença. Contudo, tento demonstrar que a resposta à pergunta sobre a existência ou não de sociedades igualitárias não poderia provir, como muitas vezes se assume, de uma mera observação empírica dos fatos. Ou seja, não será o registro etnográfico dos papéis sociais desempenhados, nem a distribuição de direitos e deveres que poderá provar ou rejeitar o caráter igualitário dos gêneros em uma determinada sociedade. O que pode ser observado é o maior ou menor grau de opressão da mulher, o menor ou maior grau de sofrimento, o maior ou menor grau de autodeterminação, o maior ou menor grau de oportunidades, de liberdade

etc., mas não a igualdade, pois é do domínio da estrutura, e a estrutura que organiza os símbolos, conferindo-lhes sentido, não é da ordem do visível. O poder revela-se, às vezes, com infinita sutileza.

Em erudita e esclarecedora resenha, Maria Luisa Heilborn (1992: 98-106) aproxima-se de algumas questões também relevantes para o meu argumento. Identifica, entre os tratamentos possíveis do gênero que releva, o de ser um princípio de classificação abstrato inspirado na observação do real e, especialmente (seguindo Françoise Héritier, 1979), na descontinuidade presente no mundo biológico. O gênero seria, assim, uma categoria que, qualquer que venha a ser seu preenchimento em uma cultura particular, fala de relações de oposição e constitui “a forma elementar da alteridade”. A isso, acrescenta a “possibilidade” de introduzir a noção dumontiana de hierarquia, que “organiza a estrutura binária dos modelos classificatórios, de modo a um termo encompassar o outro” (Ibidem: 104). Dessa forma, a perspectiva estruturalista, para a qual o gênero constitui-se em categoria abstrata, permite postular uma “equidistância valorativa entre as categorias” ou, “acoplada à teoria da hierarquia, a vigência de um princípio ontoassimétrico” (Ibidem: 105). Apesar do reconhecimento da abstração que o gênero constitui, essa abordagem diverge de minha análise atual, já que essa, de fato, introduz uma inversão, colocando o gênero como experiência fundante que organiza o mundo, até mesmo o universo biológico. Na verdade, os seres biológicos adquirem muito de sua aparência descontínua na nossa percepção, e não o contrário. Por outro lado, a perspectiva estruturalista — tal como formulada por Lévi-Strauss para a antropologia e por Lacan para a psicanálise — é sempre, em última instância, hierárquica. Pode conter a possibilidade de inversões e de permutas mas nunca de simetrias. Ou seja, a ordem “do simbólico” é de “natureza patriarcal” (Brennan, 1997: 12).

De minha parte, afirmo que os gêneros constituem a emanção, por meio de sua encarnação em atores sociais ou em personagens míticos, de posições em uma estrutura abstrata de relações que implica uma ordenação hierárquica do mundo e contém a semente das relações de poder na sociedade. Os gêneros seriam, desse ponto de vista, transposições da ordem cognitiva à ordem empírica. Poder-se-ia dizer que a estrutura, a partir da primeira cena em que participamos — a cena familiar, ou substituta, primigênia, não importa a cultura de que se trate ou o grau de desvio em relação ao padrão social em uma cultura particular —, traveste-se de gênero, emerge nas caracterizações secundárias com os traços do homem e da mulher, e nos seus papéis característicos. Kaja Silverman (1992) chama essa cena de “ficção

dominante” e considera os papéis de gênero nessa cena originária como uma verossimilhança do que acontece, de fato, na estrutura que organiza as relações dessa cena e que se encontra, ao mesmo tempo, oculta e revelada por elas.

Somente ao se compreender essa trajetória podemos reformar a maneira como o senso comum apreende o que seja ser mulher e ser homem, de forma a poder instituir, em nossas representações, a capacidade de circular pelas posições que a estrutura pressupõe. Essa circulação é, em verdade, um fato corriqueiro em qualquer sociedade, mas é mascarada por uma ideologia que os apresenta como colados, colapsados — *conflated* — em posições e lugares de uma estrutura de relações aberta a ser preenchida, e condenados a reproduzir os papéis relativos previstos para eles na “ficção dominante” ou cena originária.

Ao referir-me ao trânsito possível por esses lugares, fazendo com que não mais sejam lugares marcados para anatomias prescritas, não me reporto ao que usualmente se compreende, no plano empírico e observável, como atribuições, direitos, deveres, profissões. Observamos, nos últimos anos, um avanço no que poderíamos chamar da “dimensão funcional do gênero”, ou seja, a mulher acedeu e até substituiu o homem em papéis que implicam o exercício do poder. Contudo, isso não garantiu uma reforma dos afetos. A entrada da mulher no páreo das interações afetivas, calcada ainda na modalidade da sua entrada na cena originária, modificou-se pouco. A circulação, o tipo de trânsito que proponho, implicaria, não em uma androginia como situação de indiferenciação dos gêneros, de sua neutralização em um mundo de seres híbridos, no estilo do que Elizabeth Badinter sugere (1988), já que a estrutura da qual os gêneros não representam mais do que uma verossimilhança ou personificação continuaria pulsando, mas uma androginia como possibilidade aberta de permuta de posições no registro afetivo. É por isso mesmo que afirmo que os gêneros não são precisamente observáveis nem da ordem empírica, pois são, em última instância, o registro no qual nos instalamos ao ingressar em uma cena, em uma trama de relações. Masculino e feminino são, nessa tese, posições relativas, que se encontram mais ou menos estavelmente representadas pelas anatomias de homens e mulheres na vida social. Mas não necessariamente. De fato, no seio das instituições totais, como cárceres e conventos, essas posições relativas ressurgem — e não me refiro somente à sua reedição no campo da sexualidade, mas aponto para o universo mais amplo das relações afetivas —, agora reencarnadas em anatomias uniformes.

Um caso etnográfico que ilustra a possibilidade de um tipo de circula-

ção como a que aqui proponho é o que chamei de “mobilidade de gênero” no meu artigo sobre o “Xangô de Recife” (Segato, 1995). O estilo de sociabilidade que se forma em torno das tradições afro-brasileiras é, sabidamente, como consta de inúmeras etnografias, um dos mais igualitários do mundo em relação ao gênero (Landes, 1940; Silverstein, 1979). Nelas, a mulher tem o maior acesso já registrado a uma posição de domínio em sua comunidade. Por isso, constituem um laboratório fértil para a análise da questão sobre a universalidade da hierarquia. A filosofia religiosa que se encontra na base desses cultos providencia um esquema que inscreve, no plano das representações, o fato dos trânsitos de gênero e garante a possibilidade de circulação pelos registros afetivos do masculino e do feminino a um mesmo sujeito social. Desconstroem, assim, o atrelamento ou *conflation* desses registros a anatomias particulares, o que é próprio da visão de mundo ocidental — essa “proposta” tem sido um dos atrativos dessas tradições para sua expansão na Argentina e no Uruguai, como já descrevi (Segato, 1996).

Em minha exposição a seguir, apóio-me na literatura em língua inglesa inicialmente bem delimitada nas fronteiras disciplinares das ciências sociais, especialmente da antropologia, mas que se foi abrindo, a partir do estruturalismo de Lévi-Strauss, a um diálogo com a psicanálise lacaniana. Situa-se precisamente no ponto de mutação dessa passagem o artigo de Gayle Rubin que cito abaixo, embora a psicanálise esteja já representada na abordagem de Nancy Chodorow, e o estruturalismo, na de Sherry Ortner, aos quais me referirei também brevemente. Essa abertura para Lacan fez-se extensiva necessariamente ao pensamento feminista francês, que parte de Lacan e tenta contornar seu modelo, embora mantendo-se tributário e derivativo dele. É representativo, nesse processo de crescentes intercâmbios entre a contribuição anglófona e a contribuição francófona, um número da revista *Signs* dedicado à “Teoria feminista francesa”, representada por artigos de Julia Kristeva (1981), Hélène Cixous (1981), Luce Irigaray (1981) e Christine Fauré (1981). Junto a esse diálogo com o feminismo francês, introduziu-se a abertura do campo disciplinar e expandiu-se a antiga perspectiva meramente antropológica e, ao mesmo tempo, também o gênero, em um momento ainda posterior, ofereceram-se como bom para pensar, como já mencionei, o poder e a sujeição, em outras trincheiras da vida social.

Os dois caminhos contraditórios do gênero na Antropologia: relativismo ou universalismo?

A noção de gênero transita pela antropologia revitalizando a tensão básica que é inerente à disciplina entre a relatividade e a universalidade das experiências humanas. Quando, nos anos 30, Margaret Mead publicou *Sexo e temperamento em três sociedades melanésias* (Mead, 1935), inaugurou uma das duas vertentes que, com suas próprias características e apesar de ter sofrido transformações, sobrevivem até hoje. Trata-se do conjunto de assuntos que chamamos, habitualmente, de “construção cultural do gênero” e tem seu ponto de partida na constatação inicial de que “mulher” e “homem” são entidades diferentes, preenchidas com conteúdos variáveis, através das sociedades. Introdz-se, assim, o “gênero” como uma questão antropológica, etnograficamente documentável.

Até hoje, inúmeras teses em programas acadêmicos em antropologia são produzidas para preencher esse cabeçalho e, com isso, contribuir, a partir do conhecimento sobre casos particulares, para um mapeamento geral das maneiras como os gêneros tomam forma nos diversos grupos humanos. Contudo, esse caminho vem perdendo fôlego, ultimamente, lentamente consumido pela irrupção de temas e de perspectivas filosóficas que deixam pouco espaço já para o nosso clássico instrumento do relativismo e que acabam por desenhar o gênero como uma área de estudos transdisciplinar, implodindo ou, em muitos casos, excedendo o olhar antropológico sobre o mesmo. Esse primeiro momento caracterizou-se pela proposta de relativizar o gênero, colocá-lo no quadro de uma perspectiva construtivista.

A contrapartida daquela primeira contribuição, daquele primeiro viés, eminentemente antropológico e relativista, veio a ser, a partir dos anos 70, a ênfase colocada por um conjunto de autoras na questão da universalidade da hierarquia de gênero, seguida por uma tentativa de gerar modelos para dar conta dessa tendência universal da subordinação da mulher na dimensão ideológica das representações culturais. Essa constatação, naturalmente, não negou as estratégias singulares das mulheres para participar do poder ou para alçá-las a posições de autoridade, mas buscou a estrutura que rege a ideologia de gênero nas mais diversas sociedades, que, embora apresentando diferenças, tendem a representar o lugar da mulher como um lugar subordinado.

Constata-se, a partir dessa geração de estudos, hoje clássicos, o primeiro grande dilema ou contradição que os estudos de gênero enfrentam na antropologia. Por um lado, o relativismo das construções: mulher e homem

são categorias preenchidas com conteúdos diferentes em tradições diferentes e até em épocas diferentes da mesma história ocidental. Por outro lado, a descoberta — por meio e apesar das diferenças culturais — de uma tendência à universalidade da hierarquia de gênero, ou seja, da universalidade do gênero como uma estrutura de subordinação, deu origem a uma série de trabalhos hoje clássicos. Gayle Rubin, Sherry Ortner, Nancy Chodorow, Louise Lamphere, Michelle Rosaldo, Rayna Reiter são autoras que colocaram essa questão e, com isso, instituíram a antropologia do gênero como uma área de estudos específica. Falaram dessa tendência hierárquica universal e tentaram — cada uma a partir de uma abordagem própria, embora relacionando suas perspectivas — explicar os fundamentos, apesar das diferenças culturais, apesar do princípio relativista, dessa tendência geral à subordinação da mulher. Três coletâneas fundamentais marcam essa época e essa perspectiva, estabelecendo as bases dos estudos de gênero na antropologia: *Woman, culture and society*, de 1974, *Toward an anthropology of women*, de 1975, e, mais tarde, *Sexual meanings. The cultural construction of gender and sexuality*, de 1981.

Michelle Rosaldo (1974) situa a hierarquia como oriunda da separação dos trabalhos da mulher e do homem nas esferas doméstica e pública, respectivamente, sendo que a esfera pública tem por característica um maior prestígio, é mais valorizada, na grande maioria, senão na totalidade das sociedades conhecidas. Seu prestígio, contudo, acentua-se nas sociedades modernas. Para Rosaldo, sociedades como a dos Illongot, das Filipinas, em que os homens circulam pelas esferas pública e doméstica, revezando-se com as mulheres em suas tarefas, permitem uma igualdade maior entre os gêneros.

O modelo de Nancy Chodorow (1974; 1978), ao fazer convergir a psicanálise com a antropologia, explica a subordinação feminina nas mais diversas sociedades pelo fenômeno da socialização em proximidade com a mãe, por onde a mulher emerge como ser social sem chegar a quebrar a identificação com a mãe, sem jamais transformar-se em ser autônomo. Se, no homem, o processo de identificação secundária dá-se por meio da ruptura — muitas vezes abrupta e bastante cruel — da identificação primária com a mãe, no caso da mulher não há um corte claro entre a identificação primária com a mãe e a identificação secundária que dá origem à identidade de gênero, pois ambas têm um mesmo referente; trata-se, portanto, de dois momentos sem solução de continuidade. A mãe percebe a filha, por sua vez, como uma continuação de si. Sobre ela pesa a auto-imagem materna, que lhe impede emergir como ser plenamente separado. Herda, assim, também, a

desvalorização da mãe e do trabalho materno, contaminado pelo menor valor das tarefas da esfera doméstica.

Outro texto fundamental para a disciplina, dessa mesma perspectiva universalista, é o artigo "Is female to male as nature is to culture?", de Sherry Ortner (1974), que examina o gênero a partir do pressuposto estruturalista da oposição entre cultura e natureza. A autora propõe, como centro de seu modelo, a oposição lévi-straussiana entre cultura e natureza, e a associação entre mulher e natureza, por um lado, e homem e cultura, pelo outro. Dessa ideologia de oposições derivaria a tendência, bastante generalizada nas sociedades humanas, de representar a mulher associada à natureza - objeto e o homem como parte da cultura - ação transformadora, par de associações que configuraria uma hierarquia.

Esse trabalho suscitou, posteriormente, uma grande polêmica originada na crítica ao suposto de universalidade da ideologia de oposição entre natureza e cultura. Em outras palavras, nem toda sociedade humana construiria sua noção de cultura em oposição a uma natureza a ser dominada, domesticada. Colocou-se, portanto, em dúvida a validade da tese de Ortner sobre a subordinação universal da mulher, sustentada a partir da associação dessa com uma natureza, objeto do trabalho transformador da cultura, próprio do homem. Apesar de suas possíveis invalidações a partir de trabalhos etnográficos em sociedades em que a oposição cultura - natureza não parece ter a centralidade nas representações e nos mitos que o estruturalismo sugere, vale a pena voltar constantemente a esse texto histórico porque contém, senão afirmações e proposições perenes, pelo menos uma formulação constantemente aberta ao debate e a novas reflexões.

Na coletânea de estudos organizada mais tarde por Sherry Ortner e Harry Whitehead (1981), as autoras sustentam uma variação das teses que até aqui mencionei, tentando demonstrar que a tendência universal é a associação entre masculinidade e prestígio social — não necessariamente poder econômico ou político —, por onde o homem foi construído, ao longo de um tempo filogenético, como o *locus* ou significante do prestígio, capaz de contaminar com seu *status* todas as tarefas e os campos de atuação que venham a estar a seu cargo — apesar do caráter cambiante dessas tarefas ao longo da história e através das sociedades. Nesse sentido, ocorre uma inversão: não seriam os trabalhos sob a responsabilidade do homem os que lhe confeririam sua importância, mas ele que contaminaria com o prestígio inerente à masculinidade as tarefas que realiza. Masculinidade e *status* seriam, nesse sofisticado modelo, qualidades intercambiáveis — só isso poderia vir a explicar, por exemplo, o prestígio e a importância atribuída à

caça em sociedades simples onde, contrariamente ao que as representações dominantes estabelecem, é a coleta de frutos e tubérculos que realizam as mulheres, o que proporciona o sustento básico e diário desses povos (Slocum, 1975).

Em outro artigo já clássico, Rayna Reiter (1975) procurou mostrar como e por que em sociedades tradicionais e pré-modernas, a esfera doméstica tem mais importância do que no mundo moderno, onde a esfera pública realmente tomou o controle total da sociedade. A partir dessa constatação, Reiter sustenta que, contrariamente ao que aparece à nossa percepção e ao que os nossos estereótipos nos levariam a pensar, a mulher teria mais poder e mais prestígio social nas sociedades pré-modernas. Dadas a importância e a autonomia da esfera doméstica nessas sociedades, e dada a associação da mulher com a esfera doméstica, ela contaria com um espaço para o exercício do poder, teria garantido um âmbito de prestígio, permitindo-lhe competir, a partir desse espaço, com a hierarquia masculina. Pelo forte impacto que as decisões da esfera doméstica têm nessas sociedades, seriam elas sociedades mais igualitárias.

Com o advento das sociedades regidas por um Estado moderno e a emergência da esfera pública como esfera totalmente separada, especializada na administração da sociedade, o seu tradicional controle pelos homens desembocaria na concentração de todos os domínios da vida social em mãos masculinas. Análises mais recentes mostram que a esfera pública moderna não somente constitui-se como território exclusivo dos homens e não neutro, mas também como domínio do homem branco, com posses e "moral", ou seja "normal" do ponto de vista da sua sexualidade (Warner, 1990; 1992).

Mas considero que o texto teórico de maior vigência, entre todos os publicados nesse período, é o de Gayle Rubin (1975), já que faz convergir a perspectiva antropológica estruturalista com a psicanalítica, de forma sofisticada, conjugando o construtivismo relativista e a universalidade da estrutura. Rubin enuncia a famosa "matriz sexo - gênero", como matriz heterossexual do pensamento universal. Contudo, apesar da sua universalidade, separa a dimensão biológica do "sexo" orgânico, anatômico, em primeiro lugar, do que hoje chamaríamos dimensão "simbólica", em que os termos tomam o seu valor do lugar que ocupam em uma estrutura de relações na qual, geralmente mas nem sempre, o significativo anatômico define as posições mas essas não podem ser consideradas fixas ou coladas naquele; e, em segundo lugar, da dimensão cultural, agregada, do "gênero", preenchida com conteúdos particulares por cada tradição.

É importante compreender a separação mas, também, as associações,

entre o sexo biológico, enquanto dado da natureza, por um lado, a posição assinalada a cada um deles em uma estrutura de sentido eminentemente abstrata que se encontra por trás de toda organização social, por outro, e, ainda, a construção variável, cultural e histórica do conjunto de comportamentos e de predisposições associados a cada um dos gêneros. Aos termos do dimorfismo biológico macho - fêmea, agrega-se um conjunto de significados distribuídos na matriz binária masculino - feminino que configura a dualidade dos gêneros na cultura e na história, dualidade que simultaneamente encobre e deriva de uma estrutura que mais do que empírica é cognitiva — denominada “matriz heterossexual” por autoras como Rubin e, posteriormente, Judith Butler (1990). A matriz heterossexual é a matriz primigênia do poder, o primeiro registro ou inscrição do poder na experiência social e na vida do sujeito. Qualquer que seja o conjunto de traços que venha a preencher a imagem do feminino e do masculino em cada cultura particular, a estrutura básica do masculino como sujeito falante, que entra ativamente no âmbito público das trocas de signos e objetos, e de um feminino - objeto - signo permanece no cerne das relações de gênero. A mulher, nesse modelo lévi-straussiano, teria a particularidade de comportar-se ambigualmente, participando da estrutura como verdadeiro anfíbio: parte sujeito, parte objeto; parte falante, parte signo.

Com esse último conjunto de afirmações, o artigo de Rubin vincula, de forma definitiva, o tema antropológico do parentesco aos trabalhos que introduzem o modelo de Lacan na discussão do gênero. Aponta para o preciso núcleo onde as teorias de Lévi-Strauss e Lacan, antropologia e psicanálise encontram-se e tornam-se indissociáveis: a função central da proibição do incesto impondo um regime de circulação e trocas, em que se divorciam os termos de quem troca e de quem é trocado, o masculino e o feminino calcados — mas não inseparáveis — nos significantes do corpo do homem e da mulher. Fica, do lado do primeiro desses termos, o sujeito humano na plenitude da sua agência, enquanto o outro termo é preenchido por quem oscila entre a agência do sujeito e a passividade do objeto tendo, portanto, uma amplitude existencial maior, “um gozo a mais”, como diria Lacan.

Com a regra do incesto, a sociedade irrompe na trama familiar e, com ela, o regime da lei que separa o que por natureza permaneceria unido comanda a emergência de cada novo sujeito, de cada cria humana, no seio de uma cena em que os papéis masculino e feminino encontram-se prefigurados pelo regime de trocas (cf. uma esclarecedora análise do encontro dos modelos de Lacan e Lévi-Strauss sobre o incesto em Tavares s/d).

Da psicanálise, autoras como Juliet Mitchell e Jacqueline Rose (1974; e

Mitchell e Rose 1982), e da filosofia, autoras como Ragland-Sullivan (1986) e Judith Butler (1990, 1993), entre muitas outras em um campo de estudos extremamente desenvolvido, convergem para encontrar-se nesse ponto, em que a questão de gênero já não pode mais ser abordada exclusivamente a partir do registro das variações etnográficas e obriga-nos a interrogá-la com instrumental teórico abstrato e universalizável, em que o modelo psicanalítico, particularmente o estruturalismo lacaniano, trouxeram um aporte que não mais pode ser ignorado. Contudo, trabalhos como os de Henrietta Moore (1994a e 1994b) e suas tentativas de combinar antropologia e psicanálise deixam à vista as dificuldades que obstaculizam um cruzamento satisfatório entre a abordagem empiricista habitual do etnógrafo, que coloca seu foco nas relações observáveis entre sujeitos sociais e registra seus discursos, e a abordagem, em última instância, estrutural da psicanálise, para a qual as relações que contam são de ordem abstrata, encontrando-se aquém das descrições do etnógrafo.

A geração de estudos que desemboca nesse diálogo com a psicanálise é contestada hoje por um conjunto de autoras que, a partir de etnografias particulares, tentam desmontar a tese da universalidade da estrutura hierárquica do gênero. Contudo, é habitual encontrar afirmações de que existem, dependendo da sociedade, formas de compensação do domínio masculino por algum tipo de exercício de poder feminino e fala-se, assim, de sociedades mais igualitárias ou menos hierárquicas, porém, não há referências de sociedades totalmente igualitárias. Um raríssimo exemplo de uma afirmação desse tipo pode ser encontrado na obra de Maria Lepowsky (1993) sobre os Vanatinai, de Nova Guiné. Já clássicos, dentro dessa perspectiva, são os textos de Eleanor Leacock que, a partir de um enfoque marxista e de uma leitura renovada da obra de Engels, foi uma das autoras precursoras dessa discussão, atrelando a subordinação feminina à evolução da idéia de propriedade. Segundo Leacock, sociedades simples, igualitárias do ponto de vista da economia e da propriedade, tenderiam também a sê-lo no campo das relações de gênero (Leacock, 1981).

Assim, é importante sublinhar que se constituíram nos trabalhos antropológicos sobre o gênero duas vertentes que fizeram, cada qual, uma contribuição diferenciada aos feminismos: a) a geração de estudos que acabo de mencionar e que, apesar de afirmar a variabilidade das leituras culturais do dimorfismo biológico dos sexos, identifica como uma tendência universal dos gêneros a sua ordenação em uma estrutura hierárquica; e b) a mencionada anteriormente, que surge com Margaret Mead e encontra continuidade nas pesquisas sobre a “construção cultural” dos gêneros. Precisamen-

te, os trabalhos etnográficos que, na atualidade, tentam contestar a tese da universalidade da hierarquia são os expoentes mais recentes dessa vertente. Ela proporcionou uma contribuição fundamental ao colocar e demonstrar, com evidência etnográfica, a dimensão construtivista, relativa, dos gêneros, derrubando a premissa do determinismo natural e, com ela, do essencialismo biológico. Ao apontar para a relatividade e variabilidade dos conteúdos associados com as categorias “mulher” e “homem” através dos tempos e das culturas, provou que são produtos histórico-culturais e não fatos da natureza. Dessa forma, instalou as bases do discurso crítico do sexismo que, como forma de discriminação, encontra seu suporte na afirmação das determinações biológicas sobre as nossas faculdades e comportamentos.

Contudo, seguindo à risca o programa proposto por essa visão construtivista dos gêneros, chegaríamos, como em alguns casos se chegou, ao desmonte, praticamente, da categoria mulher e, com isso, à invalidação das propostas feministas que cortam através das nações e dos grupos humanos particulares, procurando transcender suas diferenças. Paradoxalmente, por outro lado, invalidam-se também as lutas feministas se não afirmamos a liberdade de optar fundamentada no princípio da indeterminação biológica do destino humano. Coloca-se, aí, um paradoxo, porque o feminismo, enquanto movimento social de escopo universal em sua reivindicação dos direitos humanos das mulheres, necessita afirmar a existência de alguma entidade ou categoria social, uma forma estável de “mulher” e do feminino que atravesse as sociedades, um conjunto de experiências específicas associadas a significantes anatómicos fixos. Essa vertente, que se constitui na primeira entrada nas pesquisas antropológicas de gênero a partir de Margaret Mead, na verdade, dificulta a possibilidade de se falar de uma mulher, porque afirma a absoluta relatividade das construções de gênero.

O dilema dos aportes da antropologia ao feminismo reside no fato de que, se o feminismo necessita da premissa dessencializadora dessa vertente para poder demonstrar que não existe determinação biológica para esse papel subordinado que nos é assinalado, por outro, ele também desestabiliza a consolidação de uma plataforma mulher para uma política que vigore através das nações e das sociedades. Configura-se, então, um paradoxo. Sabemos que ele está aí, que pulsa no centro de nossas questões, incomodando-nos, mas o eludimos adiando constantemente o confronto, pois não sabemos como resolver a questão: vamos até às últimas conseqüências nessa análise dessencializadora, erradicadora de todo e qualquer determinismo, para poder dizer que, como mulheres, podemos aspirar a todo e qualquer comportamento e temos abertura para todas as capacidades mentais e físi-

cas. Porém, ao mesmo tempo, necessitamos também essencializar para dar unidade ao movimento social em torno dos problemas da mulher. Esse é o impasse a que chega a relação entre o feminismo e a antropologia a partir dessa primeira vertente iniciada por Margaret Mead.

É, de fato, somente a segunda geração — ao questionar o determinismo biológico e apontar para a experiência universal da subordinação feminina — que dá sustentação às plataformas feministas e que permite vincular a experiência das mulheres através dos países e das sociedades. Contudo, ela herda, da descoberta originária da variabilidade das formas de ser homem e mulher e dos múltiplos arranjos da formação sexo - gênero, a premissa de que a passagem da biologia para a cultura não é da ordem do instinto, ou seja, não é da ordem das determinações inescapáveis. Permanece, portanto, o paradoxo sobre o qual até hoje nos debruçamos: se a passagem do dado biológico para os comportamentos sociais depende de uma leitura mediada pela cultura, como se explica a tendência universal da subordinação, ainda quando consideramos variações de grau, matizes na hierarquia? Como conciliar a relatividade das construções culturais com a tendência universal da representação do gênero como hierarquia? A essa pergunta segue outra que coloca novamente em xeque o programa reformador dos feminismos: se há, de fato, uma estrutura profunda que rege essa universalidade, é possível pensar uma sociedade que, finalmente, erradique e dissolva essa estrutura que provou ser tão estendida e poderosa até o momento, ao longo do tempo e das culturas humanas?

A lei: o masculino invisível

Como mencionei, em tensão com a segunda dessas linhas de pensamento — cujo foco encontra-se na hierarquia —, existem tentativas etnográficas de desmontar o suposto da subordinação universal por parte de autoras que colocam no lugar central a pergunta pela existência de sociedades realmente igualitárias como uma pergunta ainda sem resposta definitiva. Um artigo publicado pela antropóloga inglesa Joana Overing, “Man control women? The ‘catch 22’ in analysis of gender” (1986), parece constituir um dos momentos mais férteis dessa discussão, deixando descoberta a dificuldade da mesma e a necessidade de esclarecer melhor os parâmetros que possam permitir a sua elucidação. Overing leva a questão sobre a hierarquia a um grupo indígena da Venezuela, os Piaroa, para, a partir de um mito, tentar provar que se trata de uma sociedade igualitária.

Contudo, o artigo, ao que me parece, acaba justamente mostrando a quase

impossibilidade de se chegar a uma conclusão com base em materiais etnográficos, deixando a descoberto a dificuldade de observar o gênero. Surge a pergunta: é o gênero observável? Onde se observa? Quais são os critérios para avaliar o caráter igualitário ou hierárquico que ele assume em uma determinada sociedade? Essa questão não comporta uma pergunta de resposta simples. Mais ainda, acredito, atualmente, que o gênero não seja exatamente observável, pois se trata de uma estrutura e, como tal, tem um caráter eminentemente abstrato, que se transveste de significantes acessíveis aos sentidos, mas que não se reduz nem se fixa a esses.

Hoje, a grande questão da disciplina é a seguinte: se dessencializamos o gênero, retirando a biologia do seu lugar determinante — que é a contribuição antropológica por excelência —, mas continuamos a constatar a hierarquia de gênero, tentando modelos explicativos que substituam a biologia na determinação da universalidade dessa hierarquia, podemos chegar à conclusão de que essa hierarquia depende de uma ordem ou estrutura abstrata. Uma estrutura que participa mais da ordem das instituições do que propriamente dos sujeitos sociais que por elas transitam; que faz parte antes do mapa cognitivo com que esses sujeitos operam do que de uma identidade estável supostamente inerente à sua constituição. Essa identidade, longe de ser inerente e determinada de antemão, vai se imprimindo no sujeito como parte do processo pelo qual emerge como ser social a partir das identificações em que se envolve. A leitura de seus próprios signos anatômicos é, ali, nada mais do que uma referência que conduz a sua construção de uma identidade, mas essa leitura ou interpretação da relação entre sua identidade e esses signos ou inscrições anatômicas é sempre individual e bastante aleatória.

Onde observar então o que, em última instância, denomina-se masculino e feminino, se constituem somente um arcabouço ideal de sustentação a partir do qual os sujeitos ancoram suas identidades, nunca sendo realidades sociais concretas, nunca sendo totalmente encarnados, nunca apresentando-se reduzidos a uma realidade física? Se é verdade que os personagens da cena originária, usualmente a cena familiar, constituem a referência inicial para a apreensão do que as posições relativas e os traços dos gêneros sejam, esses personagens não são mais que representações exemplares, significantes, ao final, transitórios, em uma cadeia de substituições à qual o sujeito será exposto ao longo da sua vida. Considero, à revelia da autora, que o texto de Overing coloca essa questão a partir de um mito que resumirei em seguida. A partir desse mito e de seu contexto, o artigo citado propõe uma conclusão, enquanto eu chego a conclusão oposta. Considero que, ainda

que permita essa discordância, o artigo é do maior interesse por mostrar a dificuldade da observância do gênero.

O mito Piaroa relatado pela autora fala de um deus chamado Wahari, de suas várias mulheres e de seu irmão chamado Buok'a. Esse irmão tem acesso sexual ilimitado às mulheres do grupo, e as satisfaz por meio de um pênis muito longo que carrega enrolado no pescoço. Trata-se de um estado paradisíaco de gozo irrestrito, interrompido finalmente quando Wahari decide colocar limites à relação entre seu irmão e suas mulheres. Surpreende, então, a seu irmão vestindo-se de mulher, e corta seu pênis deixando-o de dimensões normais. A partir desse ato de castração Buok'a sangra e se diz menstruado. As mulheres o visitam uma última vez e adquirem, dessa forma, por contágio, a sua menstruação, com todas as restrições e a reclusão obrigatória a ela associadas. A partir desse momento, os limites da atuação de homens e mulheres são instituídos na sociedade. O homem passa a ter o exercício da sua sexualidade limitado e a mulher curva-se, desde esse momento, às imposições derivadas do seu período menstrual.

Joana Overing, em sua interpretação, identifica aqui vários princípios de igualdade vigentes no contexto da sociedade Piaroa: o homem e a mulher sofrem proibições simétricas e equivalentes, originadas em um mesmo ato. Ambos são formulados como seres que aspiram ao prazer sexual da mesma forma e acabam castrados, submetidos a regras, também na mesma medida. Para a autora, o mito descreve uma sociedade que é relativamente igualitária porque os direitos e os deveres dos homens e das mulheres do grupo também se apresentam, ao olhar do etnógrafo, como bastante equilibrados na prática.

Acontece que, nessa análise, em seu conjunto muito informada pelo conhecimento que a autora tem da vida social e da cultura do grupo, fica de fora um elemento da narrativa que me parece essencial. Refiro-me a esse ser quase abstrato que vem a separar os direitos e as obrigações dos membros do grupo, que assinala papéis, distribui identidades e coloca limites. O portador da norma. Esse agente regulador, normalizador e disciplinador, embora transcendente, não é uma entidade neutra mas um princípio masculino, encarnado no deus Wahari como emblemático do papel masculino na sociedade.

É particularmente interessante e revelador o fato de que o resto, até o próprio exercício da sexualidade, resulta secundário na narrativa: Wahari, em determinado momento, transveste-se de mulher para se aproximar do irmão e poder castrá-lo, mas essa flutuação dos significantes não prejudica sua posição masculina na estrutura de relações. Também é seu irmão, e não

ele, quem exhibe a sexualidade mais ativa. Nenhum desses aspectos aparentes que assume, de fato, importam, pois o papel de instituir a lei, de distribuir as identidades e de definir as responsabilidades na vida social não é cedido a ninguém. E não é essa autoridade uma autoridade neutra, encarnada em uma figura andrógina, mas radicada em um deus, um deus que exhibe os atributos da masculinidade. Então, essa figura, essa posição no discurso, embora não atuante nem observável no contexto social, constitui, de fato, a chave da compreensão do que seja a masculinidade. O portador da lei, o juiz — fonte do sentido e das regras para a organização da vida social —, nessa como em outras sociedades, tem rosto masculino. Trata-se, uma vez mais, da lei fálica da interdição e da separação.

O paralelo com o processo da emergência do sujeito no modelo lacaniano é claro. De uma situação de indiferenciação originária, na qual a cria humana percebe-se em contigüidade indissolúvel com o corpo da mãe — representando a função materna, a função do feminino, qualquer que seja a pessoa que assim se posicione em relação ela —, e na qual os olhos da mãe lhe devolvem a certeza de sua existência, a função fálica do pai — ou função paterna, do masculino, qualquer seja a pessoa que venha a preencher esse lugar — é justamente a de se fazer presente, capturando uma parte do desejo da mãe e subtraindo-a, portanto, da criança. A função fálica, portanto, intercepta e interdita a fusão originária entre o sujeito, que assim emerge à vida social, e a personagem que, nessa cena, representa a função materna. Não, importa, como já disse, quem seja, de fato, ou que anatomia tenha, quem venha a preencher essas posições da cena inicial. A cena sempre comportará esses papéis. O materno, o feminino, marcados pelo gozo irrestrito e pela fusão a ser desfeita; o paterno, o fálico, pela apropriação do falo em sua entrada no desejo materno, como poderoso interceptador, instaurador de uma lei de limites e de separações da qual dependerá a possibilidade de conviver dentro de uma norma social. Lacan chama essa lei ou interdição da fusão originária “castração”, e ela representa a transposição, no campo psicanalítico, da proibição do incesto no campo antropológico do parentesco.

Em síntese, o feminino, a partir da figura materna, é o que se subtrai, a falta, o outro, o que se subsume no inconsciente, formando-o. Por sua parte, o masculino, a figura paterna, fálica porque capturou uma parcela do desejo da mãe, permite o gozo mas também sabe cortá-lo, interdita-lo, em nome da lei que instaura: o discriminador, o discernidor, e também o teórico, o filósofo e o ideólogo, por ser capaz de outorgar os nomes, os lugares e os papéis, criando o mundo com seus objetos e pessoas carregados de valor e de sentido.

A criança, o sujeito que emerge para a vida em sociedade, que vem a instalar-se no terreno do simbólico, que se torna humano, deve aprender a negar a fusão originária, a adotar a lei do pai, a introjetar os limites, a incorporar a necessidade da castração (Lacan, 1977). “O sujeito”, diz Judith Butler, “se constitui por meio de operações de exclusão” (Butler, 1992: 14), emergindo de um mar de negações. O sujeito encontra-se, portanto, sempre ao lado da agência, da lei, do exercício do poder. Ao constituir-se pela lei do pai, é sempre fálico, sempre masculino. Feminino será o excesso nele, o outro dele que permanece nele e que ele deve negar para diferenciar-se. Aquilo que ele vem a silenciar de si. Mas feminina é, também, sua origem, o universo completo, inteiramente prazeroso e satisfatório do qual veio.

Imediatamente após sua emergência, em um processo de segundo grau — também chamado “identificação secundária”, Ragland-Sullivan op. cit. —, ele tenderá a usar sua anatomia — mas não necessariamente — como referência para identificar-se e transvestir-se da aparência do princípio feminino que o envolvia, ou do princípio masculino que o separou, transformando-se, assim, em homem ou em mulher, em alguém que oculta sua castração, provando-se potente, ou que expõe sua castração, fazendo dela um signo: a *performance* do que falta, ou a exibição do *status*.

No feminino como *performance*, em sua teatralidade, em sua representação como mascarada (Rivière, 1929), aprofunda o seu caráter construído, que fora apontado, naquele famoso enunciado da mulher que “se faz”, por Simone de Beauvoir (1949). Em contrapartida, a construção do masculino como obliteração da mãe — condição necessária para a ocultação da castração e a dramatização narcísea de um nada-falta —, como *status* conquistado por meio de provas de coragem e de completitude que envolvem o confronto com a possibilidade da morte, se encontra documentada nas mais diversas fontes, do senhor e do escravo, em Hegel, aos nativos de Nova Guiné (Herdt, 1982; 1987; Herdt e Stoller, 1990). Essa proliferação da cena inicial, transposta e ampliada *ad infinitum* na experiência acumulada do sujeito nos cânones que a cultura prescreve, é nada mais nada menos que o constante aprofundamento de seu processo de identificação secundária, a reafirmação, ao longo da vida, de como deve calcar-se e fixar-se sempre de forma renovada em uma das posições da estrutura relacional dos gêneros.

Portanto, contrariando a análise de Joana Overing, considero possível trazer a psicanálise lacaniana — não exatamente como aplicada na clínica, mas como é reciclada nos estudos sobre subalternidade — para compreender essa cena em que a figura instauradora da lei é simultaneamente abstrata e masculina. É uma forma de enfatizar a questão que me parece central

sobre o que seja o gênero: é uma dualidade empírica, observável, de papéis, de atribuições, de direitos e de deveres, ou é uma estrutura de relações cujos termos se transvestem de atores da vida social, mas na qual a adesão desses personagens a esses termos é sempre fluida e até certo ponto aleatória? Seria o gênero documentável simplesmente como o que homens e mulheres fazem em uma determinada sociedade? Ou o observável nada mais é do que uma transposição, para um quadro de verossimilhanças (Silverman, 1992), de uma cena primária, original, mítica e muito próxima da abstração da estrutura? Se os gêneros fossem simplesmente o que homens e mulheres fazem de forma diferenciada, como explicar, por exemplo, o ressurgimento da estrutura de gênero no interior de instituições totais como cadeias e conventos, agora encenada por anatomias idênticas?

Em um texto brilhante, Chandra Mohanty expõe as falácias teóricas e a manobra político-ideológica que se escondem por trás da universalização da categoria social que chamamos “mulher”, por parte de observadoras ocidentais — feministas e acadêmicas. Ao estabelecer essa equivalência universal das mulheres, estabelece-se, também, sua comparabilidade fatural e, embora não seja o caso do texto de Overing, essa comparação leva, quase que indefectivelmente, à confirmação da superioridade da mulher ocidental — que, aliás, é o pressuposto desse movimento em direção ao outro, configurando-se, então, um clássico pensamento circular. Na verdade, ainda quando a outra sociedade viesse a emergir desse exercício como sociedade igualitária, como quer Overing, os parâmetros e valores implícitos na comparação estarão fixados pelo padrão ocidental. Curiosamente, na análise de Mohanty, o universalismo alinha-se com o empirismo: não se trata da crítica à universalidade da estrutura, dos termos abstratos, que daria origem à categoria “mulher” — ou, o que eu chamei de “o feminino” em uma estrutura relacional —, mas da crítica à observância e à comparabilidade das mulheres em sua concretude, sem problematizar a passagem da mulher genérica, da posição do feminino como categoria, a entidades concretas que representariam o gênero mulher por meio das culturas e sobre a base de uma anatomia comum. De acordo com Mohanty, que se inspira, por sua vez, em um artigo de Beverley Brown (1983),

some writers confuse the use of gender as a superordinate category of organizing analysis with the universalistic proof and instantiation of this category. In other words, empirical studies of gender differences are confused with the analytical organization of cross-cultural work. Beverley Brown's review of the book *Nature, Culture and Gender* (1980) best illustrates this point. Brown suggests that nature: culture

and female:male are superordinate categories which organize and locate lesser categories (like wild/domestic and biology/technology) within their logic. These categories are universal in the sense that they organize the universe of a system of representations. This relation is totally independent of the universal substantiation of any particular category. Her critique hinges on the fact that [...] the book construes the universality of this equation to lie at the level of empirical truth, which can be investigated through field-work [...] Here, methodological universalism is assumed on the basis of the reduction of the nature::culture::female::male analytic categories to a demand for empirical proof of its existence in different cultures. Discourses of representation are confused with material realities, and the distinction between “Woman” and “women” is lost (Mohanty, 1994: 211).

Nos meus próprios termos, então, o que nossas etnografias podem observar é como o feminino e o masculino, como posições em uma estrutura relacional, se instauram em cada interação social, vivida ou relatada, do cotidiano ou do mito. Essa estrutura revela-se — e oculta-se —, inicialmente, como já disse, por verossimilhança, nas relações entre os atores da cena originária. Essa cena, embora constituída pelos papéis prescritos pela estrutura, é sempre diferente e peculiar para cada novo ser que emerge à vida em sociedade. Portanto, seria possível afirmar que se o gênero, como categoria, faz parte de um modelo estável, é extremamente instável e fugidivo em seus processos de instanciação. Somente dessa forma poderiam explicar-se os rígidos mecanismos de coação social que regem a identificação secundária por intermédio das diversas culturas, constringendo os sujeitos a enquadrar-se e fixar-se de forma estável e previsível nas personagens de cenas em que sempre acaba reconhecendo-se a cena originária. A nossa política, por sua vez, deve dirigir-se ao desvendamento dos processos de trânsito e de circulação que ocorrem constantemente, mas ficam ocultos pelo peso das representações que prescrevem e que ajudam a reproduzir o colapso dos sujeitos a posições supostamente determinantes e originárias. Isso não significa, de forma alguma, patrulhar as fantasias que muitas vezes, por prazer, nos condenam; mas indagar o que as sustenta.

Androginia como circulação pelos registros do gênero

Se o patriarcado pertence, como afirmo, à esfera do simbólico, sendo os fatos um epifenômeno daquela outra inscrição fundante, o que é possível opor a ele? Como é possível agir? Simplesmente representáveis e representadas, no plano ideológico, as constantes experiências de circulação dos sujeitos pelos registros do gênero, a androginia inerente à vida humana, que, contudo, raramente obtém visibilidade e permanece mascarada pelas inércia da linguagem e outras formas de coerção oriundas do campo ideológico.

Quando aponto para a possibilidade de uma política de circulação, o que pretendo é deixar à vista elementos que se encontram presentes na composição do sujeito mas que são mascarados pelas representações de gênero dominantes, que tendem a fixar e a colapsar os significantes sobre significados unívocos, especialmente na cultura ocidental mas, ainda, em outras sociedades. Identifico dois aspectos que comportam os trânsitos e as complexidades contidas ou permitidas pela composição de gênero dos sujeitos. O primeiro tornou-se perceptível, para mim, a partir de meus achados etnográficos dos modos de sociabilidade e de sexualidade que circundam as tradições religiosas afro-brasileiras, e que ampliei posteriormente. Creio ser possível afirmar que toda pessoa tem a possibilidade aberta de ser uma criatura mista a respeito da sua composição de gênero, e que circula, na suas vivências interiores, por registros diferentes, nem sempre compatíveis, da mesma. O segundo, diz respeito à sua entrada, sempre mutável, nos universos de interação em que sucessivamente se insere.

O primeiro desses aspectos desvenda o fato de que o gênero se transpõe, tornando-se concreto, em várias camadas da experiência do sujeito, que poderá ter, assim, do ponto de vista do gênero, uma composição mista, plural, na variedade dos âmbitos da experiência que constituem sua interioridade. Ele constitui-se, acredito, no que poderíamos chamar “composto de gênero”, e não o ser monolítico, unisêmico, que as representações geralmente indicam, sobretudo no Ocidente. Os estratos que tento definir a continuação foram inspirados na minha etnografia do “Xangô do Recife”, já citada, mas isso não deveria causar espanto, pois não é outro o papel do antropólogo se não o de exceder as categorias ocidentais, incluindo as científicas, e tentar iluminar com as dos seus nativos dimensões da experiência que aquelas não poderiam revelar. Em verdade, categorias como “fetiche”, “tabu” ou “mana”, hoje transformadas em ferramentas analíticas de grande alcance, são originárias de etnografias localizadas.

1. O corpo, a anatomia propriamente dita, e a maneira como se inscreve na auto-percepção. De fato, a anatomia propriamente dita, o nível biológico, constitucional, a natureza orgânica do macho e da fêmea da espécie deveria entrar nessa seqüência como o nível 0, porque é inatingível em si mesma e jamais a tocamos, nem na própria ciência, em estado puro, livre dos investimentos afetivos, valorativos e cognitivos que constituem a cultura. O nível 1, por sua parte, já está representado pelas categorias de “homem” e de “mulher”, aceitas e introjetadas pelo sujeito a partir da percepção que ele tem do seu próprio corpo. Aqui, os estudos pioneiros de Robert Stoller sobre transexualismo (1964, 1968, 1975, 1985, entre outras obras da sua autoria), mostram, a maleabilidade da inserção do corpo na experiência do sujeito, e as vicissitudes da auto-percepção. É interessante notar que Stoller iniciou suas pesquisas no campo da psiquiatria para, mais recentemente, somar esforços com a antropologia (Herdt e Stoller, op. cit.). Por outro lado, como bem sabemos, a partir de Margaret Mead, as categorias a que o corpo, como signifiante, dá lugar têm conteúdos variados segundo as culturas.

2. Nessa tentativa de discriminar as maneiras variadas como cada sujeito se inscreve no complexo mapa do gênero, um segundo estrato poderia denominar-se o “gênero da personalidade”. Essa denominação segue de perto a noção de “santo” da cabeça dos cultos afro-brasileiros, na qual o gênero do santo atribuído à pessoa — “santo-homem” ou “santo-mulher” — fala do gênero de sua personalidade, do seu gênero psíquico, não necessariamente atrelado ao corpo, ao papel social, nem mesmo à orientação sexual ou à disposição sexual. Fala-se, aqui, da feminilidade e da masculinidade tal como se expressam nas atitudes e no temperamento da pessoa; mas também da sua disposição afetiva, da maneira e da posição na qual se insere diante do outro nas interações de sua vida afetiva.

3. Por sua vez, a orientação sexual diz respeito ao objeto preferencial do investimento libidinoso, advertindo, contudo, que as categorias de homossexualidade e heterossexualidade servem só muito esquematicamente para dar conta das alternativas envolvidas nessa dimensão do gênero. É importante ressaltar que a orientação sexual deve ser discriminada do gênero da personalidade, e textos como os de Michael Pollak (1986) e Philippe Ariès (1986) sobre a história da homossexualidade no Ocidente aportam evidências a esse respeito. A orientação sexual é usualmente indicada por um repertório de signos consistentes em trejeitos mais ou menos estereotipados que os incautos confundem muitas vezes com indicadores do que chamamos de “disposição afetiva” masculina ou feminina.

4. Devemos separar ainda a disposição sexual da pessoa, ou seja, o que diz respeito ao seu comportamento sexual propriamente dito, e à sua tendência a assumir papéis sexuais ativos ou passivos em sua interação sexual.

5. Por fim, o âmbito mais reconhecido dos papéis sociais de gênero aos quais, durante muito tempo, as análises sociológicas e antropológicas reduziram a categoria de gênero. Essa é de fato, mais ampla, e inclui dimensões sociais, psíquicas e sexuais.

É necessário dizer, ainda, que, ao falarmos habitualmente de gênero, abrangemos de forma imprecisa todos esses níveis. Contudo, dependendo da cultura, serão representados como mais ou menos atrelados e fixos, e sua correspondência a uma única identidade de gênero é submetida a um maior ou menor grau de vigilância e de coerção. Contudo, a psicanálise tem dificuldades em desatrelar essas camadas de composição da experiência de gênero do sujeito, colapsando sua orientação sexual, sua disposição sexual e sua disposição afetiva em sua anatomia, como a própria Nancy Chodorow, (1978: 139) chega a reconhecer, brevemente, apesar da dívida que seu próprio modelo mantém com essa disciplina. E acontecem, também, deslizamentos constantes, apesar de toda a prevenção contra esse tipo de atrelamento, do nível anatômico e ao simbólico, e vice-versa, demonstrando a inércia — e o conseqüente conservadorismo — inerente às representações e à linguagem em geral. Como Jane Gallop demonstrou de forma espirituosa, até o mais prevenido, aquele que dessencializou a própria idéia do falo, separando-a de seu suporte ou significante anatômico estabelecido, assentando, com isso, as bases de uma noção de patriarcalismo antes simbólico do que factual, o mesmíssimo Lacan, caiu na armadilha dessa inércia (Gallop, 1992, especialmente o capítulo “sobre o falo”).

O outro aspecto, talvez mais fácil de reconhecer, é a própria oscilação do sujeito, ao longo do tempo e das relações afetivas em que se engaja, entre disposições ou registros diferentes de gênero diante do outro. De fato, apesar da inércia própria dos processos de construção de identidade, essa oscilação ocorre. A maturidade e as posições institucionais ocupadas incidem nesse fenômeno de transformação conforme a maneira que nos inserimos nas relações. Aqui, também, podemos apreender do material etnográfico, e pinçar, do vocabulário de diversas sociedades africanas como, por exemplo, dos Igbo da Nigéria, a categoria de mulher - homem, como a mulher que alcança a *senioridade* masculina com a velhice.

Abstract. *The article endorses a view of gender as structure. As such, gender hierarchy belongs to the dominion of the symbolic and lies somewhere beneath the observable reality that provides materials for the work of the ethnographer. Gender structures reality, imprinting in it the organization of an originary scene usually transposed into the terms of family relationships. Within this perspective, the author can only envisage one outlet from the hierarchical circle of power and subjected desire: to disclose the usual — though generally masked — circular dynamics of androgyny that is an ordinary part of the experience of social subjects.*

Résumé. *L'article endosse une vision de genre comme structure. En tant que tel, l'hierarchie appartient au domaine du symbolique et demeure en deçà de la réalité observable sur laquelle travaille l'ethnologue. Le genre structure la réalité, en y imprimant l'organisation d'une scène originaire qui se transpose en termes de rapports familiaux. A partir de cette perspective, l'auteur n'envisage qu'une sortie du cercle hiérarchique du pouvoir et de la soumission du désir: révéler la dynamique, usuelle — même si généralement masquée — de l'androgynie en tant que circulation, ce qui fait partie de l'expérience ordinaire des sujets sociaux.*

Referência bibliografia

- ARIÈS, Philippe, (1986) "Reflexões sobre a história da homossexualidade", in *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense.
- BADINTER, Elisabeth, (1988) *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BEAUVOIR, Simone, (1970) [1949] *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- BRENNAN, Teresa, (1997) [1989] "Introdução", in *Para além do falo. Uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- BROWN, Beverley, (1983) "Displacing the difference", review *Nature, Culture and Gender*" m/f 8.
- BUTLER, Judith, (1990) *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Nova York: Routledge.

- BUTLER, Judith, (1992) "Introduction" e "Contingent foundations: Feminism and the question of 'Postmodernism'", in BUTLER, Judith & SCOTT, Joan W. (eds.), *Feminists theorize the political*. Nova York/Londres: Routledge.
- . (1993) *Bodies that matter. On the discursive limits of "sex"*. Nova York/Londres: Routledge.
- . (1997) *The psychic life of power. Theories in subjection*. Stanford: Stanford University Press.
- CHODOROW, Nancy, (1974) "Family structure and feminine personality", in ROSALDO, Michelle Z. & LAMPHERE, Louise (orgs.), *Women, culture and society*. Stanford: Stanford University Press.
- . (1978) *The reproduction of mothering. Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press.
- CIXOUS, Hélène, (1981) "Castration or decapitation?", *Signs* 7/1, Autumn, pp. 41-55.
- FAURÉ, Christine, (1981) "Absent from history" *Signs* 7/1, Autumn, pp. 71-80.
- GALLOP, Jane, (1992) *Lendo Lacan*. Rio de Janeiro: Imago.
- HEILBORN, Maria Luiza, (1992) "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil", in OLIVEIRA COSTA, Albertina de & BRUSCHINI, Cristina, *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos /Fundação Carlos Chagas, pp. 93-126.
- HERDT, Gilbert (ed.), (1982) *Rituals of manhood. Male initiation in Papua New Guinea*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press.
- . (1987) *Guardians of the flutes. Idioms of masculinity*. Nova York: Columbia University Press.

- HERDT, Gilbert & STOLLER, Robert J., (1990) *Intimate communications. Erotics and the study of culture*. Nova York: Columbia University Press.
- HÉRITIER, Françoise, (1979) "Symbolique de l'inceste et de sa prohibition", in ISARD, M. & Smith, P. (eds.), *La fonction symbolique*. Paris: Gallimard, pp. 209-243.
- IRIGARAY, Luce, (1981) "And the one doesn't stir without the other", *Signs* 7/1, Autumn, pp. 60-67.
- KRISTEVA, Julia, (1981) "Women's time" *Signs* 7/1, Autumn, pp. 13-35.
- LACAN, Jacques, (1977) "The signification of the phallus", in *Ecrits. A selection* (traduzidos do francês por Alan Sheridan). Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, pp. 280-291.
- LANDES, Ruth, (1967) [1940] *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEACOCK, Eleanor Burke, (1981) *Myths of male dominance. Collected articles on women cross-culturally*. Nova York: Monthly Review Press.
- LEPOWSKY, Maria, (1993) *Fruit of the motherland. Gender in an egalitarian society*. Nova York: Columbia University Press.
- MACCORMACK, Carol & STRATHERN, Marilyn (eds.), *Nature, gender and culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEAD, Margaret, (1935) *Sex and temperament in three primitive societies*. Nova York: New American Library.
- MITCHELL, Juliet, (1975) *Psychoanalysis and feminism*. Harmondsworth. Middlesex: Penguin Books.
- MITCHELL, Juliet & ROSE, Jacqueline, (1982) *Feminine sexuality. Jacques Lacan and the école freudienne*. Londres: Macmillan.

- MOHANTY, Chandra Talpade, (1994) "Under western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses", in WILLIAMS, Patrick & CHRISMAN, Laura (eds.), *Colonial discourse and post-colonial theory. A reader*. Nova York: Columbia University Press.
- MOORE, Henrietta, (1994 a) "Gendered persons. Dialogues between anthropology and psychoanalysis", in HEALD, Suzette & DELUZ, Arianne (eds.), *Anthropology and psychoanalysis. An encounter through culture*. Londres/Nova York: Routledge.
- . (1994 b) "The problem of explaining violence in the social sciences", in HARVEY, Penelope & GOW, Peter (eds.), *Sex and violence. Issues in representation and experience*. Londres/Nova York: Routledge.
- ORTNER, Sherry, (1974) "Is female to male as nature is to culture?", in ROSALDO, Michelle Z. & LAMPHERE, Louise (orgs.), *Women, culture and society*. Stanford: Stanford University Press.
- ORTNER, Sherry & WHITEHEAD, Harriet, (1981) "Accounting for sexual meanings", in *Sexual meanings. The cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OVERING, Joana, (1986) "Men control women? The 'catch 22' in the analysis of gender", *International Journal of Moral and Social Studies* 1(2), summer.
- POLLAK, Michael, (1986) "A homossexualidade masculina, ou a felicidade no gueto?" in *Sexualidades ocidentais*, São Paulo: Brasiliense.
- RAGLAND-SULLIVAN, Ellie, (1986) *Jacques Lacan and the philosophy of psychoanalysis*, Londres: Croom Helm Ltd.
- REITER, Rayna, (1975) "Men and women in the south of France: Public and private domains", in REITER, Rayna (org.), *Toward an anthropology of women*. Nova York: Monthly Review Press.
- RIVIÈRE, Joan, (1929) "Womanliness as a masquerade", *The International Journal of Psychoanalysis*, 10.

- ROSALDO, Michelle, (1974) "Women, culture, and society: A theoretical overview", in ROSALDO, Michelle Z. & LAMPHERE, Louise (orgs.), *Women, culture and society*. Stanford: Stanford University Press.
- RUBIN, Gayle, (1975) "The traffic in women: Notes on the 'political economy' of sex", in REITER, Rayna (org.), *Toward an anthropology of women*. Nova York: Monthly Review Press.
- SEGATO, Rita Laura, (1995) "Inventando a natureza: Família, sexo e gênero no Xangô de Recife, in SANTOS E DAIMONES, *O politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- . (1996) "Frontiers and margins: The untold story of the afro-brazilian religious expansion to Argentina and Uruguay" *Critique of Anthropology* 16 (4).
- SILVERMAN, Kaja, (1992) *Male subjectivity at the margins*, Nova York/ Londres: Routledge.
- SILVERSTEIN, Leni, (1979) "Mãe de todo mundo: modos de sobrevivência nas comunidades de candomblé da Bahia", *Religião e Sociedade* 4, pp. 143-175.
- SLOCUM, Sally, (1975) "Woman the gatherer: male Bias in anthropology", in REITER, Rayna (org.), *Toward an Louise anthropology of women*. Nova York: Monthly Review Press.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty, (1985) "Three woman's texts and a critique of imperialism". *Critical Inquiry* 12/1, pp. 262-280.
- . (1994) [1988] "Can the subaltern speak?", in WILLIAMS, Patrick & CHRISMAN, Laura (eds.), *Colonial discourse and post-colonial theory. A reader*. Nova York: Columbia University Press.
- STOLLER, Robert, (1964) "A contribution to the study of gender identity". *International Journal of Psychoanalysis* 45.
- . (1968) *Sex and gender*, vol. 1. Nova York: Science House.

- STOLLER, Robert, (1975) *Sex and gender*, vol. 2. Londres: Hogarth.
- . (1985) *Observing the erotic imagination*. New Haven/Londres: Yale University Press.
- TAVARES, Hugo Cesar, (s/d) *Troca de mulheres (em Lévi-Strauss e Lacan)*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial.
- WARNER, Michael, (1990) *The letters of the Republic: Publication and the public sphere in Eighteenth-Century America*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- . (1992) "The mass public and the mass subject", in CALHOUN, Craig (ed.), *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo

*Lourdes Bandeira & Deis Siqueira**

En thèse générale, écrivait Charles Fourier dans sa Théorie des quatre mouvements, les progrès sociaux et changements de période s'opèrent en raison du progrès des femmes vers la liberté, et les décadences d'ordre social s'opèrent en raison du décroissement de la liberté des femmes.
Guy Besse.

Resumo. O artigo trata da emergência do movimento feminista que, a partir da metade do século XX, produziu efeitos políticos e sociais importantes, além de uma contribuição significativa e paradigmática à reestruturação do pensamento ocidental. Tem por objetivo caracterizar as ambigüidades da modernidade que transitam entre a misoginia e a ordem racional cartesiana. Propõe-se a evidenciar que o pensamento feminista tem provocado mudanças nas formas de produção do conhecimento e de representação da realidade que interferem na construção da teoria social, além de interferir nas relações inter-subjetivas e intra-subjetivas e nas relações entre indivíduo e sociedade. Finalmente, o artigo reflete em que medida as formas do pensar sociológico incorporaram as contribuições do pensamento feminista.

Introdução

A partir da metade deste século, a emergência do movimento feminista, além de produzir efeitos políticos e sociais importantes, trouxe uma contribuição significativa e paradigmática à reestruturação do pensamento ocidental com a emergência do que pode ser chamado um “pensamento feminista”, desdobrando-se em estudos feministas, estudos sobre as mulheres e estudos de gênero.

* Lourdes Bandeira e Deis Siqueira são professoras do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Esse pensamento estruturou-se a partir de uma ética assentada na crítica a uma razão e em uma concepção androcêntrica de humanidade, que deixou de fora uma metade dela — as mulheres que, apesar de viverem no mundo patriarcal, construíram principalmente em nível da vida cotidiana, suas histórias próprias. O modelo de feminino, fabricado pelo androcen-trismo, em nome da natureza e da razão, tentou encobri-las e emudecê-las durante muitos séculos.¹

A partir dessa perspectiva, este texto tem por objetivo: a) caracterizar a (in)visibilidade das mulheres e as ambigüidades da modernidade; b) evidenciar que o pensamento feminista, cada vez mais, provoca deslocamentos nas formas de pensar e nos paradigmas predominantes da teoria social, isto é, provoca, entre outras realidades, mudanças nas formas de pensar e na ética das relações humanas, ou seja nas relações inter-subjetivas e intra-subjetivas, bem como nas relações entre indivíduo e sociedade; c) analisar a contribuição do pensamento feminista na formulação do pensamento sociológico.

A (in)visibilidade das mulheres: As ambigüidades da modernidade

Na construção da ciência moderna e da sociologia, em particular, as mulheres foram desprezadas ou omitidas seja como produtoras, seja como sujeitos de conhecimento. Tal ausência fez com que o conhecimento e a ciência fossem produzidos e escritos por homens, para os homens e tendo como sujeito os próprios homens. Já se tornaram clássicas algumas das definições e das imagens atribuídas às mulheres por alguns ilustres pensadores, tais como Diderot (1713-1784), cuja tese é de clareza ímpar, quando afirmava que ...a mulher é um ser de paixões e de emoções, comandada por seu útero. Todo o resto é deduzido desse tipo de concepção (Badinter, 1991: 25).² Desde 1762, Diderot já abordara o tema da mulher em sua correspondência com Sophie Volland: a seu ver, a especificidade feminina residia nos órgãos genitais. O útero constituía sua essência e determinava os pensamentos e as experiências das mulheres. Esse órgão invisível era a origem de todos os seus males e do lugar pouco invejável que as mulheres ocupavam na sociedade. Por causa desse sexo, as etapas da vida feminina enunciavam-se em termos de dor e de servidão (Badinter, 1991: 26).

Nessa mesma direção pontuava Antoine Léonard Thomás que, em sua *Correspondence littéraire* com Diderot, nos anos 1770, reforçava esse tipo de pensamento, contrapondo-se a Descartes (1596-1650): “falta às mulhe-

res o espírito de análise e de síntese que fazem o gênio masculino, e Descartes que delas gabava a faculdade filosófica, enganava-se redondamente. Elas não têm nem a razão fria, nem o espírito penetrante e rápido, que são o apanágio dos grandes pensadores” (Badinter, 1991: 21). Não é demais lembrar que também Comte (1789-1857) afirmou que a inteligência da mulher localizava-se no útero, e que daí derivaria sua incapacidade de cuidar da casa e de pensar, simultaneamente.

Essa herança misógina pode ser localizada historicamente a partir do triunfo da hermenêutica patriarcal-racionalista sobre a antiga hermenêutica matriarcal-naturalista do mundo grego. Assistiu-se à passagem da dialética matriarcal à lógica patriarcal. A esse propósito, expressa-se Mayr:

En realidad conocemos bien el transfondo griego: la razón considerada como razón política libre se opone al inframundo irracional y no libre, al tiempo que se propone al hombre como símbolo de la polis libre y del dominio frente a la familia-mujer como lo dominante... la tradición occidental entenderá al hombre no como ser natural y histórico-genético sino como puro espíritu contrapuesto a una materia denegada (1989: 28-32).

A dualidade filosófica grega entre masculino e feminino veio acompanhada pelo pensamento dual das coisas a partir de seus princípios correspondentes: forma - matéria; alma - corpo; real - possível; superior - inferior; melhor - pior etc. Por sua vez, esse dualismo simbólico ancorou-se na mitologia grega, na qual aparecem em oposição, respectivamente, masculino - feminino; limitado - ilimitado; reto - circular; unidade - pluralidade; estático - móvel; luz - escuridão; bem - mal etc. Dessas oposições simbólicas derivaram as oposições conceituais introduzidas na construção do conhecimento, tais como tempo - espaço, forma - matéria, par - ímpar etc. A oposição masculino - feminino subentendeu as relações categórico-conceituais que formam a estrutura cognitiva do processo do conhecimento.

Importante lembrar que, para Platão, a mulher era o obscuro enigma do caos frente à ordem própria do homem. O homem seria a medida da mulher. Também para Aristóteles, o humano identifica-se com o masculino, enquanto o feminino seria apenas uma imperfeita realização do humano, a determinar-se pelo princípio masculino. Seria uma “qualidade” típica da mulher o receptivo-conceptivo, de signo concreto intuitivo.

A respeito da filosofia platônica, continua Mayr:

En el mundo conceptual, propio de la filosofía, sólo funciona genéticamente el espíritu, el cual es visto en analogía con el princí-

pio masculino: determinante, com-formante, actuante. Esta filosofia se continúa en la tradición cristiana, en la que el espíritu del hombre (masculino) se opone al alma femenina asociada a lo sensual-natural y material. Ello queda patente en la famosa definición de Escoto Eriúgena: el intelecto representa al varón de la naturaleza humana e amado por los griegos nous, mientras que el sentido/sentimiento (sensus, aisthesis) está representado por la mujer. También Tomás de Aquino afirmara la pura competencia patriarcal en la generación del verbo de Dios, desechando todo componente matriarcal. Ya Agustín de Hipona que la auténtica "imagen" de Dios se reflejaba en el espíritu masculino, no en la razón impura, mezclada y sensual (ratio inferior) de la mujer (1989: 32).

Desde o mundo grego até a modernidade, as aberturas em relação ao universo das mulheres têm sido sempre parciais e localizadas — porquanto foram operadas como concessões por parte dos poderes instituídos ou existentes e não como espaços de mudanças — como troca de valores ou como imposição de uma nova ética.

Segundo Lovibon (1990: 105), argumenta-se que a filosofia ocidental, desde seus primórdios, delineou esquemas imagéticos sucessivos com o fito de adaptá-los a uma única versão, a do homem, o representante normal ou completo da espécie, destacando-se sobre um pano de fundo composto pela simples "natureza", simbolizada consistentemente pela mulher ou pela feminilidade. Os guardiões platônicos emergem da caverna — aparentada ao útero — do "senso comum" em direção à luz clara do conhecimento. Os cidadãos de Hegel atingem a maturidade quando deixam para trás o mundo obscuro e privado da família, presidida pelo gênio da mulher. Em suma, a passagem da natureza para a liberdade — ou, em outros termos, da "heteronomia" para a "autonomia" — foi representada como afastamento do homem das cercanias femininas, encapsuladas, onde tem início a vida.³

No século XVII, Descartes inaugura uma nova visão racionalista de mundo, afirmando, de forma pioneira, a plena autonomia do pensamento com relação ao corpo. Segundo Irigaray, "Descartes met son lieu d'inscription uniquement dans le cerveau" (1989: 79).⁴ Muitos intelectuais, herdeiros do pensamento cartesiano, como Poulain de la Barre, passaram a defender uma igualdade entre homens e mulheres, na medida em que ambos seriam possuidores de razão e portanto de uma identidade essencial, transcendendo-se ou secundarizando-se o sexo e as funções biológicas.

Entretanto, no século XVII e nos posteriores, muitos pensadores ocidentais, a exemplo de Rousseau (1712-1778), continuaram a centrar o ideal feminino nas analogias entre a figura da mãe e da freira: sacrifício e reclu-

são são as características desse ideal. Fora desse modelo, não há salvação para as mulheres. O exemplo de Sofia ou de Júlia de Wolmar provam-no. A primeira sai de casa, entra na vida social e abandona os seus. Irá pagar isso com sua virtude e sua vida. A segunda, ao contrário, resgata um pecado da juventude tornando-se uma esposa e uma mãe admiráveis. A advertência de Rousseau é, portanto, clara: o único destino possível é o de reinar em seu “interior”. A mulher deve abandonar ao homem o mundo “exterior”, sob pena de ser anormal e infeliz. Ela deve saber sofrer em silêncio, e dedicar sua vida aos seus, pois tal é a função que a natureza lhe destinou, sua única chance de felicidade.⁵

Intolerante e indiferente, ainda permaneceu a maioria dos homens frente às reivindicações propostas e divulgadas pelas mulheres, ainda que, desde pelo menos o verão de 1789 — quando da discussão da Declaração dos Direitos do Homem —, as mulheres já propugnavam direitos de igualdade e de cidadania.

Portanto, não podemos deixar de concordar com Descarries (1995: 11)⁶ quando afirma que, ainda hoje,

le savoir et ses institutions se sont largement constitués sur la base de l'exclusion, voire de la forclusion des femmes, tant sur le plan symbolique que sur le plan social, politique, culturel et économique, [...] désormais, l'intérêt nous semble être davantage, du moins pour certaines d'entre nous, de tenter de comprendre les enjeux inconscients à l'oeuvre dans la constitution d'un savoir marqué à l'origine non seulement par l'exclusion des femmes, mais plus profondément encore par le déni d'Altérité.

Ou seja, a exclusão e a inferioridade feminina ainda persistem, não apenas como categorias numéricas ou estatísticas, mas como fato sociológico, na medida em que o consenso como ideal regulador do discurso masculino não foi ainda rompido plenamente.

Essa hegemonia atualizada do masculino espelha a própria ambigüidade do pensamento moderno no que toca à construção do sujeito universal e do sujeito de gênero. Ou seja, por um lado, Descartes, ao dar estatuto privilegiado à razão, instaura a liberdade do espírito em relação ao corpo e as diferenças de sexo passam a ser secundárias nesse novo modelo de homem moderno-pensante. Em princípio, esse modelo possibilitaria a superação do lugar da mulher misoginamente definido a partir de seu útero, isto é, seu destino biológico-maternal-interior-reprodutivo. Os cartesianos, ao construir uma ruptura, ancorada na razão, entre a animalidade e a humanidade, integram a mulher enquanto ser humano universal e assexuado. Entre-

tanto, por outro lado, não rompem com a dualidade historicamente construída entre razão, como qualidade fundamentalmente masculina, *versus* sensibilidade, intuição, identificadas como qualidades eminentemente femininas. Se o homem é o portador, por excelência, da razão, a mulher, mesmo incluída na humanidade, não deixa de ser um ser de segunda categoria ou um ser inferior, lembrando Simone de Beauvoir, o *segundo sexo*.

Portanto, o homem moderno apoderou-se da razão como instrumento de conquista da liberdade e da emancipação em nome da humanidade. Assim, essa razão humana masculina, tornada universal, concebeu, por um lado, a unidade da razão e, por outro, a humanidade representada por um único sujeito, unitário e androcêntrico.

Junte-se a esse movimento o fato de que nesses mesmos séculos de construção da modernidade, não deixaram de se expressar os herdeiros do pensamento de Diderot, tais como o historiador Michelet que ... santificou a mulher doente, glorificando essa misteriosa criatura que escapa aos critérios da razão. Freud, enfim, que a define como “a inveja do pênis”, a falta para depois admitir que ela é o “continente negro”, do qual não sabe o que dizer (Badinter, 1991: 33).

Assim, o pensamento moderno se constrói permeado de ambigüidades. A ética da diferença sexual talvez seja a mais indicativa dessas indeterminações, ainda que não a única. A verdade das Luzes, que iluminou o Iluminismo da racionalidade masculina, deixou nas sombras metade dos seres humanos, as mulheres. As promessas do novo tempo — de liberdade, de igualdade e de fraternidade — já nasceram impossibilitadas de se cumprirem em sua plenitude.

Se, por um lado, o pensamento cartesiano avançou, instaurando a primazia da razão e destituindo a diferença sexual como fundante da condição humana, por outro, não rompeu com a dualidade herdada da filosofia grega, que opõe razão a intuição e a sensibilidade, ou seja, o masculino ao feminino, sendo privilegiados, na construção da humanidade, os primeiros termos. Estão postas as condições para que, nos últimos quatro séculos, o pensamento transite entre posições democráticas que supõem a igualdade de homens e de mulheres e aquelas misóginas, assentadas na inferioridade feminina, determinada pelo império do útero.

Por sua vez, as mudanças ocorridas a partir do século XVIII, relativas às crenças sobre o corpo e a sexualidade, servirão de parâmetro para se reafirmarem as desigualdades entre os sexos no plano social e cultural.

Segundo Soihet (1997: 9), ultrapassa-se a concepção, quanto às semelhanças estruturais entre o corpo masculino e o feminino, da homologia dos

órgãos genitais, cuja diferença pensava-se residir apenas em estar oculto nas mulheres o que nos homens era aparente. Agora, as novas diferenças reconhecidas nos genitais serviam de indicadores para as ocupações diversas de cada sexo: a esfera privada para as mulheres e a pública para os homens. O corpo feminino é utilizado para negar toda possibilidade de comparação entre homens e mulheres, em termos de um critério comum de cidadania. Nesse sentido, as ambigüidades do pensamento moderno ressignificam-se e têm seus pressupostos rearticulados na diferença sexual, reafirmando a impossibilidade ou a inferioridade das mulheres em relação às nobres faculdades de pensar, de abstrair e de generalizar. Ou seja, a “inferioridade de sua razão”.

No século XIX as “qualidades das mulheres” valorizadas socialmente nos séculos anteriores — ou seja, a fragilidade, o recato, a fidelidade, a subordinação sexual, a maternidade etc. —, em nome da razão e da ciência, acabam naturalizando-se, ancoradas no plano biológico, e servirão de referência para a elaboração das normas jurídicas. O exemplo mais contundente é a obra de Cesare Lombroso (in Soihet, 1997), médico e criminalista italiano que viveu em fins do século passado, para quem a mulher normal é aquela cujos sentimentos são os maternos. As dotadas de forte erotismo e muita inteligência eram consideradas perigosas e, portanto, somente a elas deveria ser aplicada a lei do adultério.

Pode-se afirmar, sumariamente, que, se, por um lado, o racionalismo incorpora a mulher como parte da humanidade — uma vez que ela é detentora de razão —, por outro, a exclui, na medida em que essa seria uma qualidade fundamental dos homens. Se, por um lado, avança em relação às posições misóginas hegemônicas, por outro, deixa espaço para que essas se ressignifiquem nos séculos posteriores, os séculos da modernidade. A ambigüidade está posta.

A visibilidade das mulheres:

O feminismo como movimento social

Historicamente, *la nouvelle vague* do movimento feminista no Brasil tem suas fontes e apoio nos anos 70, sobretudo nas duas tendências teóricas mais conhecidas, ou seja, o movimento feminista existencialista de Simone de Beauvoir e o movimento feminista personalista da americana Betty Friedman. Diz-se tendências teóricas pois não podem ser limitadas por fronteiras geográficas e culturais de seus países de origem.

A partir da *nouvelle vague* do feminismo norte-americano, iniciado nos

anos 70, tratado por Jaggar (1983), distinguem-se três tendências mais expressivas: o feminismo liberal, o feminismo marxista clássico e o feminismo essencialista, além de outras tendências mais recentes, tais como o separatismo lésbico, o feminismo socialista e o feminismo dito pós-moderno.

Pode-se afirmar que, atualmente, o feminismo constitui-se em um modo particular, ao mesmo tempo diverso e plural de olhar e de questionar a realidade social, a ordem estabelecida ou o *status quo*.⁷ Por um lado, pode ser definido como movimento social organizado que abriu novas perspectivas e que trouxe novas questões aos campos disciplinares, à produção do conhecimento e da ciência, bem como desencadeou mudanças na ordem social e política, na medida em que demandou uma nova postura sobre as experiências e as práticas concretas da vida, tais como, por exemplo, aquelas realizadas em grupos e partidos políticos, em sindicatos etc. Por outro, tal como afirma Sorj (1997), a produção intelectual feminista é um fenômeno cultural e, como tal, não foge do complexo contexto social que a constitui, bem como da capacidade explicativa e do potencial crítico-reflexivo da teoria social (Yannoulas, 1994).

No que se refere às especificidades “metodológicas” do pensamento feminista, esse introduziu uma outra ética que se distingue da ética estabelecida não apenas pelo fato de que é construída pelo sujeito feminino que tenta refletir conscientemente os limites sócio-culturais que lhe são inerentes, mas, sobretudo, pelo fato de propor um saber crítico em relação a todas as formas de dominação entre os sexos.

Nessa direção, a ética feminista não se constitui a partir de um sujeito moral, abstrato e livre, mas a partir de seres humanos existentes nas condições reais de dominação e de subordinação. Parte da realidade vivida, cotidiana, da experiência concreta das mulheres, não como abstração, mas como prática individual e social. Essa ética traz o questionamento e uma tomada de consciência em torno da especificidade da mulher, de sua condição de exploração, de discriminação, de alienação, de exclusão etc. Elementos esses que constituem e possibilitam um saber inovador.

Por sua vez, há de se destacar que as experiências individuais e pessoais são vinculadas ao contexto da estrutura social. Isto posto, sugere-se a fragilidade ou a insuficiência explicativa de dualidades e de categorias tais como o público e o privado, a organização do saber segundo a dicotomia objetividade - subjetividade, científico - não-científico, entre outras.

O movimento feminista possibilitou, aos poucos, o desenvolvimento de um outro olhar e de uma outra concepção sobre o saber, em que as dimen-

sões da afetividade e das emoções são partes constitutivas do próprio processo de conhecimento. Não se trata, na atualidade, de um movimento homogêneo fundado apenas na convicção de que a situação da mulher é opressiva e que deve ser mudada.

O feminismo também diversificou-se em sua formulação teórica, em função das diversas concepções e linguagens culturais e simbólicas da opressão, como também nas diversas formas de tratá-las. Empiricamente, tende a pluralizar-se — em função da dispersão temporal e geográfica, da natureza dos diversos grupos — em entidades e em instituições denominadas feministas.

Não se trata de construir aqui uma tipologia das tendências e das correntes teóricas do pensamento feminista contemporâneo e de suas correspondentes práticas, mas, sobretudo, de explicitar as possíveis contribuições que o mesmo vem possibilitando, bem como das perspectivas que gesta, no processo de produção do conhecimento atual, sobretudo no campo sociológico.

Portanto, o movimento feminista é um movimento social próprio, com autonomia, e que interfere tanto nas práticas sociais, como nos paradigmas da teoria sociológica predominante, que transversaliza a dinâmica da modernidade e da pós-modernidade. Vale dizer que todas as correntes ou as tendências feministas abarcam um potencial de mudanças e de transformações na dinâmica das relações interpessoais entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens. Isto ocorrendo, tanto no plano real como no simbólico, repercutirá também no pensamento sociológico. Por último, o pensamento feminista é também participante e constituinte do movimento de democratização da produção do conhecimento mediante uma nova ética e uma nova “visão de mundo”.

Contudo, no que toca ao início do movimento feminista, concorda-se com Yannoulas (1994) sobre a superação da ordem e das leis patriarcais como superação da discriminação sexual, da dominação patriarcal e de todo e qualquer tipo de diferença sexual. O movimento confundia “ser igual” com “ser idêntico”.

Tal como afirma Sorj (1997: 2), inicialmente, são os pressupostos do liberalismo e do socialismo que emprestam os principais significados, ou mesmo a linguagem, por meio da qual o feminismo expressar-se-ia. Em um segundo momento, ou seja o atual, é o debate pós-moderno que vem inspirando as reflexões feministas recentes. Mas as teorias feministas não são um reflexo passivo da cultura de seu tempo, oferecem também uma contribuição central aos principais debates contemporâneos.

Assim, em um primeiro momento, correspondente à modernidade, o feminismo definiu-se pela convicção de que a situação social das mulheres era injusta e portanto devia ser modificada. Ou seja, o feminismo mobilizou-se pelos valores igualitários e individuais das mulheres para contrapor-se aos do patriarcado dos homens. A estrutura familiar tradicional foi afetada em seus valores e, conseqüentemente, identificou-se uma alteração dos papéis sexuais. As mulheres tiveram entrada no mundo público e do trabalho profissionalizante, na busca de uma cidadania social, econômica e política. Ademais, no caso do movimento feminista, a aspiração à igualdade presumia implicitamente uma certa idealização do mundo público e do trabalho dominado pelos homens. Entrando, nesse mundo, as mulheres descobriram seus lados sombrios e desumanos (Sorj, 1997: 3).

Para Collin (1986), isso explica as causas de o feminismo responder ao apelo do moderno quando reivindica a igualdade entre homens e mulheres, procurando destinar a essas os direitos adquiridos pelos primeiros, e ampliar a noção de direitos do homem em direitos da pessoa. Moderno, quando reivindica para as mulheres o acesso ao voto e ao trabalho profissional como instrumento de realização e de independência, e o reconhecimento do trabalho doméstico — reprodução — como valor social. Moderno, quando pensa a liberação das mulheres, no sentido da reapropriação de um território alienado — o limite, o espaço e a autonomia de seu corpo. Moderno, porque coloca a mulher na estrada do progresso da humanidade. Moderno, porque busca a emancipação das mulheres. Moderno ainda porque ressignifica as relações inter-subjetivas na chamada “guerra entre os sexos”.

Entretanto, a promessa que a modernidade trouxe para as mulheres não se cumpriu plenamente, na medida em que sua emancipação, sua autonomia e o avanço de suas conquistas deram-se em um movimento também ambíguo: as mulheres passam a ter acesso ao mercado de trabalho, mas as diferenças salariais continuam significativas, os papéis sexuais continuam sendo vistos como desiguais etc.

Porém, o que se quer destacar é o quanto o movimento e o pensamento feminista iniciais, em seu esforço de negar a misoginia, foram presos, em alguma medida, na armadilha cartesiana, ou seja, a uma falsa ou ilusória igualdade entre homens e mulheres como critério universal regulador da verdade, uma das dimensões basilares da modernidade.

Assim o feminismo inicial fragmenta-se em muitos feminismos, acompanhando ele mesmo as demandas e as necessidades postas pela pós-modernidade, passando a sustentar várias dimensões. Primeiro, propondo a desconstrução de qualquer discurso homogêneo e unitário do que seriam o

feminino e o masculino. Segundo, aproximou-se dos discursos “comunitaristas” ou “fundamentalistas”, passando a enfatizar a existência de uma diferença feminina, não, obviamente, para retornar ao passado patriarcal, e sim para afirmar uma “superioridade” feminina fundada, agora, em uma concepção da diferença que essencializa e substancializa a natureza do grupo. Enquanto a primeira perspectiva, de fato, fragiliza a prática de ação coletiva, a segunda propõe claramente uma política da identidade e a necessidade de projetos societários de inspiração feminina (Sorj, 1997: 3-4).

A tendência em absolutizar o feminino sobre uma base de poder — que não deixa de ser uma versão do essencialismo —, no sentido de conceber uma identidade própria — seja para a formulação de políticas, seja ao redor de certas instituições —, tem o valor de enfatizar ou priorizar a luta e garantir espaços em torno do direito à diferença, o direito das mulheres.

Ademais, os muitos feminismos acompanham o próprio movimento de pluralidade e de fragmentação, típicos da pós-modernidade, que tende a transcender criticamente o império da razão e a ordem cognitiva, incluindo as experiências das subjetividades, do desejo, do prazer, da dor etc. Finalmente, trata-se de transitar em um universo pleno de significados e de simbolismos, sendo ressignificada a ética da diferença sexual, que não desaparece, mas ganha novos significados.

Observa-se, ainda, no contexto e nas mediações entre o moderno e o pós-moderno — uma vez que ambos podem convergir para uma relação antes dialógica que opositora —, que o movimento feminista, como afirma Collin,

[...] est à la fois le dernier avatar du monde moderne et le symptôme de ce que nous appellerons ici, faute d'un meilleur terme, et à l'abri de son imprécision, le monde post-moderne. Il appartient très précisément à la crise du moderne.

Ou seja, o feminismo, tendo surgido como crítica cultural denunciando a experiência da cultura em relação à injusta situação social das mulheres, colocaria a possibilidade de transcender as concepções binário-antagônicas, hegemônicas e conservadoras.

Assim, o feminismo impulsiona, gesta e responde, concomitantemente, aos apelos do pós-moderno quando detona a hierarquia e a dimensão binária entre os sexos, quando instala a diversidade, a especificidade, a experiência, a heterogeneidade e a pluralidade. Pós-moderno, quando denuncia o confisco do tempo em benefício do trabalho. Pós-moderno, quando concebe o corpo como uma área polimorfa, — “qui fait peau de partout” (Collin,

1986). Pós-moderno, quando localiza as lutas das mulheres como movimento e não como fim totalizante em si mesmo. Pós-moderno, quando caça os códigos amorosos e sexuais classificatórios que ainda sustentam a estrutura patriarcal e patrimonial. Pós-moderno, porque introduz o local, o costumeiro, o passageiro. Pós-moderno ainda, quando denuncia a idéia de uma natureza feminina ou masculina “mais aussi bien d’une nature humaine, sans en faire pourtant un produit de l’histoire” (Collin, 1986). Pós-moderno, porque propicia à mulher a possibilidade de ser um sujeito moral e cognitivo e um ser de razão, de pensamento e de conhecimento.

É por isso que o feminismo constituiu-se em pensamento e em movimento próprio e revolucionário. Acolhe diferentes vozes de mulheres, independentemente de sua situação, localização, território, classe, cor, etc. Retira da mulher a condição de opressão que, de maneiras diversas e particulares, atinge a todas. É um pensamento e um movimento individual e coletivo simultâneos, pois entrelaçam o público e o privado, o político e o ético, o estético e o solidário, com um objetivo fundamental, que é o de romper e o de superar a razão androcêntrica como universal, bem como os dualismos cartesianos enganosos.

Concorda-se, portanto, com Lovibond, para quem a idéia de subjetividade como construção social ou discursiva — e, portanto, como fluida e como provisória — abre todo um mundo de possibilidades muito mais criativo e plural do que a simples busca por igualdade (1990: 118).

De qualquer maneira, juntamo-nos a Badinter (1991: 34) quando agradece a Poulain de la Barre, a Louise d’Epinay, a Condorcet e a Simone de Beauvoir por terem tido a força e a coragem de fazerem o “discurso da semelhança”, a partir do qual a autora responde à questão que intitula sua obra, “O que é uma mulher?” Um animal racional. Em suma, um homem, como todo mundo.

Agradecemos, por sua vez, à autora e a outras tantas feministas que nos permitiram chegar a essa conclusão. Porém reconhecer-se, pela igualdade, como homem, na atualidade, não é mais suficiente para os feminismos em sua pluralidade. Reconhecer essa pluralidade é aceitar, também, a convivência entre as correntes feministas, parte das quais ainda insiste nessa idéia.

Se a pós-modernidade aponta para a desconstrução do sujeito universal masculino, indica, ao mesmo tempo, um permanente processo de reconstrução de múltiplos sujeitos, em um patamar paradigmático novo que possibilita questionar, “O que é um homem”?

A perspectiva feminista no pensamento sociológico

O pensamento feminista contribuiu, sem dúvida, para as mulheres avançarem no processo de conquista do estatuto de sujeito na sociedade atual, compartilharem suas experiências, terem acesso, como produtoras e críticas, ao processo de conhecimento. Inicialmente, foram incorporadas sobretudo pelo enfoque da divisão sexual do trabalho, destacando-se a participação da mulher na força de trabalho e dando-se visibilidade aos vários significados da categoria trabalho — produtivo, doméstico, reprodutivo etc. —, e de mercado, evidenciando-se as diversas situações de discriminação vivenciadas pelas mesmas. As circunstâncias históricas, em alguma medida, conduziram as mulheres, primeiro, a ingressarem no mundo do trabalho, pois desde a Revolução Industrial já se reclamava o engajamento de mão-de-obra barata; seguiu-se um segundo engajamento, que foi a obtenção do direito de voto, o que lhes garantiu o ingresso na vida política. No plano teórico, as pesquisas sociológicas começaram a incorporá-las como categoria sociológica e não apenas como simples variável estatística e descritiva.

É difícil mencionar o exemplo mais expressivo de presença das mulheres no discurso e na prática sociológicos atuais, pois seriam muitos. Contudo, a incorporação das mulheres na categoria do trabalho não deixou de ser decisiva. O trabalho, além de proporcionar a construção de uma identidade como mulher trabalhadora, passou a ser entendido como dimensão sexualizada, ou seja, parte do pressuposto que o trabalho tem um sexo, que há uma divisão do trabalho entre os homens e as mulheres, e que as noções de variabilidade, mudança, continuidade não apenas transformaram os elementos paradigmáticos da sociologia do trabalho como também delimitaram a interseção com outros domínios tais como a sociologia da família e das profissões, o que implicou uma sociologia dos gêneros, inexistente até então. Portanto, como aponta Souza-Lobo, o aporte mais importante que as pesquisas sobre a divisão social do trabalho trouxeram para as ciências sociais terá sido talvez o de apontar para a necessidade de uma metodologia que articule relações de trabalho e relações sociais, prática de trabalho e práticas sociais.

A partir da dimensão comparativa e hierarquizada incorporada nos anos 70, a leitura passou a se dar em termos de uma ótica demarcada pelo antagonismo e pela dominação. Mesmo pelo olhar dicotômico, as mulheres foram integradas. As primeiras autoras que aplicaram as noções de emprego, formação profissional, salário, mercado de trabalho e tecnologia à sociologia do trabalho, na França, considerando as mulheres como sujeitos, foram

Viviane Isambert-Jamati e Madeleine Guilbert (1956 e 1962).⁸ No Brasil, destaca-se o pioneirismo de Heleieth I. B. Saffioti, que escreveu, entre 1966 e 1967, *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*.

Porém, o pensamento feminista transcendeu essa dicotomia e simetria, contribuindo para desvendar o sistema de valores universalmente válidos, e de cunho ideológico reconhecido. O feminismo pode beneficiar-se — tanto quanto qualquer outro movimento radical — da percepção de que nossas idéias de mérito pessoal, técnico e artístico, ou de inteligibilidade e rigor na argumentação, não “caem do céu”, mas são mediadas por um processo quase interminável de aprendizado e adestramento social (Lovibond, 1990: 107). Em outras palavras, a crítica feminista mina qualquer possibilidade de postura neutra em relação aos valores tradicionalmente empregados para a validação dos procedimentos científicos.

É indiscutível que o pensamento feminista interfere nos paradigmas que informam as teorias sociais, trazendo questões centrais ao campo sociológico atual.⁹ Pode ser citada, como exemplo, a questão da invisibilidade feminina, que vem se desfazendo por meio do resgate de uma história das mulheres e, conseqüentemente, prenuncia uma ruptura com o uso de uma razão universal masculina.

Como afirma Suárez,

la incorporación sistemática del abordaje de género en las ciencias sociales brasileras ocurre en la virada de la década de 70 para la de 80, cuando en las Universidades se comienzan a crear Nucleos de Investigaciones y cursos sobre la condición de las mujeres y las relaciones de género y en las asociaciones científicas se institucionalizan grupos de trabajo sobre los mismos temas.¹⁰

A partir de então, foram muitos os desdobramentos. Enfatiza-se que o pensamento feminista vem oferecendo às ciências sociais a possibilidade de se trabalhar com um objeto legítimo, configurando um campo intelectual e político (Suárez, 1997), a pluralidade dos sujeitos mulheres, mesmo que isso ocorra apenas no plano do discurso.

Assiste-se à passagem do pensamento feminista “clássico”, centrado nos “estudos sobre a mulher”, para estudos ancorados na pluralidade, na multiplicidade das construções de feminino e de masculino. Abre-se a possibilidade de desconstrução de um modelo universal único e androcêntrico, apontando-se para as diversidades não apenas entre os gêneros, mas também entre as próprias mulheres, e entre os homens, com referência nas observações das distinções entre as culturas, no que diz respeito aos modelos de

homens e de mulheres. É assim que a noção de gênero, com caráter implicitamente relacional, remete, ainda que não necessariamente, a novos paradigmas que permitem pensar novas abordagens teóricas e reformular as já existentes.

A crítica feminista permite implodir o pensamento binário, com seu substrato biológico, desnaturalizando as idéias de feminino e de masculino, contidas em categorias como as de homem e de mulher. Nesse sentido, o pensamento feminista pode ser considerado como desestabilizador de muitos conceitos e categorias do pensamento sociológico e, por que não dizer, até mesmo de paradigmas.¹¹

Afinal, propor novas perguntas ou mudar a maneira de se formular perguntas antigas é sempre um gesto inovador, revolucionário. A forma pela qual se coloca uma pergunta, implicitamente, induz a uma resposta, porque uma pergunta é um caminho aberto a uma resposta. E o sentido dessa relação-se, por sua vez, à pergunta que a originou.¹²

Tais inovações e discussões remeteram, no final do anos 80, a relativizar a “condição feminina” e começaram a distinguir novos horizontes, tais como um maior direcionamento à interdisciplinaridade, em particular, nas ciências sociais.

Essa idéia é cara ao pensamento feminista, pois a noção de interdisciplinaridade introduziu diálogos, não apenas entre os movimentos feministas e a academia,¹³ como também entre os diversos campos do saber aí envolvidos e que vem trazendo conseqüências à teoria social. Ou seja, o pensamento feminista abriu um campo essencialmente interdisciplinar capaz de inaugurar uma perspectiva da pluralidade de conceitos, de categorias e de métodos para a compreensão da experiência e das subjetividades de mulheres e de homens. Com isso, certamente, possibilita-se transcender uma série de categorias e de conceitos convencionais, de polaridades ideológicas que marcavam o pensamento social, descerrando-se a possibilidade de descoberta de outros “modos e modelos” de investigação.¹⁴

Como afirmou Rocha-Coutinho,

nunca é demais lembrar que é preciso evitar a transposição etnocêntrica de posições desenvolvidas nesses quadrantes para o entendimento da multiplicidade de referências dos sistemas de gêneros no Brasil — como vem muitas vezes acontecendo — e tentar, ao contrário, buscar um modelo conceitual que lide de forma apropriada com a situação específica de nossas mulheres (e homens). É necessário ter sempre em mente a diversidade das experiências e *backgrounds* de nossas mulheres (e homens) e estar atentos às condi-

ções sócio-culturais importantes que afetam sua qualidade de vida (1996: 999).

O pensamento feminista criou, no âmbito da sociologia, novos mapas cognitivos. Esse é o caso, por exemplo, das novas temáticas referidas à masculinidade, ao erotismo, ao corpo e à sexualidade — um olhar mais polissêmico sobre a mesma —, questões que eram pensadas fundamentalmente pela medicina ou pela igreja.

O desordenamento do pensamento masculino universalizante, a partir da categoria de gênero, permitiu, generosamente, também aos homens se repensarem, eles mesmos ou eles também, em sua própria particularidade.

Ou seja, a vitalidade do pensamento feminista reside em vários elementos ou aspectos. Um deles diz respeito, sem dúvida, a uma grande variedade de posições e de formações, as quais podem ser constantemente revistas. Caracteriza-se portanto, por um ininterrupto movimento, um contínuo “em construção”.

Outro elemento fundamental oferecido pelo pensamento feminista à sociologia diz respeito ao diálogo, à negociação e à circulação compartilhada por homens e mulheres, um espaço de negociação e de geração simbólica recíproca (Yannoulas, 1994: 15). Nesse sentido, a compreensão da natureza da relação ética que une os gêneros não pára na diferença, mas passa, fundamentalmente, pela compreensão e pelo significado.

Essa dimensão associa-se, por sua vez, a uma outra categoria importante para o pensamento feminista: a alteridade, isto é, a construção da relação do eu com o(s) outro(s) — a relação da inter-subjetividade. Assim define Lévinas a alteridade:

Na nossa relação com outrem, a questão será deixá-lo ser? A independência de outrem não se realiza na sua função de interpelado? Aquele a quem se fala é, previamente, compreendido no seu ser? De forma alguma. Outrem não é primeiro objeto de compreensão e, depois, interlocutor. As duas relações confundem-se. Dito de outra forma, da compreensão de outrem é inseparável sua invocação (1997).

Também enfatiza-se que as experiências femininas e masculinas não são, necessariamente, excludentes; elas aproximam-se, sobrepõem-se. As diferenças são muito mais relacionais, contextuais, variáveis, mudando de intensidade de acordo com a situação em foco. A distância entre gêneros não é constante, nem absoluta (Sorj, 1997: 4).

Parece instalar-se o reino das subjetividades, da pluralidade e das alteridades. Nesse contexto, continua Yannoulas (1994: 16), homem e mulher

não são definíveis, não são substanciáveis. A diferença sexual só aparece na experiência do diálogo, que confronta uma mulher e um homem, mulheres e homens, um sujeito-mulher — ou homem — e sua condição de gênero, no espaço público, social ou privado. A diferença sexual não pode ser equacionada teoricamente. Decide-se e redecide-se em cada relação, sem que ninguém saiba *a priori* qual o seu lugar; pluralidade e diálogo são as chaves do feminismo pluralista.

Talvez um dos maiores problemas para articular as contribuições do pensamento feminista à prática sociológica ancore-se exatamente no fato de se apreender as medidas, as dimensões das diversidades e das pluralidades. Nesse sentido, é pertinente a questão discutida por Machado (s.d.). Em uma sociedade sob a égide do individualismo e da “modernidade reflexiva”, segundo o conceito de Giddens, passa-se a pensar que podemos construir o(s) gênero(s) que entendermos. A sexualidade passa também a ser uma questão de preferência e inscreve-se como um dos grandes eixos da construção de identidades. Estéticas, estilos e preferências sexuais parecem ser uma questão de escolha. O desafio é o de firmar a idéia da construção social dos gêneros, das sexualidades e das violências, sem, no entanto, cair na armadilha de que tudo se resume a preferências individuais. O construtivismo de gênero articula-se com o impensado de gênero na construção das subjetividades. Há de se pensar o quanto as construções sociais de gênero são diferenciadas no interior mesmo da sociedade brasileira, seguindo os caminhos da segmentação social e de suas diferentes versões de combinar tradicionalidade e modernidade de gênero, e de articular o impensado de gênero com o construtivismo de gênero.

Ou seja, Machado chama a atenção para os riscos da instalação exclusiva e hegemônica do “reino das pluralidades e das subjetividades” nas ciências sociais e, em particular, nos estudos de gênero. Sem dúvida, os riscos existem. Tanto assim que a psicanalista Suely Rolnik (1997), analisando a questão da subjetividade em tempos de globalização, indica o quanto hoje são numerosos os recursos para se criar os mundos possíveis. Entretanto, afirma,

as subjetividades são tomadas pela sensação de ameaça de fracasso, de despersonalização, enlouquecimento ou até de morte. O que se quer destacar é que o *stock* de representações sociais hoje disponíveis na sociedade é, ele mesmo, mais diverso, rico e nômade, permitindo aos indivíduos, na construção de suas subjetividades, maior liberdade de escolhas, de combinações e de ajustamentos.

Portanto o pensamento feminista, tanto na perspectiva do movimento-militância, como na perspectiva teórico-acadêmica, contribuiu de forma significativa à produção dessa pluralidade de representações sociais, incluindo os estudos de gênero que tendem a priorizar o princípio da igualdade ou a conquista da cidadania, ou reflexões centradas no direito à diferença, tão presentes nos movimentos sociais de mulheres (Suárez, 1997).

Na perspectiva metodológica, o pensamento feminista questionou as premissas sociológicas que estruturam a própria lógica da investigação, em nível de hipóteses, de categorias e de conceitos. Ou seja, a crítica feminista indicou o quanto certos conceitos ou hipóteses que orientam os cientistas e as cientistas são condicionantes em relação aos resultados que a pesquisa produz. Em outras palavras, uma vez que o investigador adotou uma dada ontologia, esse sistema de orientação determina o que é considerado como relevante; os dados não podem corrigir ou falsificar a ontologia porque todos aqueles que foram coletados dentro dessa perspectiva só podem ser compreendidos em seus termos (Gergen, 1993). Nesse sentido, questionar o processo científico em função de sua estrutura prévia de compreensão assentada seja no preconceito, seja no androcentrismo, não significa meramente questionar o uso tradicional do método científico, mas a adequação básica e pertinente do próprio método.

O pensamento feminista possibilitou a multiplicação dos olhares e dos lugares de reflexão e de intervenção social. Fez ver que não é mais possível conceber-se o mundo sem a perspectiva da alteridade, da diversidade sem cair em outra dualidade — da diferença e da igualdade —, e sem cair também no “reino das subjetividades”.

Notas

1. A propósito, cf. Seyla Benhabib e Drucilla Cornell, “Além. A política de gênero”, in *Feminismo como crítica da modernidade*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.
2. Elisabeth Badinter, *O que é uma mulher?*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
3. Sabina Lovibond, “Feminismo e pós-modernismo”, in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 27, São Paulo, jul. 1990, p. 105.
4. Elisabeth Badinter, *Palavras de homens*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991, p. 20. Ainda como afirma a autora, “Rousseau, 150 anos antes de Freud, define o comportamento masoquista como especificamente feminino”.

5. Francine Descarries e Louise Vandelac, "L'engendrement du savoir", in *Critiques féministes et savoirs. Cahiers de Recherche Sociologique*, édités par le Département de Sociologie de l'UQAM, Montreal, 1994.
6. Bila Sorj, "Novo paradigma feminista ou sociologia das teorias feministas?" Texto apresentado na mesa-redonda "As análises de gênero constituíram paradigmas metodológicos?", XXI Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 1997, p. 1.
7. H. Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*, Petrópolis, Vozes, 1976.
8. Mireya Suárez, Género y derecho; la mirada de las ciencias sociales, comunicação apresentada na Conferência Panamericana "La transformación de la condición legal de la mujer; superando las barreras en la doctrina y en educación jurídica", Washington College of Law, nov. 1997, p. 2.
9. Pensamento que é compartilhado com Lia Z. Machado, expresso em palestra proferida na ANPOCS, out. 1997.
10. A esse respeito, consultar G. Colaizzi, "Feminismo y teoría del discurso — razones para um debate", in *Feminismo y teoría del discurso*, Madri, Cátedra, 1990.
11. A propósito, cf. Lourdes Bandeira, "O fiel da balança; os núcleos de estudos e pesquisas sobre as mulheres", Brasília, NEPEM/UnB, 1994, mimeo.
12. É importante lembrar que o pensamento feminista levou também à problematizar o uso e a aplicação de "modelos" teóricos e metodologias originárias seja da Europa, seja dos Estados Unidos à sociedade brasileira e latino-americana.
13. Emmanuelle Lévinas, *Entre nós: Ensaio sobre a alteridade*, Petrópolis, Vozes, 1997, p. 27.
14. Lia Machado, "Sexualidade e violência", Brasília, UnB, Departamento de Antropologia, p. 1, mimeo.

Abstract. The text refers to the emergence of the feminist movement, which from the middle of this century has brought forth important political and social outcomes, besides a significant and paradigmatic contribution to the remodeling of western thought. Its aim is to characterize the modern world's ambiguity, which can be set between misogyny and rational Cartesian order. It seeks also to remark that feminist thought has been changing the ways of knowledge is produced and the representation, of reality which interfere in the construction of the Social Theory, as well as in the inter-subjective and intra-

subjective relationships and in the individual-society relation. Hence, the text considers in what sense, in what proportions and how the ways of sociological thinking embody the, contributions of feminist thought.

Résumé. Le travail analyse l'émergence du mouvement féminin, depuis plus de cinquante ans, qui a produit d'importants impacts politiques et sociaux, en plus d'une contribution significative et paradigmatique à la réformulation de la pensée occidentale. Il cherche aussi à caractériser les ambiguïtés de la modernité qui se situent entre la misogynie et l'ordre rationel cartésien. Le texte essaie de démontrer que la pensée féminine provoque des changements dans les formes de production de la connaissance et de la représentation de la réalité, lesquels affectent la constructions de la théorie sociale, en plus d'avoir un impact sur les relations inter-subjectives et intra-subjectives, de même que sur les relations entre individu et société. En dernier lieu, le texte permet aussi de capter jusqu'à quel point les formes de la manière sociologique de penser incorporent les contributions de la pensée féminine.

Rererências bibliográfica

- BADINTER, Elisabeth, (1991) *O que é uma mulher?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- . (1991a) *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BANDEIRA, Lourdes, (1994) "O fiel da balança. Os núcleos de estudos e pesquisas sobre as mulheres". Brasília: NEPEM/UnB, mimeo.
- BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla, (1987) "Além da política de gênero", in *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- COLAIZZI, G., (1990) "Feminismo y teoría del discurso — Razonas para un debate", in *Feminismo y teoría del discurso*. Madrid: Cátedra.

- COLLIN, Françoise, (1986) "Le féminisme et la crise du moderne", in LAMOUREUX, D., *Fragments et collages: Essai sur le féminisme québécois des années 70*. Montreal: Les Éditions du Remue-Ménage.
- DESCARRIES, Francine & VANDELAC, Louise, (1994) "L'engendrement du savoir", in *Critiques féministes et savoirs. Cahiers de Recherche Sociologique*. Montreal: Département de Sociologie de l'UQAM.
- GERGEN, Kenneth J., (1993) "A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social", in MCCANNEY GERGEN Mary, *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/Edunb.
- IRIGARAY, Luce, (1984) *Éthique de la différence sexuelle*. Paris: Minuit.
- ISAMBERT-JAMATI, Viviane & GUILBERT, Madeleine, (1956) *Travail féminin et travail à domicile*. Paris: Ed. CNRS.
- . (1962) "La répartition par sexe", in FRIEDMAN et NAVILLE (orgs.) *Traité de sociologie du travail*, vol. II. Paris: Armand Collin.
- JAGGAR, Alison, (1983) *Feminist politics and human nature*. Totowa: Rowman & Allanheld.
- LÉVINAS, Emmanuel, (1997) *Entre nós; Ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes.
- LOBIVOND, Sabina, (1990) "Feminismo e pós-modernismo", in *Novos Estudos*, n. 27. São Paulo: CEBRAP.
- MACHADO, Lia, "Sexualidade e violência", Brasília: UnB, Departamento de Antropologia, mimeo.
- MAYR, Franz K, (1989) *La mitología occidental*. Barcelona: Anthropos.
- ROCHA-COUTINHO, Maria, (1996) "A interdisciplinaridade e os estudos de gênero", in *Language and literature today*. XIX Congresso da Federação Internacional de Línguas e Literatura Modernas, Anais do Congresso, Brasília: UnB, vol. 2.

- ROLNIK, S., (1997) "Toxicômanos de identidade subjetividade em tempo de globalização", in LINS, D. (org.), *Cultura e subjetividade. Saberes nômades*. São Paulo: Papirus.
- SAFFIOTI, H., (1976) *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Petrópolis: Vozes.
- SOIHET, Rachel, (1997) "Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas", in *Estudos Feministas*, vol. 5, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ.
- SORJ, Bila, (1997) "Novo paradigma feminista ou sociologia das teorias Feministas?" Texto apresentado na mesa-redonda "As análises de gênero constituíram paradigmas metodológicos?", Caxambú: XXI Encontro Nacional da ANPOCS.
- SOUZA-LOBO, E., (1991) *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense.
- SUÁREZ, Mireya, (1997) "Género y derecho. La mirada de las ciencias sociales". Comunicação apresentada na Conferência Panamericana "La transformación de la condición legal de la mujer; superando las barreras en la doctrina y en educación jurídica", Washington College of Law.
- YANNOULAS, Silvia C., (1994) "Iguais mas não idênticas", in *Estudos Feministas*, vol II, n. 3. Rio de Janeiro: UFRJ.

Feministas históricas e novas feministas no Brasil

*Miriam Pillar Grossi**

Resumo. Observa-se, a partir dos anos 90, um significativo crescimento do feminismo no Brasil. O movimento, que nos anos 70 e 80 restringia-se a uma vanguarda de jovens mulheres intelectualizadas das camadas médias urbanas, abarca hoje mulheres de diferentes camadas sociais tanto no meio rural, como no urbano, assim como mulheres de diferentes gerações. A partir de uma pesquisa empírica exaustiva, a autora constrói uma tipologia geracional do movimento feminista brasileiro, tendo como grupos de referência as feministas históricas e as novas feministas.

Introdução

A questão geracional é uma das importantes questões debatidas atualmente no interior do movimento feminista internacional, marcado pela participação de mulheres engajadas entre o final dos anos 60 e o início dos anos 80, mulheres que tinham na época menos de quarenta anos — nascidas, em sua imensa maioria, nas décadas de 40 e 50. Em encontros feministas, nos quais são feitas avaliações dos avanços e retrocessos do movimento, lamenta-se seguidamente que “não existe uma renovação no movimento”, “que os jovens de hoje desconsideram os avanços conquistados pela geração de mulheres que as precederam e que, por isso, não se interessam pela militância feminista” ou “que o movimento está envelhecendo”. Essa falta de renovação dos quadros do movimento significa, para muitas, que, passados quase 30 anos de lutas feministas contemporâneas, haveria um envelhecimento significativo das militantes.

No meu entender, ao invés de “envelhecer” e “estagnar” o feminismo brasileiro está passando por um significativo aumento de militantes de diferentes faixas etárias: tanto de jovens com menos de trinta anos, como de

* Miriam Pillar Grossi é professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

mulheres de mais de sessenta anos, deixando de ser um movimento identificado apenas com mulheres de uma única geração. Essa significativa ampliação do número de mulheres identificadas com o feminismo no Brasil deve-se a inúmeras razões de ordem histórica, social e política. Entre elas destaque:

- a ampliação de espaços de militância e de participação política formal;
- a possibilidade de obter formação política e acadêmica no campo de estudos de gênero;
- a institucionalização das lutas das mulheres no decorrer dos últimos quinze anos, pela criação de serviços e instituições de atendimento às mulheres; e
- o aumento de empregos relacionados com as “questões das mulheres”.

Faço essas constatações a partir dos resultados de uma vasta pesquisa sobre o movimento feminista brasileiro, realizada pelo Núcleo de Gênero e Subjetividade da UFSC, no primeiro semestre de 1995, elaborada com dados quantitativos obtidos a partir da consulta a 1.111 grupos e instituições que atuam em questões relacionadas às mulheres em todos os estados brasileiros. O questionário enviado a esses grupos dividia-se em duas partes: uma objetiva, outra discursiva. Na primeira parte, solicitávamos informações sobre a composição do grupo, ano de fundação, número de participantes, recursos financeiros, publicações, atividades privilegiadas, participação em conferências e manifestações mais personalizadas do grupo: como funcionava administrativamente, as relações entre as participantes, seus projetos e reflexões etc.

Recebemos resposta de 162 grupos — 17% do total de questionários enviados. Desse total, 15 grupos não se enquadravam em nossa investigação, pois não tinham nenhum trabalho ou projeto de atuação com mulheres ou com questões ligadas às relações de gênero. O Quadro I, a seguir, ilustra nossa classificação dos grupos.

Além dos dados obtidos pelas respostas ao questionário, completamos nossas informações com a observação, em várias capitais brasileiras, das manifestações do Dia Internacional da Mulher, durante a semana do 8 de março de 1995, recolhendo panfletos, cartazes e reportagens na imprensa. Da mesma forma, acompanhamos os preparativos brasileiros à Conferência de Pequim — encontros, reuniões, debates e documentos — durante mais de um ano, constatando a impressionante mobilização nacional em torno da “articulação feminista”, nome dado à organização das mulheres em torno da Conferência. Ao observar as mobilizações de 1995, tanto durante a semana do 8 de março, como nos encontros preparatórios da IV

Quadro 1

TIPOS DE GRUPOS

Grupo	Total
ONG	45
Associações	55
Núcleos	19
Sindicais	11
Grupos Governamentais	17
Outros	15
Total de respostas	162

Conferência Mundial da Mulher — que aconteceu em setembro, em Pequim, sob os auspícios da ONU —, constatamos que houve um aumento significativo de militantes do campo feminista brasileiro, no decorrer dos anos 90. Mas, apesar dessa ampliação do número de mulheres identificadas com as lutas do movimento, nem todos os grupos consideram-se como parte do movimento feminista, preferindo dizer que fazem parte do movimento de mulheres, ou grupos de gênero, como mostram os resultados do Quadro 2, a seguir.

Quadro 2

AUTO-IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS

Auto-designação	Total
Grupo de mulheres	53
Grupo feminista	22
Grupo de gênero	23
Mulheres e gênero	8
Mulheres e feminista	7
Mulheres, gênero e feminista	9
Total de respostas	147

Neste texto, retomo algumas das pistas de investigação que emergiram dessa pesquisa, particularmente no que diz respeito à diversidade do movimento atual, detendo-me na problemática da militância de mulheres de diferentes gerações e na designação desse movimento, já que englobava grupos de mulheres, feministas e de gênero. No entanto, a partir dos referenciais de análise teóricos do feminismo, consideramos que todos esses grupos fazem parte do movimento feminista, uma vez que todos apontam a “igualdade” entre homens e mulheres como projeto político, identificando-se, portanto, ao ideário feminista do final do século XX. Contudo, mesmo nos grupos que preferem não se classificar como “feministas”, raras eram as participantes que recusavam a auto-identificação de “feministas”, dizendo, como era comum referir-se na primeira década do movimento, “não sou feminista mas feminina”. Em vista disso, constatamos que nem sempre a identidade individual das militantes correspondia à auto-designação dos grupos. Diferentemente dos anos 80, quando era nítido o contraste entre as militantes do movimento de mulheres que se diziam “femininas” em oposição à reivindicação das militantes feministas pela auto-designação de “feministas”, nos anos 90, quase todas se dizem “feministas”, mas se distinguindo de alguns estereótipos vinculados a essa categoria, como o de mulheres “que queimam sutiãs”, “que não gostam de homens”, ou “que não gostam de parecerem mulheres”.

Para fins analíticos, escolhi neste texto classificar as mulheres militantes desse vasto movimento que chamamos de movimento de mulheres/feministas/de gênero, em dois grupos. Um primeiro grupo, que se auto-identifica e é reconhecido como o de feministas históricas; e um segundo, muito mais fragmentado, que se compõe pelas novas feministas.

No primeiro grupo, o das feministas históricas, encontram-se aquelas que participaram das mobilizações do período conhecido como a “primeira década da mulher”, entre 1975 e 1985, engajadas no movimento feminista “autônomo”, há mais de 15 anos, e que estão hoje na meia-idade. Essas mulheres, que no período de sua adesão ao feminismo, no final dos anos 70, militavam em suas horas vagas em diferentes grupos feministas sem receber nenhuma remuneração, tornaram-se, progressivamente, assalariadas da causa das mulheres. Esse assalariamento deu-se de diferentes formas: tanto pela profissionalização de alguns antigos grupos autônomos que se transformaram em reconhecidas Organizações Não-Governamentais, como pela criação de espaços feministas em diferentes instituições, como no serviço público e na Universidade.

No segundo grupo, o das “novas feministas”, encontram-se tanto mulheres mais jovens, como mulheres mais velhas que as do grupo das “feministas históricas”. Esses dois grupos integraram-se no movimento feminista durante a segunda década da mulher, entre 1985 e 1995, mas foi sobretudo a partir das mobilizações para a Conferência de Pequim que aparecerão publicamente e se reconhecerão no feminismo. No próximo item, farei uma rápida retrospectiva a respeito das mobilizações feministas, no Brasil, para essa Conferência e as implicações da participação brasileira para a ampliação do campo de ação, do tipo de militante e de atuação das mulheres de diferentes gerações.

1. Dos anos 70 à Conferência de Pequim

O ano de 1968 é um marco simbólico para o surgimento do “novo feminismo”, em vários países do mundo. No bojo das manifestações políticas daquele momento, levadas a cabo sobretudo por jovens nascidos no pós-Guerra, surgem inúmeros grupos de mulheres que lutam por sua libertação, grupos que se autodenominarão feministas, articulando seu ideário com as lutas políticas das mulheres do final do século XIX. Desde o início, há no interior desse movimento, várias correntes políticas e ideológicas que se enfrentam. No bojo das reivindicações do movimento feminista, a ONU organiza, em 1975, no México, a Primeira Conferência Mundial da Mulher, um momento a partir do qual se convencionou classificar as reflexões sobre as conquistas das mulheres em “primeira década” da mulher — 1975 a 1985.

O feminismo surge como movimento social no Brasil no decorrer da década de 70, durante a ditadura militar. Data de 1975 — Ano Internacional da Mulher — o primeiro encontro no Rio de Janeiro, do qual surgiu um dos primeiros grupos, o Centro da Mulher Brasileira. Dois jornais — *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* —, criados nos anos que se seguiram, abrem espaço para o desenvolvimento de vários grupos nas principais capitais brasileiras, particularmente no período que vai da conquista da anistia política, em 1978, às primeiras eleições para os governos estaduais, em 1982. Nesse curto período de redemocratização da sociedade brasileira, surgem, ao lado do feminismo vários movimentos sociais libertários, como os movimentos negro, homossexual, ecologista, que lutam pela criação de espaços políticos desvinculados da política representativa tradicional.

Várias pesquisadoras debruçaram-se sobre o movimento feminista brasileiro desse período, pesquisando e refletindo acerca de suas reivindica-

ções, de sua composição e das diferentes correntes políticas nele representadas; entre elas, Anete Goldberg e Sônia Miguel estudaram o feminismo no Rio de Janeiro; Heloisa Pontes e Maria Filomena Gregori, sobre o movimento em São Paulo. Esses primeiros anos são marcados pelo projeto autonomia do movimento. No entanto, com as eleições de 1982 e a gradativa recuperação pelo Estado de algumas das principais bandeiras do movimento, como saúde e violência, esses primeiros grupos feministas desaparecem, abrindo o caminho para outras formas de militância feminista.

Nos anos 80, observa-se uma progressiva institucionalização das principais bandeiras de luta e a recuperação, por parte do Estado, tanto de grupos, como de militantes, com criação de Conselhos de Direitos da Mulher, de Delegacias de Política de Atendimento à Mulher, do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher — PAISM. Também é nessa década que se observa o aumento do interesse pela pesquisa sobre mulher e gênero, que se reflete na criação de inúmeros grupos de trabalho em instituições científicas e núcleos de pesquisa nas Universidades. Em 1985, a participação brasileira na Conferência de Nairóbi atesta o importante desenvolvimento da reflexão acadêmica sobre o lugar das mulheres na sociedade brasileira, retratando claramente o vínculo estreito entre militância feminista e pesquisa acadêmica, presente desde o início do movimento no Brasil.

A década que se seguiu à Conferência de Nairóbi — 1985-1995 — não despertou grande interesse para as pesquisadoras do movimento no Brasil, pois parecia que “não havia mais movimento no país”, com o desaparecimento da maior parte dos grupos autônomos nascidos no período de redemocratização. Uma tendência entre as pesquisadoras desse campo é a de considerar que não há mais um “verdadeiro” movimento social nas organizações de mulheres hoje, ou ainda que o “autêntico” movimento feminista estaria em um momento de fechamento sobre si mesmo.

De fato, uma das grandes preocupações do movimento feminista, no início dos anos 80, estava centrada nos riscos de recuperação dos movimentos pelos partidos e por outras instituições políticas. Ora, em 1995, quando nos debruçamos sobre os questionários preenchidos pelos 167 grupos que nos responderam, demo-nos conta que a problemática da autonomia era uma questão política ultrapassada, pois quase todos os grupos que responderam à nossa pesquisa estavam vinculados, de diferentes maneiras — economicamente, pela utilização do espaço, por vínculos políticos etc. —, a uma ou a várias instituições — sindicatos, universidades, igrejas, agências internacionais de financiamento, serviço público etc. É, portanto, a partir da constatação de sua institucionalização, uma mudança política funda-

mental para o feminismo durante sua segunda década.

As mobilizações para a IV Conferência Mundial da Mulher parecem indicar que há muitas mulheres organizadas. O ano que precedeu à Conferência de Pequim — 1994 — foi muito importante para a visibilidade do movimento que tinha se desenvolvido durante essa segunda década. Em janeiro de 1994, foi organizado, no Rio de Janeiro, o primeiro encontro preparatório, ao qual foram convidadas “feministas históricas” de diferentes lugares do país. Nesse encontro, discutiu-se tanto o financiamento internacional para participação na Conferência, como a forma de pressão do movimento sobre o governo brasileiro para que suas reivindicações fossem incorporadas ao documento oficial. Quanto às estratégias de financiamento, o debate pontuava se esse devia ser individual, grupal ou global para o conjunto do movimento, assim como discutia sobre a legitimidade das agências internacionais na atribuição de verbas para o Brasil, questões que mobilizaram as mulheres presentes.

Fazer uma viagem à China era um desejo muito grande de todas as participantes das reuniões preparatórias. Todo mundo queria viajar e participar da organização do evento. Era uma forma de sonhar com a viagem, com a possibilidade de conhecer não apenas um país distante mas também de entrar em contato com mulheres de todo o planeta, fortalecendo um dos importantes valores presentes no movimento, o do “universalismo” das lutas das mulheres pela igualdade. Para muitas, ir a Pequim significava “unir o útil ao agradável” uma vez que se poderia “militar viajando”. O próprio fato de assumir esse desejo mostra uma mudança significativa na forma de militância dos anos 90, militância muito mais marcada por valores individualistas do que a dos anos 70-80 de forte cunho igualitário. De fato, um grupo importante de duzentas brasileiras — tanto subvencionadas por ONGs internacionais, como por seus próprios meios, com venda de loterias, solicitação de apoio a empresas e a políticos de diferentes partidos — foi a Pequim, para o encontro paralelo, não-governamental, constituindo-se em uma das maiores delegações da América Latina presentes na China. Mas, como em muitos eventos internacionais desse porte, as relações mais importantes estabeleceram-se entre as próprias brasileiras, pois muitas falavam apenas português. As fotos tiradas durante a conferência paralela são ilustrativas desses contatos: fotos com as coordenadoras da “articulação brasileira”, com amigas, e participação em *ateliers*, com as senadoras e as deputadas presentes, com Ruth Cardoso. Aliás, uma das principais lembranças de todas as que foram a Pequim foi a festa oferecida pela primeira-dama, na Embaixada do Brasil, no dia 7 de setembro, com samba e comida

brasileira. Na verdade, muito mais que espaço de abertura para contatos internacionais, Pequim favoreceu o reconhecimento interno do movimento brasileiro, a criação de novas redes políticas, afetivas e de novas alianças entre militantes de diferentes ONGs espalhadas em lugares diferentes de todo o Brasil.

Também entre as participantes da delegação oficial, particularmente entre as senadoras, deputadas e vereadoras, criou-se uma espécie de *communitas* que será muito importante para a consolidação do movimento das “mulheres sem medo do poder”. Inspiradas pelas decisões da Conferência, no que se refere à necessidade de aumentar a participação política das mulheres, o grupo que voltava de Pequim — no momento em que se decidia na Câmara Federal as regras das eleições municipais de 1996 — resolveu agir rapidamente a fim de nelas instituir a paridade para as mulheres nas listas eleitorais. Em dois meses, as deputadas mobilizaram-se em torno do projeto que obrigava a todos os partidos apresentarem no mínimo 20% de mulheres inscritas nas listas eleitorais. Várias ações foram levadas a cabo: inserção de *spots* publicitários na televisão, formação das mulheres candidatas etc. Para isso, foram oferecidos alguns seminários de formação seguidos por 1.200 mulheres e editado, pelo Congresso Nacional, um pequeno manual para as futuras candidatas. Alguns milhares de manuais foram gratuitamente distribuídos a quem o solicitasse. Do ponto de vista das mulheres, os resultados das eleições municipais foram um “sucesso” com a eleição de 300 mulheres prefeitas, ou seja, um aumento de 60% de participação de mulheres nesse cargo, em relação às eleições anteriores — mesmo que esse número represente apenas uma pequena proporção das 5 mil cidades brasileiras — e 7% de vereadoras — contra 3,5% no mandato anterior.

A imensa mobilização das mulheres para a Conferência de Pequim mostra que, apesar da aparente “desmobilização” na segunda década — 85-95 —, havia se desenvolvido uma grande movimentação em torno de lutas das mulheres. O movimento parece renascer das cinzas, mas não tem mais a mesma coloração libertária de seus primeiros anos. Os grupos feministas transformaram-se em bem sucedidas ONGs, a militância no movimento tornou-se uma carreira. No próximo item, refletirei sobre a trajetória dessas mulheres que são reconhecidas como “feministas históricas”.

Em outro lugar, refleti detalhadamente sobre as características das feministas brasileiras dos períodos 78-82 — mulheres da classe média, com cerca de trinta anos, em crise afetiva ou profissional, tendo participado de organizações de esquerda, vivido no exterior como exiladas pelo regime militar ou fazendo estudos de pós-graduação. Muitos foram os caminhos

dessas feministas que se tornaram “históricas” nos últimos 15 anos. Várias abandonaram a militância, muitas se engajaram em projetos profissionais e pessoais de cunho mais individualizante, sem, no entanto, deixarem de se reconhecer como feministas, pois “uma vez feminista, nunca mais se deixa de sê-lo”.

Para aquelas que permaneceram engajadas no projeto coletivo do movimento, a grande mudança no plano pessoal foi a transformação da militância gratuita em trabalho profissional remunerado. Esse processo não se deu homogeneamente, por todas essas militantes. Observamos, nitidamente, três caminhos tomados por essas “feministas históricas”, em sua grande maioria da classe média urbanas, com instrução universitária.

Um grupo permaneceu ligado à militância de suas instituições de origem, especializando sua atuação em serviços como saúde, educação ou violência e transformando os grupos “autônomos” em ONGs sem fins lucrativos, mas com projetos financiados por diferentes organismos estatais ou internacionais. Outra parcela, já vinculada ao serviço público, viu-se gradualmente chamada a ocupar cargos de responsabilidade em políticas públicas direcionadas às mulheres. Esse foi o caso particular de profissionais da área da saúde — médicas, enfermeiras, assistentes sociais — que se engajaram como militantes e profissionais no PAISM, multiplicando, também, a responsabilidade da implantação institucional do projeto governamental, o número de mulheres envolvidas com temáticas feministas. O último grupo dedicou-se, em um primeiro momento, a estudos de pós-graduação, desenvolvendo pesquisas sobre questões relativas às mulheres e, posteriormente, vinculou-se, profissionalmente, ao meio acadêmico e universitário.

2. As feministas históricas nas ONGs

A busca por financiamento para a militância feminista começa, já no início dos anos 80, a ser realizada por grupos que têm projetos de atuação com mulheres de camadas populares, como os SOS Mulher, que buscavam atender às mulheres vítimas de violência. Com o financiamento — em geral proporcionado por instituições de financiamento internacionais, que começaram a investir no Brasil —, tem início o processo de *onguisação* pelo qual passarão vários importantes grupos feministas “autônomos” da primeira década, como por exemplo o SOS Corpo, de Recife, o Grupo das Mulheres, da Ilha de São Luís do Maranhão, o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde e o Centro de Informação da Mulher — CIM —, ambos de

São Paulo. As ONGs desempenham hoje um importante papel de mobilização do movimento feminista por diferentes razões. Primeiro, porque concentram o núcleo do feminismo dos anos 70-80, vivido histórico que lhes confere um grande poder de informação e de reconhecimento no interior do movimento. Segundo, porque são grupos que têm uma boa situação econômica, pois são instituições reconhecidas internacionalmente por agências de financiamento, situação que lhes permite aumentar constantemente seu raio de influência no interior do movimento, pois suas ações mobilizam outros grupos de mulheres e de feministas isoladas.

As ONGs são um dos espaços de profissionalização das feministas históricas, mulheres que têm hoje mais de quarenta anos. Profissionalização com características muito particulares, pois exige uma “postura feminista”. Nossa pesquisa mostrou que, dentro do movimento as ONGs, há um espaço de investimento pessoal das participantes em que o trabalho mistura profissão com amizade e com paixão. O trabalho em uma ONG aproxima-se de modelos militantes consagrados como o trabalho noturno e o de fins de semana, sem pagamento suplementar. No fundo, há sempre uma causa para a qual esse trabalho extra é solicitado.

A transformação dos grupos autônomos em ONGs implicará na mudança dos critérios de inserção nos grupos. De grupos abertos a toda e qualquer interessada, “fecham”-se em diretorias e conselhos. As ONGs passam por diferentes etapas de constituição: de um projeto igualitário, no qual a utopia da abertura à participação de qualquer um estava presente, o grupo fecha-se cada vez mais, criando regulamentos e diferenças entre participantes. Em geral, passado algum tempo de criação, constitui-se uma hierarquia dentro da instituição, entre as dirigentes que são “feministas históricas” e um outro grupo de mulheres — e de homens — que integram os grupos como “empregadas”, jovens que vão se formar, elas também, no feminismo, fazendo parte do grupo de “novas feministas” que analisarei no próximo item. Nem sempre essas “empregadas” consideram-se “militantes”, preferindo a auto-identificação de “participantes” do movimento.

Pesquisadoras e professoras: A formação em “gênero”

A Universidade será um dos outros pólos de concentração de feministas históricas que investe no ensino e na pesquisa como espaço de realização profissional e pessoal. Pólo que desempenhará um papel fundamental na transmissão das teorias feministas que se constituem na interseção entre

movimentos sociais e academia, às “novas feministas” de diferentes gerações uma vez que será sobretudo em dois campos de formação que essas se encontrarão. O primeiro campo concentra-se na formação de pesquisa sobre mulher e gênero, que ocorre prioritariamente hoje nos cursos de pós-graduação e nas equipes de pesquisa que envolvem jovens pesquisadores de iniciação científica, e, em menor proporção, nos cursos de graduação nos quais ainda são tímidas as iniciativas de ensino de gênero. O segundo campo é o de formação oferecida por professoras universitárias às militantes dos movimentos sociais e sindicais, formação feita por meio de cursos de extensão e palestras.

A maior parte das jovens feministas de nossa investigação descobriram o feminismo, seja por sua formação universitária — quando se trata de jovens das camadas médias —, ou política — para as mulheres de camadas populares engajadas nos movimentos sociais, particularmente no campo ou na vida sindical em meio urbano.

No Brasil, como em outros países do mundo, a pesquisa sobre as mulheres já existia antes da emergência do movimento feminista nos anos que se seguiram às manifestações estudantis de 1968. No entanto, será a partir dos anos 80 que se observará um enorme desenvolvimento da pesquisa universitária sobre as mulheres, sobretudo na área das ciências humanas e letras.

A formação em teoria feminista é a responsável pelo alargamento da categoria gênero no Brasil, provavelmente porque temos nas ciências sociais brasileiras uma forte tradição de engajamento político. A palavra gênero espalhou-se nos discursos de esquerda no Brasil. Hoje, na maior parte dos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores — CUT, existem regularmente cursos de gênero, freqüentados também por homens. O gênero é uma categoria muito empregada por militantes de diferentes movimentos sociais, particularmente por aqueles que militam no movimento sindical ligado à CUT, central próxima ao Partido dos Trabalhadores — PT. Ao traçar a história da categoria gênero no interior do movimento sindical cutista, percebemos o papel central de algumas pesquisadoras ligadas à Universidade, que introduzirão o gênero, a partir do final dos anos 80, em diferentes cursos de formação sindical.

A categoria gênero vem também sendo usada, mais recentemente, por alguns grupos ligados à corrente da *teologia da libertação*, presentes tanto na Igreja Católica, como em outras igrejas, grupos tradicionalmente vinculados à esquerda, mas bastante refratários ao discurso e às práticas feministas durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira. O diálogo entre movimentos sociais e academia é também fundamental para a

incorporação do “gênero” nos grupos e pastorais ligados à Igreja, pois as teólogas feministas — grupo de universitárias em franca expansão em algumas universidades religiosas, como na Universidade Metodista de São Bernardo — ministram regularmente cursos de formação para mulheres das ditas “bases”. Desde os anos 1992-1993, um dos mais importantes centros de formação dos líderes católicos, ligados à *teologia da libertação*, o CESEP, oferece regularmente um curso de formação de 150 horas intitulado Pastoral e Relações de Gênero.

As feministas do Estado: administrações, conselhos e serviços

Finalmente, um terceiro grupo, o das “feministas históricas”, pode ser encontrado no aparelho estatal, tanto em cargos políticos, como na própria carreira administrativa.

Desde as eleições de 1982, momento no qual muitas feministas “trocaram” a militância nos grupos autônomos pela carreira política, inúmeras “feministas históricas” passaram a trabalhar vinculadas a diferentes organismos do Estado: em secretarias e assessorias políticas, em conselhos de defesa dos direitos da mulher. Além do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foram criados inúmeros conselhos estaduais e municipais, nos quais passaram a atuar como “feministas de carteirinha”, auto-designação que elas próprias criaram.

Um outro grupo passou a atuar em cargos administrativos, seja porque já eram funcionárias públicas de carreira, seja porque foram chamadas a ocupar os ditos “cargos de confiança”. Com a pressão do movimento feminista, algumas áreas como violência e saúde receberão especial atenção da maior parte dos novos governos.

O caso das delegacias da mulher será exemplar para essa nova preocupação política com as mulheres. Desde a criação da primeira delegacia, em 1985, em São Paulo, não se parou de criar delegacias similares em todos os estados brasileiros, representando, hoje, um dos pólos do feminismo profissional. A área de segurança pública, apesar de não ter sido um espaço ocupado por “feministas históricas” — provavelmente pela história das militantes da época, marcada pela repressão política e policial do período da ditadura militar —, é hoje um lugar numericamente bastante importante para a profissionalização feminista, constituindo-se em lugar bastante investido por jovens egressas de cursos universitários como direito, serviço social e psicologia. Lugar ocupado, na maior parte das vezes, por advogadas de

meia-idade, que se converteram ao feminismo a partir de sua inserção nas delegacias de mulheres, mas, também, de forma crescente, por jovens assistentes sociais e psicólogas formadas no campo dos estudos de gênero.

Enquanto na área da segurança pública, a criação das delegacias da mulher exige a formação de quadros competentes para atuar no campo da violência, na área da saúde acontece um fenômeno bastante diferente, mas com resultados similares. No início dos anos 80, o governo brasileiro — preocupado com o crescimento demográfico e sob pressão tanto da ONU, como de diferentes instituições neomaltusianas — lança o PAISM. Esse projeto governamental é, no entanto, literalmente acaparado por uma parcela significativa das feministas profissionais do campo da saúde que consegue intervir na implantação nacional do PAISM. É nesse misto de militância e de prática profissional que feministas passarão a ocupar um lugar importante na montagem e na aplicação do projeto. É importante lembrar que a contracepção e a discussão sobre a sexualidade feminina ocupavam um lugar muito importante nos debates e nas propostas dos primeiros agrupamentos feministas, e a implantação do PAISM serviu, também, à ampliação do movimento entre profissionais da área médica chamadas de ofício a implantar o projeto governamental em um número elevado de municípios brasileiros. Passados quase 15 anos da implantação do PAISM, criou-se um grupo significativo de feministas profissionais no campo da saúde atuando tanto em hospitais e postos de saúde, como em secretarias.

Aos poucos vem sendo criadas, sobretudo em prefeituras administradas pelo PT e permeáveis à pressão feminista, vários projetos dedicados às mulheres, como albergues para mulheres vítimas de violência, existentes hoje em cidades como Santo André, Porto Alegre, Fortaleza, e Rio Branco, onde a Casa Rosa Mulher, especializada no atendimento de mulheres vítimas de violência, foi considerada, em 1996, um modelo de política pública, recebendo um dos mais importantes prêmios dos concursos anuais do Programa de Políticas Públicas e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford.

Muitos desses projetos são dirigidos por “feministas históricas” que, de alguma forma, sempre foram reconhecidas como possuidoras de uma dupla militância e que escolheram a administração pública. No entanto, essas mulheres, hoje com cerca de quarenta e cinquenta anos, são minoritárias na execução dos projetos que dirigem, esses sendo em geral levados a cabo por uma maioria de feministas da nova geração, como veremos no item a seguir.

3. As “novas feministas”: jovens e senhoras

Como mostraram várias pesquisadoras do feminismo no Brasil, o movimento da primeira década — 1975-1985 — não era um movimento de jovens mulheres. Como raras exceções, o feminismo era dominado por balzaquianas que haviam tido outros engajamentos políticos de esquerda antes de descobrirem a luta das mulheres. Ora, em 1995, constatamos uma forte presença de mulheres de outras gerações — menos de trinta anos e mais de sessenta anos — nas reuniões preparatórias para a Conferência de Pequim e na maior parte dos grupos que responderam nosso questionário.

As jovens feministas estão presentes majoritariamente em quatro espaços: nos movimentos sociais rurais, nas administrações públicas de partidos de esquerda, como empregadas de ONGs e nos grupos que chamamos de “dupla identidade” — particularmente de negras e de lésbicas. Já as “senhoras” nos pareceram mais presentes no campo da política representativa e em grupos de “dupla identidade”, como em grupos de terceira idade.

As jovens camponesas sem terra

É sobretudo no Movimento de Mulheres Agricultoras e no Movimento Sem Terra — MST — que se encontra a maior parte das jovens militantes de menos de trinta anos, mas a maior parte não se autodenomina “feminista” e, sim, como fazendo parte do “movimento de mulheres”. A organização das mulheres camponesas remonta aos anos 80, quando, graças à pressão do Movimento de Mulheres Agricultoras, foi conquistado o direito à aposentadoria e o reconhecimento pelo Estado de sua condição de trabalhadoras no campo, uma das principais conquistas das trabalhadoras rurais. Mas, nessa época, eram as mulheres mais velhas as mais combativas, provavelmente em razão da principal luta das mulheres naquele momento. No entanto, é com o vertiginoso crescimento do MST, durante os anos 90, que as jovens mulheres rurais engajam-se profundamente nas lutas agrárias, incorporando, pouco a pouco, lutas feministas em suas bandeiras, como o direito à educação das mulheres, as lutas contra a violência e o acesso à livre contracepção.

Os documentos dos grupos de mulheres camponesas que nos foram enviados — panfletos, boletins — mostram que mesmo se a palavra “feminismo” é raramente empregada, seus *slogans* são muito próximos das grandes lutas feministas brasileiras, como a luta contra a violência conjugal, pelos

direitos reprodutivos, pelo acesso à educação e à independência das mulheres, e os textos refletem também o desejo de amor compartilhado, por prazer, e de acesso sem culpa à sexualidade. Esses direitos, reivindicados pelas camponesas dessa nova geração, estão em sintonia com novos valores individualizantes transmitidos pelas imagens de novelas e de outros programas de televisão. Nossos dados mostram que as jovens camponesas do MST são, em grande parcela, mulheres casadas, mães de crianças pequenas. Elas contam que entraram no movimento acompanhando maridos e companheiros, em geral logo após o casamento, pois não haviam herdado terras de seus pais agricultores, pequenos proprietários empobrecidos por uma política agrária que há muito tempo privilegia apenas os grandes proprietários. Fortemente marcadas pela questão da reprodução e por seu desejo de não repetir o modelo demográfico de sua família de origem, no qual suas mães tiveram uma dezena de filhos, elas querem serem esterilizadas depois do nascimento do terceiro e, às vezes mesmo do segundo filho. Mesmo tendo uma fraca escolarização, pois o ensino formal oferecido nas zonas rurais não passa das quatro primeiras séries primárias, sonham em continuar a estudar, o que conseguem, muitas vezes, ao participar dos cursos de formação política do MST, às vezes até no exterior.

As jovens nas administrações públicas

Um outro espaço que concentra “jovens feministas” são as prefeituras dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores, importantes pólos de recrutamento profissional de militantes. Por isso, muitas jovens recém-egressas da universidade têm aí seu primeiro emprego estável, pois uma parte importante dos cargos no interior das administrações públicas brasileiras são “cargos de confiança”, ocupados por indivíduos indicados pelo partido que ganha as eleições. Como já levantei no item anterior, as políticas públicas voltadas às mulheres tornaram-se um importante campo profissional no interior das prefeituras. Portanto, para muitas das jovens, o feminismo aparece mais como possibilidade de trabalho do que apenas como feminismo, por intermédio dos cursos oferecidos durante sua formação universitária, ou por meio da participação no movimento estudantil, que concentra um núcleo forte de jovens identificadas com o ideário feminista. Mas é a formação em campos específicos da prática social — como saúde, educação, direito, serviço social, psicologia etc. — que lhes permite ocupar esses cargos.

As jovens feministas — que participam seguidamente e de forma bastante visível no PT e nos aparelhos de poder da esquerda — têm, no entan-

to, muita dificuldade de se imporem no seio dessas instâncias políticas, em razão das diferenças que se estabelecem para além do campo político e que as afastam também da maioria das feministas históricas. Essa é uma pequena observação etnográfica das estratégias que as jovens da nova geração denominam “política da subjetividade feminista”.

Dezembro de 1992, festa de fim de ano dos funcionários da prefeitura de Porto Alegre, dirigida pelo PT durante quatro anos. O PT foi reeleito, mas as novas alianças políticas exigem o afastamento de alguns secretários e funcionários, em particular de algumas mulheres. Um grupo de jovens feministas prepara-se para a festa. Acompanho os preparativos que duram vários dias: todo mundo se telefona, perguntando-se como vestir-se, como apresentar-se publicamente em um momento de “fracasso político”, pois essas mulheres sentem-se perseguidas como mulheres, por sua forma de fazer política no feminino. Alguns dias mais tarde, uma delas me conta que elas “arrasaram” na festa, que eram as mais bonitas, as mais interessantes e sedutoras entre as mulheres militantes do PT presentes:

Tu sabes bem o quanto nós irritamos esse pessoal do Partido, tanto por nossa maneira de vestir, de cuidar, de prestar atenção no nosso corpo, fazendo ginástica, massagens, nadando ou *jogging*, como também pelo fato de a gente não ter vergonha de se mostrar bem feminina, usando batom, pintando as unhas e mesmo usando minissaia, o que não é muito recomendável em algumas rodas. Prá eles, tudo isso é muito “pequeno burguês”. Até as feministas mais históricas, que são mais velhas do que a gente, que passaram pela repressão da ditadura e tudo mais, no olham como se a gente fosse umas fúteis que só se interessam por seduzir os homens. Tu sabes que os caras não nos interessam tanto assim, que a gente se produz mais para mostrar que pode ter outro jeito de ser mulher, bem diferente desses *clichés* tipo *jeans* e camisetas que não significam o mesmo para as mulheres de nossa geração que, para elas, vêm nesse tipo de vestimenta um forma de buscar a igualdade com os homens.

Reivindicando uma dupla identidade: negras e lésbicas

Uma das principais constatações de nossa pesquisa é o crescente desejo de reconhecimento de novas identidades combinadas ao feminismo, como a de negras ou de lésbicas, grupos nos quais a presença de jovens é bastante significativa.

De fato, há uma grande efervescência em torno da identidade negra no decorrer dos anos 90, que se reflete na criação de vários grupos de mulhe-

res negras. Esses grupos lutam contra a dupla discriminação que sofrem as negras na sociedade brasileira, submetidas a menores salários, maior risco epidemiológico, a estereótipos degradantes, a marginalidade e, algumas vezes, até mesmo à esterilização indesejada. A raça ainda permanece um importante fator de discriminação e de hierarquização social no Brasil, ainda que seja denunciada de forma sistemática pelo movimento negro e graças à maior visibilidade dos negros em instâncias de poder, como atesta a eleição de duas senadoras negras pelo PT.

Contudo, além da denúncia à dupla discriminação que sofrem como mulheres e negras, esses grupos estão também muito preocupados na construção de um modelo estético próprio às mulheres negras, desvalorizadas eticamente pelos modelos dominantes de feminilidade mostrados na mídia brasileira, centrados em um ideal de mulher “morena” porém branca. Não é por acaso que uma das propostas das ONGs de mulheres negras, nos encontros feministas, seja a animação de “ateliers de estética negra” que ensinam como se vestir, como se maquiar, como tratar dos cabelos, seguindo modelos africanos. Essa estética é hoje um importante fenômeno de consumo cultural no Brasil, por meio do desenvolvimento de grupos de música, como grupos de *rap* feministas animados por mulheres negras, e mesmo de uma revista mensal de grande circulação que tem como objetivo o jovem público negro de classes média.

Quanto aos grupos lésbicos, o mesmo parece ocorrer na busca do reconhecimento de uma dupla opressão: de mulher e de lésbica. A problemática da sexualidade, questão central do feminismo, não mobilizou, no entanto, o movimento brasileiro dos anos 70 e 80, tal como ocorreu em outros lugares do mundo, em particular nos Estados Unidos, onde as lésbicas detêm um importante lugar no interior do movimento. Os grupos lésbicos não são tão visíveis quanto os grupos de negras, mas crescem significativamente nos anos 90, provavelmente pelo papel importante das lésbicas nas ONGs que trabalham no campo da AIDS. Nossa pesquisa apontou que a problemática lésbica parece sair timidamente do gueto das grandes cidades do sudeste para tornar-se um assunto de debate em regiões mais tradicionais, como pude constatar por exemplo junto a militantes feministas na cidade de Natal.

Essas novas identidades estão muito presentes nos programas de televisão. Todas as problemáticas de “novas identidades” — Sem-Terras, negros, homossexuais — foram tratadas pelas novelas, nos últimos anos, de forma bastante “progressista”. No entanto, mesmo se elas já têm visibilidade na mídia, são as lésbicas as que continuam quase imperceptíveis na representação televisiva, pois observamos, em outra pesquisa sobre a violência na

mídia, que a problemática da homossexualidade, quando tratada, restringe-se praticamente às relações homoeróticas entre homens.

Novas feministas sem medo do poder

Enquanto são prioritariamente as jovens que trabalham no executivo, são as mulheres mais velhas, com maior experiência profissional, que têm sido eleitas para o legislativo como senadoras, deputadas federais e estaduais, vereadoras. Há, nesse grupo, algumas “feministas históricas”, mas prefiro classificar a maior parte dessas mulheres políticas como “novas feministas”, ou seja, mulheres que se reconhecem no movimento, no decorrer dos anos 90.

Desde o início dos anos 80, há, no interior do movimento feminista, reivindicações de um projeto político de representação das mulheres expresso na candidatura de algumas militantes, já nas eleições de 1982. Porém, foram as eleições de 1994 que abriram o caminho a uma maior participação das mulheres no campo legislativo, com a eleição de seis senadoras — representando 8,7% do total do senado —, e 34 mulheres à Câmara dos Deputados — equivalente à 7,2% do total dessa Casa. Representação política que se ampliará em 1996, nas eleições municipais, a partir da implementação da cota de 20% de mulheres candidatas em todas as listas eleitorais partidárias.

Poucas foram, entre essas novas deputadas, aquelas que se elegeram em função de um programa feminista. Muitas não se consideram como tal. No entanto, a grande maioria aderiu, desde o início de seu mandato, à bancada feminina, grupo supra-partidário que busca defender interesses das mulheres. É evidente que a adesão à bancada feminina — ou “bancada do batom”, denominação dada pela imprensa à organização das mulheres no Congresso — se fez para muitas deputadas pela pressão coletiva em torno de projetos “para as mulheres”, mas também pelo *lobby* feminista feito sobre as mulheres congressistas particularmente pela ONG especializada em pressão parlamentar, o *Cfêmea*.

Muitas eram reconhecidas como “boas profissionais”, professoras, advogadas, economistas, psicanalista, médicas etc., mas raramente como militantes feministas, mesmo que sua geração corresponda à das feministas históricas. Uma grande parte das candidaturas surgiu no âmbito de lutas sindicais de suas respectivas categorias, seguidamente de setores feminizados como o ensino, o trabalho social ou a saúde. Um grupo menor de deputadas é composta por filhas ou esposas de políticos reconhecidos — candidaturas

muitas vezes estratégicas por parte de oligarquias de algumas regiões do país, onde, por falta de descendência masculina, as filhas recebem a herança política da família.

As duas denominações dadas publicamente à bancada das mulheres no Congresso — bancada do batom e mulheres sem medo do poder — refletem, no meu entender, as contradições e ambigüidades do grupo de mulheres parlamentares. Por um lado, a autodenominação de mulheres sem medo do poder, fala da determinação das parlamentares em ocupar o espaço político, associado simbolicamente à masculinidade e ao espaço público. Por outro, a designação de bancada do batom, tão bem aceita pelas parlamentares, parece refletir a preocupação dessas “novas feministas” com a representação pública de suas identidades de gênero. Preocupação que reflete também a ambigüidade que o papel de mulher política representa socialmente. Não me parece por acaso que a imprensa brasileira, ao lado de comentários sérios sobre as mulheres políticas, refira-se regularmente ao estilo vestimentar dessas mulheres, comentando penteados e trajes, pois essa preocupação reflete também a preocupação dessas “novas feministas” com a autorepresentação de feminilidade.

Para muitas das “feministas históricas”, essas mulheres não são feministas. No entanto, discordo dessa posição, pois creio que as mulheres sem medo do poder lutam por uma reivindicação fundamental do feminismo, desde suas origens no século XIX — particularmente pela corrente socialista revolucionária e de outra forma pelas sufragistas —, que é a questão do acesso das mulheres ao espaço da política representativa.

Novas feministas para além da terceira idade

Finalmente, entre os diferentes grupos nascente e as novas vocações feministas, há um outro grupo surgindo, composto por mulheres de mais de 60 anos que tiveram diferentes trajetórias pessoais — como donas de casa ou como profissionais — mas que agora encontram-se em grupos sindicais de aposentadas e da terceira idade. Muitas — mães e avós — passaram de alguma forma ao largo da politização feminista do pós-68, mas agora descobrem fascinadas algumas das conquistas das gerações que as sucederam, como a sexualidade sem culpa, a possibilidade de cuidar de si e de dedicar-se a alguma causa. As universidades da terceira idade que vêm se desenvolvendo na maior parte das capitais parecem ter um papel decisivo nessa tomada de consciência feminista, entre as mulheres mais velhas — tanto pelos cursos de atualização, como pelos cursos de formação de profissio-

nais especializados em gerontologia. De alguma forma, esses centros universitários são um pólo transmissor de novos valores associados à velhice, nos quais a liberação das mulheres ocupa um papel bastante importante ao lado de reflexões sobre as discriminações e as violências de que as mulheres idosas são vítimas na sociedade brasileira. Liberação vinculada, muitas vezes, à viuvez ou a uma separação tardia do marido. Esse grupo de “novas feministas” é ainda incipiente, mas aponta também para a significativa ampliação da consciência feminista no Brasil para mulheres de diferentes gerações.

Conclusões

Nos anos 90, observa-se um significativo crescimento do feminismo no Brasil. O movimento, que nos anos 70-80 restringia-se a uma vanguarda de jovens mulheres intelectualizadas das camadas médias urbanas, abarca, hoje, mulheres de diferentes camadas sociais, tanto no meio rural, como no urbano, assim como mulheres de diferentes gerações. Constatamos, a partir de dados obtidos em vasta pesquisa sobre o movimento no Brasil, que dele participam hoje tanto jovens, quanto mulheres de meia e de terceira idade, mas elas não ocupam no movimento nem o mesmo lugar nem as mesmas responsabilidades, pois apenas as “feministas históricas”, ou seja, aquelas que participam do movimento há mais de 15 anos, detêm o poder de representação simbólica do movimento. Entre essas três gerações, reconheço a presença majoritária de mulheres mais velhas no espaço da política representativa, a da geração intermediária nas ONGs e nas Universidades e as jovens nas redes militantes de esquerda que articulam várias identidades.

A VI Conferência Internacional da Mulher, realizada pela ONU, em setembro de 1995, em Pequim, teve um papel preponderante para a visibilidade de diferentes grupos, organizações e projetos dedicados às mulheres, unificando-os em torno da articulação feminista. No entanto, persistem divisões dentro do movimento entre grupos e projetos feministas. Divisões essas que classifiquei, neste artigo, em dois grandes grupos: o das “feministas históricas” e o das “novas feministas”.

Parece-me que, por trás da divisão entre “feminista históricas” e “novas feministas”, há uma tensão subliminar em torno de questões ligadas à estética e às representações de gênero, particularmente no que se refere ao feminino. A questão da feminilidade, central na definição da identidade de gênero das mulheres, foi tratada pelo feminismo dos anos 70-80, no âmbito da ótica igualitária e na busca de indiferenciação entre mulheres e homens,

expressa, particularmente, no plano vestimentar. A especificidade e uma volta a um “essencialismo” do feminino parecem-me uma das reivindicações recorrentes das “novas feministas”, sejam elas negras em busca de uma estética específica com valores positivos da identidade de negra — que, no caso, é um modelo ideal de africana —, sejam elas jovens militantes que se vestem pelo prazer de “seduzir” usando roupas provocadoras, sejam elas “mulheres de poder”, que se destacam por seus “modelitos”.

Contudo, por trás dessas particularidades, algumas palavras de ordem do feminismo da década passada — como “o pessoal é político” — foram bastante incorporadas pelo conjunto das militantes. A política da subjetividade, proposta pela corrente mais libertária do movimento desde seu início, hoje reivindicada por uma parcela das “novas feministas”, permanece sendo, no meu entender, uma das principais conquistas do movimento brasileiro das duas últimas décadas, postura que, de alguma forma, extrapola o campo da política feita pelas mulheres.

O que observamos é que existem hoje, no Brasil, muitos feminismos, muitas formas de se identificar dentro desse campo político, muitas formas de participar e de militar. Esses diferentes feminismos têm, muitas vezes, modelos contraditórios entre si que vão muito além dos debates do movimento nos anos 70-80 sobre a prioridade entre “ação” ou “reflexão”, ou sobre a militância junto às classes médias ou às classes trabalhadoras. Trata-se, hoje, de pensar e propor outras formas de fazer política e também de fazer carreira a partir de valores e de práticas feministas. Carreira e profissão não são mais coisas a serem conquistadas e sim uma realidade de todas as mulheres, sejam elas “novas” ou “históricas”.

Abstract. Since the 90's, a significant growing of feminism can be perceived in Brazil. This movement, restricted to a vanguard of young intellectualized women of middle urban classes, encompasses nowadays womwn of different social levels, in both rural and urban milieu, and of different generations. Basing herself in an exaustive empirical research, the author builds a generational typology of Brazilian feminist movement, having two important reference groups, the historic and the new feminists.

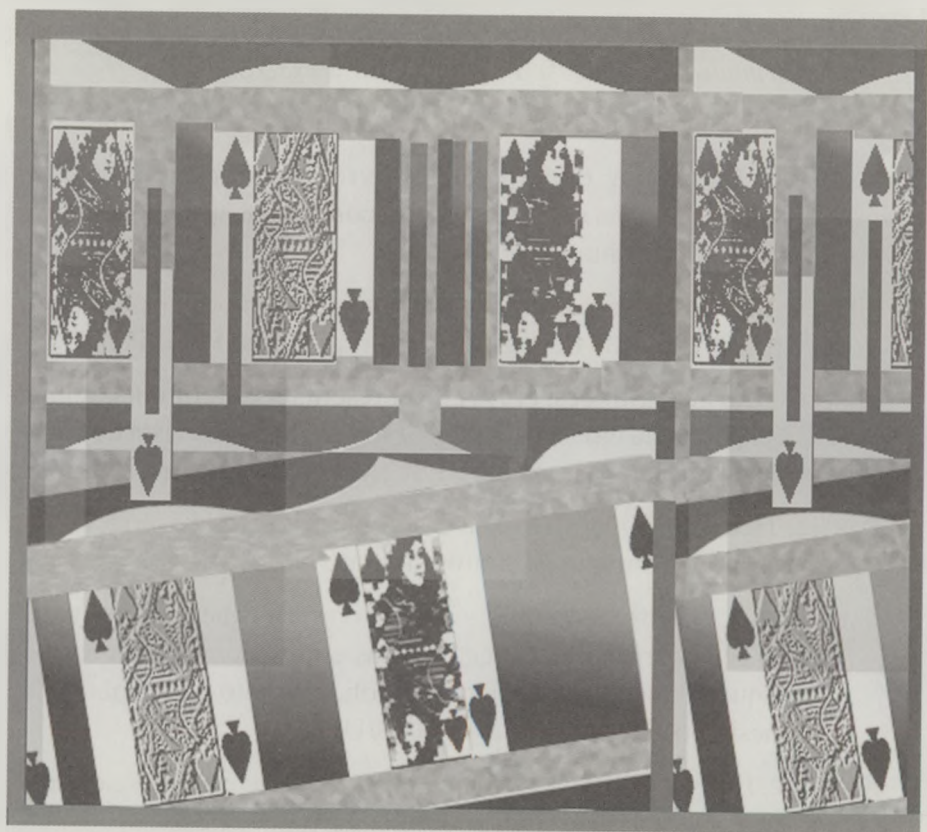
Résumé. Dès les années 90, on aperçoit une rémarquable croissance du mouvement féministe au Brésil. Le mouvement, qui était restreint à une avant-garde de femmes intellectualisées des couches moyennes urbaines, comprend, aujourd'hui, des femmes de différentes générations. A partir d'une recherche empirique exhaustive, l'auteur bâtit une typologie générationnelle du mouvement féministe brésilien,

ayant deux grands groupes de référence, les féministes historiques et les nouvelles féministes.

Referências bibliográficas

- COSTA, Albertina de Oliveira, (1997) “Les études sur les femmes au femmes au Brésil ou la stratégie de la corde raide”, in *Cahiers Etudes Féministes* de l’Université Paris VII — CEDREF, n. 6, Politique et Recherche Feministes, regards croisés: Brésil, Quebec, France. Paris: Jussieu.
- LANDIN, Leilah, (1993) “A invenção das ONGs — Do serviço invisível à profissão sem nome”, tese de doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.
- LOWY, Michael, (1988) *La guerre des dieux (Religion et politique en Amérique Latine)*. Paris: Du Félin.
- GOLDBERG, Anete, (1987) “Feminismo e autoritarismo: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado.
- . (1991) *Le dire et le faire féministes: Une approche socioculturelle du Brésil contemporain*, thèse de doctorat en histoire et civilisations. Paris: Jussieu.
- GREGORI, Maria Filomena, (1993) *Cenas e queixas: Mulheres e relações violentas*. Rio de Janeiro/São Paulo: ANPOCS/Paz e Terra.
- GROSSI, Miriam Pillar, (1988) “Discours sur les femmes battues: Représentations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul”, thèse de doctorat. Paris: Université de Paris V — René Descartes.
- . (1997) A violência contra a mulher e contra grupos minoritários — Do “real” das páginas do jornal à ficção da televisão. 49º Congresso Internacional dos Americanistas, Quito.

- GROSSI, Miriam Pillar, (1997) *Féminismes et génération politiques des années 90 au Brésil*", in *Cahiers Etudes Féministes* de l'Université Paris VII — CEDREF, n. 6, Politique et Recherche Feministes, regards croisés: Brésil, Quebec, France. Paris: Jussieu.
- GROSSI, Miriam & MIGUEL, Sônia, (1995) "Cartografia de organizações de mulheres/feministas/de gênero no Brasil", *Cadernos Primeira Mão*, n. 10. Florianópolis: PPGAS/UFSC.
- GUIGOU, Elizabeth, (1997) *Être femme en politique*. Paris: Plon.
- MACHADO, Ana Maria, (1995) "Ventre livre", filme produzido pela Casa de Cinema de Porto Alegre, com financiamento da Fundação MacArthur.
- MIGUEL, Sônia Malheiros, (1988) "Feminismo: um olhar para dentro", dissertação de mestrado. Florianópolis: PPGSP/UFSC.
- MINELLA, Luzinete Simões, (1997) "Representações femininas sobre a experiência da esterilização". Florianópolis: Revista do Centro de Ciências Humanas/UFSC, vol. 15, n. 21, pp. 199-230.
- PONTES, Heloisa, (1986) "Do palco aos bastidores", dissertação de mestrado. Campinas: Antropologia/UNICAMP.
- SARTORI, Ari, (1998) "As políticas afirmativas e as questões políticas de gênero em setores identificados com valores e práticas de esquerda na cidade de Florianópolis. Projeto de Pesquisa de mestrado, Florianópolis: PPGAS/UFSC.
- SCHWADE, Elisete, (1993) "A luta não parte da vida, é a vida", dissertação de mestrado. Florianópolis: PPGAS/UFSC.



Engendrando poderes em tempos neoliberais: Feminismos e feminismos, reflexões a esquerda¹

*Mary Garcia Castro**

Resumo. O ensaio propõe uma reflexão sobre questões contemporâneas do feminismo latino-americano: sua institucionalização, ênfase na ocupação de espaços de poder formal no sistema de decisão do governo e acerto liberal no que se refere a direitos específicos. Considera que esses são temas pertinentes, tal como a ampliação do modelo de organizações não-governamentais pelos direitos das mulheres. Critica o fato do feminismo limitar-se a tais orientações, esquecendo-se de sua origem libertária, de movimento social de pressão e de crítica social por novas relações e novas formas de ser homem e de ser mulher. Critica também o essencialismo e a dependência às orientações das agências financeiras internacionais, bem como alianças, em alguns casos, e, em outros, de adesão à crítica às orientações neoliberais, ressaltando o “estar no poder”, sem refletir sobre o momento das sociedades de classe no continente e a terrível situação material de muitas mulheres e homens.

Apresentação

Em forma de quebra-cabeça, combino observações neste texto-ensaio e, indiretamente, retomo um velho tema que, mesmo se com roupagem moderna, tem sabor de pão dormido: a positiva diversidade de posturas feministas e o preocupante esmaecimento das diferenças entre posturas de feminismos, como, hoje, os ditos “autônomos” ou “radicais” — cada vez menos autônomos e menos radicais, considerando a dependência das organizações não-governamentais — ONGs —, ou a inclusão no governo de recursos de agências internacionais, parcerias com governos, competição entre mulheres e organizações feministas por fundos, e a acomodação à linguagem ge-

* Mary Garcia Castro é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia.

nérica — não de “gênero”, mas como “princípios gerais” — dos documentos das conferências da ONU.

A ambigüidade do perfil estende-se também ao que era anteriormente referido como feminismo “socialista” ou emancipacionista, e hoje como “orientação classista”, e que se moveria, entre o micro e o macro, por corpos múltiplos, como os das mulheres, na crítica a repressões com corte de gênero, e da sociedade, na crítica ao capitalismo. Esse também estaria cada vez mais tímido e restrito à luta por direitos, pela igualdade e por apoio à resistência das mulheres e dos homens, dos trabalhadores pobres de setores populares, de suas representações, contra os efeitos do capitalismo em sua fase global e neoliberal — particularmente ao se considerar o desemprego e as violências várias.

Não pretendo propriamente propor um “ajuizamento” de posturas políticas. Este não é um texto acusatório, nem um receituário para saídas. É um compartilhamento de preocupações. Em princípio, no presente, é importante e necessário, por barbáries plurais, considerar o papel dos vários tipos de feminismo, dos investimentos em serviços a grupos específicos, das leis por igualdade, das “ações afirmativas”, das tentativas de implementação das plataformas de ação das Conferências da ONU — do ciclo 1980-1990 — como a do Cairo, sobre população, e a de Beijing, sobre mulher.

Move esse texto-ensaio um certo desconforto em relação à falta de investimento do movimento em outras posturas, nas promessas do feminismo como ideário libertário, na utopia de outros mundos, na perspectiva que se orientaria não somente por defesas de identidade, diferenças, mas também em “des-identificações” (Buttler, 1993) e em favor do socialismo, ainda que redesenhado por concepção de uma classe na raça, no gênero, no reconhecimento de diversas opções sexuais, ou seja, humanista e libertário, na perspectiva de engendramento do vir a ser. Fica ainda um certo desconforto com relação à nossa pouca eficácia também no plano da defesa de políticas públicas e de ações de intervenção aqui e agora, contra a deterioração das condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Estaríamos tímidas, as feministas classistas, tanto no plano da defesa das identidades como no lançar-se por des-identificações e engendramentos.

De outro texto, as seguintes peças se encaixam nesse quebra-cabeças, ao definir termos tais como des-identificação e engendramento.

Segundo Butler,

Embora o discurso político que mobiliza categorias identitárias tenda a cultivar identificações a serviço de um objetivo político, pode ser que a insistência em des-identificações seja igualmente crucial

para a rearticulação da contestação democrática. De fato, pode ser precisamente através de práticas que sublinhem des-identificação em relação às normas regulatórias pelas quais a diferença sexual é materializada que tanto políticas feministas e *queer* são mobilizadas. Tais des-identificações coletivas podem facilitar a reconceitualização de que corpos estão em questão, e que corpos ainda estão para emergir como corpos críticos (Butler, 1993: 4).

Lauretis (1994), autora feminista que lida com imagética, gênero e cinema, insinua a perspectiva de lugares en-gendrados, criticando a acomodação conceitual de correntes feministas que, ancorando-se no conceito de gênero como construção social, perdem o olhar sobre a dinâmica, fixando-se em representações, e omitem a nomeação de poderes múltiplos, enfatizando as diferenças sexuais, tendo o homem — um universal — como parâmetro e que, no discurso sobre sexualidade, não questionariam o contrato heterossexual. Segundo sua proposta, de um potencial epistemológico radical, o sujeito no feminismo, seria um vir a se constituir, engendrando-se:

[...] um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual... um sujeito engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe; um sujeito múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido (Lauretis, 1994: 208).

Se os ideários de Butler e de Lauretis podem vir a ser desautorizados pela decodificação fácil de que se alinhariam ao discurso pós-estruturalista, já recorrendo a Eagleton (1995) — autor que se aproxima do debate da pós-modernidade, sem descartar o marxismo, mas revisitando-o — encontra-se o mesmo acento na potencialidade transgressora de materialidades impostas, na estética que funde necessidade, desejo e prazer, e que não necessariamente circunscrever-se-ia em localismos e em fragmentações, margens consideradas inevitáveis ao pensar que recusa totalizações desenhadas *a priori*. Segundo Eagleton, para uma política radical haveria que

[...] recusar o que Raymond Williams denominava “particularismo militante” — daqueles correntemente categorizados como o “outro” — mulheres, estrangeiros, homossexuais [acrescentaria, os negros, as negras] — que se contentariam em simplesmente demandar o reconhecimento para o que são. Mas o que é “ser” uma mulher, um homossexual, um natural da Irlanda? De fato, é importante reconhecer que grupos na exclusão desenvolvem certo estilo, valores, experiências de vida que sugerem uma forma de crítica política e que demandariam direito à livre expressão; contudo, uma questão políti-

ca radical estaria na demanda pelo igual direito ao de outros na descoberta do vir a ser, e não no de simplesmente assumir alguma identidade pré-moldada, cuja única particularidade estaria no de ser reprimida. Todas as identidades de contestação são em parte função da opressão, como também resistência àquela opressão, o que impede que simplesmente se deixe de ser o que é. O privilégio dos opressores é seu privilégio de decidir sobre o que eles serão. É tal direito que os oprimidos deveriam demandar (Bianco e Castro, 1997).

É necessário que se invista mais na modelagem de posturas radicais, na prática teórica, e o debate de posições é a instância para uma tal modelagem, em especial de quem, como eu, teima em ser de esquerda e que, com todo fascínio por modernidades e pós-modernidades, ainda alinha-se à postura do poeta comunista espanhol do *Hilo rojo*, Gabriel Celaya (1977) para quem haveria que *tomar partido hasta mancharse*.

Proponho, a seguir, reflexões que transitam, por blocos temáticos diversos, pela angústia da insistência em uma leitura a esquerda dos tempos atuais, no engendramento da classe e nos desafios para o feminismo não atraído por institucionalizações — metamorfose que implica na passagem de contrapoder para um quase-poder-auxiliar — insistindo no perfil de militância e de movimento social, o que implica em afastar o feminismo do estatuto de representação, para ser, em si, mobilização.

Sobre a angústia de insistir em uma reflexão a esquerda

Ser de esquerda é orientação que se complica pela descentralização das bússolas em relação a nortes próximos, mas que se sustenta tanto pela negação do imediatamente vivido, como pela afirmação de um norte distante, da utopia recriada por uma ordem pós-capitalista.

O “mal estar sobre a cultura”, expressão freudiana para caracterizar um certo desencanto com a chegada do século XX, ou “o sentimento de desânimo que é uma parte tão importante de nossa estrutura mental contemporânea” (Heilbroner, 1993: 110) não é apanágio da esquerda, e alimenta-se das mais variadas barbáries, não só a expressão de Heilbroner da “mixórdia russa, onde esquerda e direita parecem ter trocado de lugar”, mas é também cultuado nos velórios banhados no choro pela morte enunciada, do fim da história e do fim da luta de classes, velórios comumente sem corpo presente, ou desatento às metamorfoses do morto-vivo. Se, além das relações capital e trabalho nas unidades de produção, além da realização de um tipo específico de capitalismo, sua modelagem pós-fordista reorientar o olhar para a qualidade de vida dos trabalhadores, para o padrão de consumo de

símbolos e imagens, é de se observar que a maioria ainda está em níveis de relações de trabalho consideradas “informais”; transitar pela cultura, por relações de poder e de exclusões múltiplas. Multiplicam-se também sítios, relações sociais, culturais que politicamente potencializam tanto fragmentações como diversificação dos conflitos. As propostas mais radicais de movimentos como o feminismo radical e emancipacionista e os referidos à raça-etnicidade combinam crítica e linguagem que rejeitam a lógica do mercado, em favor de valores ético-estéticos.

Ao questionar o paradigma de progresso, que, desde o final do século XIX, animaria o pensamento da esquerda equacionando o movimento de realização econômica, de racionalidade do planejamento, Heilbroner observa que

enquanto os argumentos contra o capitalismo enfatizavam os males que ele provoca com seus fracassos enquanto sistema econômico, os argumentos em favor do socialismo também se apoiavam na liberação e na realização pessoal que o socialismo ofereceria enquanto sistema econômico. Colocando de maneira diferente, existe muito pouca retórica de política ou de cultura nas literaturas anticapitalista e pró-socialista. A discussão é conduzida no vocabulário da economia (Heilbroner, 1993: 109).

A questão é que, quer passando pela prática teórica, quer vivenciando a prática prosaica da rotina da sobrevivência, quer insistindo na saída gregária de filiar-se a tribos contestatárias — um partido, um sindicato, um movimento social — ser de esquerda, hoje, é assumir o desafio da esfinge, com olhos no próximo milênio e o pé no cotidiano: — decifra-me ou te devoro. Mudando as formas de andar, sugeriu a esfinge, continua-se humano.

Ser de esquerda, hoje, é antes de tudo precatar-se sobre o jogo de horizontes de tempo, pois não só o ritmo da modernidade mudou, acelerando-se, parecendo mais câmara móvel do que imagens pré-datadas. Ser de esquerda, hoje, é cumprir o ritual do luto, relembrar criticamente o passado, assumindo tanto negações como saudosismo, datando experiências cada vez mais a serem construídas no jogo de identidades e alteridades, plurais, porém unificadas na negação a poderes.

Cumprido o luto, ou melhor, convivendo com o luto, de branco, é preciso dar a volta por cima, rodar a baiana, o que remete a mitos fundantes da identidade brasileira em sua vertente portuguesa, pois “navegar é preciso”, sugerindo que, para uma nova era, faz-se necessário um novo conhecimento, descentralizado de posições fixas, desencaixado, diria Guiddens (1990), referindo-se à necessidade de desvendar nexos entre o global e o local, consciente tanto dos limites do Estado nação — pelos poderes dos novos

agentes econômicos em comando, as empresas transnacionais —, como da retomada do paroquial, na obsessão por identidades particularizadas, nacionais e religiosas — identidades que, provisoriamente, denomino autocontidas, para diferenciar de outro impulso à afirmação ou à crítica de identidades que, a meu juízo, é uma das potencialidades ou das possibilidades positivas nessa virada do século, ou seja, das identidades coletivas, “deserializadas” (Guattari, 1990), móveis. Identidades ou não identidades que se pautam no reconhecimento da alteridade e são impulsionadas na solidariedade, na negação da crueldade, na mobilização ética, além das identidades alimentadas na obsessão narcísea ou das particularidades essencializadas, “umbigu(o)izadas”, como as de algumas correntes dos novos movimentos sociais, em sua versão institucionalizada.

Dar a volta, a esquerda, e por cima, hoje, é antes de tudo um desafio à criatividade, uma criatividade que passa pelo colorir e por sexualizar a classe em sua vertente africana, pois, para os povos dos Orixás e para os indígenas da América Latina, isso de “fim da história” só pode ser coisa de branco, de colonizador.

A conquista da territorialidade identitária da negritude, dos movimentos de composição indígena — como a dos zapatistas, no México — indicam que a luta continua e alimenta-se na ancestralidade, sem congelar-se na tradição.

Luz (1993: 204-205) sugere esse re-encaixar de tempos históricos ao indicar que, para os negros, a identidade coletiva é um processo, uma conquista que se desdobra em uma luta pelo direito de ser, de existir no ponto histórico originário da formação de nossa nacionalidade. Essa luta, hoje, sem dúvida, é a projeção de um passado constituído pela ancestralidade negra, atualizada no presente, lançada no futuro.

Onde, nesse reencaixar, seria deixada de lado a história, ou separada a identidade por etnicidade, por nacionalidade, por classe, gênero e outras? Claro que nas negociações dessas identidades, nenhuma delas — classe, etnicidade, ou gênero, por exemplo —, se conserva como tal. Por outro lado, o que enfatizo em outros textos (Castro, 1993) em relação ao conceito de relações alquímicas, nas negociações de identidades, é que o processo é sofrido e não há propriamente somas. Há, a depender das circunstâncias, das correlações de poderes, identificações, divisões e multiplicações com produtos diferenciados, referenciados, se de esquerda se trata, projetos de emancipação. Projetos que transcendem a identidade, lugar de fala, de luta, referenciados ao humano, na classe.

Feminismos e feminismos no engendramento de poderes

Implícitas a tal mosaico temático de uma leitura a esquerda do feminismo, algumas premissas que rapidamente enuncio, mas consciente de que cada uma delas demandaria uma reflexão em si:

1. A concepção de que há simbioses mas não fusão homogeneizadora entre os termos mulher, gênero e feminismo, e que cada um deles tem estatuto próprio válido em uma perspectiva que pretende um olhar de classe e um olhar que singularize tanto interesses de mulheres, respeitados em sua diversidade pela raça, pela etnia, pela preferência sexual e por outras identidades, como o questionamento de relações sociais entre os sexos, sistema de gênero.

2. Se avançamos com o conceito de gênero, pode-se correr o risco de se recorrer a tal conceito de forma estática, no plano de posições ou relações sociais pré-codificadas. Assustam-me os manuais sobre perspectiva de gênero, prática comum em agências internacionais e algumas organizações não-governamentais. Poda-se a descoberta, a re-invenção no caminho, a dialética de um processo que em diferentes culturas adquire significados, não necessariamente unívocos. Nessa linha, a reflexão de que os programas por igualdade de oportunidades, por cotas no poder, por leis de proteção às mulheres, por correções de desigualdades históricas, simplificada e chamadas ações afirmativas, como medidas liberais reformistas, em ambiência de barbárie, são válidas, minimizam algumas exclusões, permitem algumas inclusões.

3. Mas o “onguiamento” do feminismo, ou seja, a institucionalização do feminismo em ONGs, por exemplo, e o lidar com gênero por medidas de posições, tendo o homem como parâmetro e o jogo das diferenças entre os sexos, não esgotam a promessa maior do feminismo, ou de correntes do feminismo: ser uma postura, uma prática de crítica aos poderes, até mesmo ao feminismo como conhecimento-poder. Engendramento sugere trânsito, desafio, questionamento, reinvenção da mulher, o ser feminino no humano, ao entrelaçar-se com outras linguagens e outros sistemas de negação de opressões, e sistemas de afirmação de modos singulares de ser.

Tais premissas mesclam-se a inquietações sobre significados hoje da institucionalização do feminismo, e do discurso sobre mulher e gênero. De repente, de contrapoder, gênero e feminismo passam a “queridas” do poder, tópicos de discursos oficiais, de regimes e de estadistas, que se pautam pelo autoritarismo e pela perversidade social no plano das condições de vida dos pobres e da classe trabalhadora. Não é fácil estar em alerta crítico com tal

ambigüidade e metamorfoses conceituais nos discursos — nas quais todos falam de direitos humanos e de participação, por exemplo —, e acatar como importante, como deve ser, a legitimação retórica sobre os direitos das mulheres, programas e leis pontuais que beneficiam, em algumas dimensões, mulheres; e, por outro lado, intuir que com o desemprego, com a deterioração das condições de vida das mulheres pobres, o ataque contra as formas de organização dos trabalhadores, como os sindicatos, propicia o governo neoliberal — o mesmo que assina com uma mão um programa de direitos humanos (Presidência da República, 1996), de acordo com os parâmetros modernos das agências e a opinião pública internacionais —, o aumento de violências várias, até mesmo a violência doméstica, cerceia condições para que se engendrem relações de respeito às diferenças, uma sexualidade gostosa e criativa, subjetividades singularizadas no prazer, ou seja, sujeitos reivindicados por um feminismo libertário.

O discurso que advoga em favor da cidadania e da representação da sociedade civil — destacando-se o papel de ONGs — veio no rastro de reivindicação antiga de movimentos sociais da década de 1960, dos “anos de chumbo”, contra as ditaduras na América Latina, onde se reivindicava participação popular nos grupos de pressão contra o Estado opressor. Hoje, o debate sobre cidadania, sobre o ter direitos, em ótica liberal, continua válido, mas em tempos de ataques neoliberais ao Estado de bem-estar social, de substituição de políticas públicas por parcerias e por programas circunstanciais, pode implicar em reificações sobre o que seria “sociedade civil” e identidade coletiva popular, em contexto de privatização do Estado. Souza Santos (1996) assim expressa os riscos no jogo entre sociedade civil e Estado, em ambiência neoliberal:

A devastação neoliberal criou uma classe política venal, que privatizou o Estado ao privatizar a economia e ao fazê-lo, reduziu a sociedade civil ao mercado e os cidadãos a consumidores ou indigentes. Assim desfigurada, a sociedade civil, longe de ser o oposto do Estado, é o espelho do Estado. Por isso, a reconstrução do espaço público estatal não é possível sem a reconstrução do espaço público não-estatal.

Globalização e respostas engendradas

O feminismo há muito move-se em ambientes globalizados, no sentido de en-des-encaixes de tempos e espaços (Giddens, 1990), enredando-se, comunicando-se, circulando entre idéias que fluem em especial dos Estados Unidos e da Europa, mas também gestando-se, desde os anos 70, na

América Latina, por experiências militantes e por escritos voltados ao fazer-se e ao viver do sujeito feminista como classe, como raça e como etnia. Tudo isso muito antes da virtualidade do cyber-espço.

Contudo, deixo, a título de provocação, a hipótese de que viria se legitimando, ou, pelo menos, assumindo mais visibilidade social, a partir do final dos anos 80, pela ação feminista na América Latina, seduzida pela razão pragmática, mais na postura de resgate de identidades em si que na aposta em “des-identidades”, ou seja na busca de outras identidades ou modelagens por utopias emancipatórias, até mesmo no plano existencial da subversão dos costumes e das relações sociais, das competições — estamos cada vez mais “machos” umas com as outras, em especial quando se trata de competir por fundos de agências internacionais, *status* acadêmico ou mesmo aparecer.

Questionava-se, nos anos 70, o perigo da prioridade do debate de classe, o que minaria a essencialidade do feminismo, jogos na individualização. Parece que hoje se não ameaça, nem se investe em projetos de classe. Estaríamos perdendo a leveza transgressora do lúdico, o errático do erótico, no trânsito do contrapoder para um poder-sem-poder, uma representação no discurso oficial. E tal domesticação não viria sendo imposta por nenhum poder patriarcal, ou além da nossa — de algumas — cumplicidades.

Há de se reconhecer que o feminismo agenciado por ONGs, assim como o feminismo de *blazer* — que, em alguns casos, colapsa com o das ONGs —, o institucionalizado, o aplanaltado ou “pouco ondulado” — segundo definição do Aurélio para “planalto” —, o acolhido na ambiência das Nações Unidas, o adotado por agências internacionais e por governos mais díspares quanto a práticas autoritárias e exclusivistas, têm o mérito, mesmo que muitas vezes limitado, ao plano da prática discursiva, da advocacia contra necessidades várias e contra violências a constituintes do ser humano no feminino, na circulação por reivindicações de igualdade e de diferença.

Por outro lado, a institucionalização de agências pautadas por uma dinâmica espontaneísta, flexível e democrática, com lugar para a participação das “bases” e orientadas por técnicas de ação direta, como os movimentos sociais, não resulta, necessariamente, na constituição de um “terceiro estado”, em um poder da representação popular. As ONGs podem constituir-se em um tipo de poder, dependente de fundos de agências internacionais, tendentes à rigidez institucional e a práticas de competição. As ONGs, como qualquer instituição, são vulneráveis a todos os vícios de burocracia e de uso instrumental do poder para fins privados. Repito que refletir sobre riscos de agências, com o formato de ONGs, não implica na negação de sua

importância, por outro lado, sem referências, demonstrações empíricas, caso por caso, simplificações são feitas, e há ONGs e ONGs.

Mas além das ONGs, onde os movimentos sociais, as tribos podem ser embalados por utopias libertárias? O feminismo dos direitos, das representação da cidadania no espaço da sociedade civil é importante, só que é uma agência “do” e não “o” feminismo.

“O feminismo socialista: o núcleo do sonho”, a que se referia Marcuse (1975), exaltando a subversão da ética produtivista de mercado, em favor de uma sensualidade desrepressiva, orientada ao prazer seria hoje referência nostálgica das “crianças das flores” — *flower's children* — estamos perdendo o pão e o circo.

As atividades preparatórias para a elaboração das Plataformas de Ação das Conferências Internacionais do ciclo 80-90 das Nações Unidas, em especial a de Beijing, em 1995, propiciou alianças, debates, encontros internacionais, agitação local, no plano dos movimentos sociais por quase todo o Globo. Para a discussão de uma agenda internacional, escrutinou-se o local, analisando-se experiências específicas em bairros, sindicatos, realizadas por organizações de mulheres negras, jovens e aglutinadas por outras identidades.

Contudo, mesmo fixando-se em políticas públicas, ainda que seja prematuro retraçar o cenário após um ano de Beijing, a suspeita é de que são raras as ações comuns, transnacionalizadas, de movimentos sociais e ONGs contra violências globalizadas, por exemplo, ações orientadas a limitar a ação das multinacionais na exploração do trabalho das mulheres, a trabalhar por um programa conjunto de proteção às mulheres (i)migrantes e (e)migrantes, e a questionar governos sobre os efeitos das políticas neoliberais no cotidiano de mulheres. Algumas heróicas, ONGs comunicam-se pelo mundo para coibir o tráfico de mulheres, a prostituição mediatizada pelo turismo, mas a legitimidade de uma cultura de cidadania referida à humanidade, e nessa, à mulher, ao negro, ao *gay*, à lésbica; uma cultura desencaixada no espaço global é ainda um princípio vago, de baixo investimento público, quer estatal, quer pela sociedade civil.

Ademais, a tônica das ações por políticas públicas no espaço do Estado nação é mera plataforma de ação dos documentos da ONU, como *vademecum* quando da elaboração de textos oficiais, continua na advocacia setorial, particularizada, na legitimidade discursiva, nos protocolos por diretos.

Desde um lugar específico, o movimento de mulheres sindicalistas em Salvador, meu pouso de aterrissagem, evidencia os nexos entre momento

da economia globalizada e realização de micropolítica cultural, e vem sugerindo efeitos devastadores na afirmação de uma contracultura feminista e classista que tentara juntar linguagem erótico-estético-ética e crítica de classe, contra os padrões.

Em janeiro de 1993, após cinco anos de pesquisa e estreita colaboração com o Departamento para Assuntos da Mulher do Sindicato dos Bancários, registrava em outro escrito (Castro, 1995) a recorrência das mulheres sindicalistas ao teatro para introdução de debates sobre sexualidade, amor, sensibilidade masculina e violência doméstica. As piqueteiras do sindicato desenvolviam também oficinas do corpo e questionavam com os diretores homens, divisões sexuais de poder e formas de relações sociais, em gênero, em diversos espaços. Discutiam a causa dos homens sindicalistas serem “capa” e as mulheres, “massa”, refletindo não somente sobre a hierarquia entre piqueteiras e palanqueiros, mas investindo em linguagens variadas, como a performática em protestos diversos. No sindicato, realizou-se o casamento de três casais de homossexuais, em 1993, com a colaboração de uma entidade local do movimento *gay* e foram realizadas oficinas sobre homofobia na classe operária. Os departamentos de Cultura e de Assuntos da Mulher editavam um jornal — *Mulher em Movimento* —, no qual se misturava humor, ironia e crítica à política ao Estado, veiculava-se serviços contra o assédio sexual e as discriminações nos bancos. As sindicalistas organizavam um bloco de carnaval muito concorrido, conhecido na cidade pelas alegorias em que se combinava a crítica à história social e a crítica de costumes. Eram leves, coloridas e incomodavam poderes. No final de 1993, o sindicato foi invadido e as alegorias do bloco destruídas pela polícia, “a mando do Malvadeza” — senador Antônio Carlos Magalhães —, segundo o diretor do Sindicato. Em uma greve, na passeata dos descamisados, a irreverência debochada das mulheres, tirando a blusa, contribuiu para romper o silêncio da imprensa sobre a mobilização da classe em uma greve que já durava mais de 15 dias, sem notícias. O anfiteatro do sindicato, foi rebatizado, em 1991, com o nome de Raul Seixas. A “Internacional” se traduzia em “Viva a sociedade alternativa”. “O PCdoB desbunda!”, comentavam adversários políticos — a direção do sindicato é do PCdoB — Partido Comunista do Brasil. Nas passeatas anti-Collor, tambores acompanhavam os gritos das mulheres: “amor, tesão, feijão, o povo quer comer”.

Em menos de dois anos, a base sindical dos bancários em Salvador foi reduzida, estima-se, em quase 40%. Hoje, todas as militantes ativas nos departamentos da Mulher e da Cultura, que não saíram por desemprego, estão efetivamente em outros departamentos, na mobilização de resistência

aos efeitos da reestruturação do setor financeiro, o desemprego, a fragilidade dos trabalhadores nas relações capital - Estado - trabalho. As atividades culturais estão limitadas à armação de um jogo de futebol em fins de semana em que não se esteja discutindo a reposição zero, os programas de incentivo à demissão, ou mobilizações localizadas. Nos últimos dois anos, a única atividade não voltada para a sobrevivência econômico-salarial, é o programa em saúde sobre lesões de esforços repetitivos — LER —, por seu caráter “quase epidêmico” entre os bancários, segundo Rebecca Serravalle, da atual diretoria.

Não tem sido por imposição de um “poder masculino”, “patriarcal”, insisto, que em alguns sindicatos, no Brasil, estaria ocorrendo sinais de retrocesso quanto aos espaços conquistados para o debate e a legitimação de práticas de gênero, o que não implica também em uma leitura que negue a vigência e a reprodução de práticas machistas em ambientes tipo sindicatos e partidos. Insisto na necessidade de lidar com cultura e economia política de forma entrelaçada, sem reduzir uma à outra.

Na economia globalizada, se o capital se volatiliza, se a dívida externa é imposta, se o Consenso de Washington é traduzido por governos na América Latina em políticas neoliberais, seus efeitos, como os das oscilações das bolsas de valores, da fuga de capitais e da sangria de reservas de capital no Estado nação, corporificam-se no preço da tortilha e do acarajé, do gás de cozinha, ou no desemprego, nos nossos corpos e prazeres.

Feminismo classista, gênero, políticas públicas e trabalho em contexto neoliberal

Outro rumo toma este texto, nesta seção, ancorando-se na urgência do imediato, assumindo um feminismo a esquerda.

Um desafio antigo para as esquerdas é a conjugação do trabalho em nível de projeto, perspectiva de transformação, e aquele em nível de ato, do imediato, de intervenção sobre as condições de vida dos trabalhadores, além do campo das denúncias e des-construções de discursos não plantados em práticas. Conjuguar o investimento em políticas públicas que tenham acento de gênero com aquelas universais, de defesa dos direitos e condições de vida dos trabalhadores, é parte de um feminismo classista, não “umbigoizado”.

Independente do lugar de atuação e da perspectiva, advogo a urgência de que os organismos de representação dos direitos das mulheres trabalhadoras no Brasil engajem-se a redes internacionais de movimentos sociais de trabalhadores, por campanhas internacionais de denúncias, como a que

recentemente lançou a CUT para o cumprimento da Convenção da OIT anti-racismo, mas, também, para pressionar organismos das Nações Unidas, como a OIT, pela revisão de leis internacionais, ou em favor da criação dessas, sobre a ação de multinacionais que mais enfraquecem as mulheres trabalhadoras.

Por outro lado, se gênero não é reduzido à coisa de mulher, mas é um olhar relacional por uma postura ética, cabe, em perspectiva emancipadora, situar-se, tomar partido sobre a tendência à marginalização do Estado de bem-estar social, sobre o crescimento do poder das multinacionais em plano de globalização da economia e sobre o enfraquecimento do poder de barganha do trabalhador, quer seja homem, quer seja mulher, diante das transformações do mundo do trabalho e do fantasma da ópera — o desemprego — que cada vez mais é menos fantasma e mais real.

Em que pese as limitações, se o enfoque é estrutural por mudanças radicais, há que assumir a importância para as mulheres de conferências como a do Cairo — sobre população — e a de Beijing — sobre mulher —, e a necessidade de acompanhar o cumprimento tanto das convenções assinadas pelo governo brasileiro, como das plataformas de ação das conferências. As plataformas de ação das conferências do Cairo e de Beijing correm o risco de implementação somente em suas dimensões instrumentais, isto é, no plano institucional, com a criação de comissões e de unidades na maquinaria do sistema estatal para assuntos da mulher; ou, no plano de declaração de intenções, ou seja, a assinatura dos protocolos firmados em 8 de março de 1996 sobre saúde, trabalho, educação, violência doméstica, com os respectivos ministérios e, em nível de Estados, na esfera das leis, da delimitação de medidas formais, como as cotas para candidatas mulheres. Todas medidas válidas, mas necessitam programas específicos e principalmente advocacia e sistema de prestação de conta — *advocacy e accountability*.

Há que cuidar para as apropriações pelo governo dos textos das conferências internacionais, sem efetiva realização do dito, considerando sua preocupação com a opinião pública internacional e o fato de ser um governo que globalizou-se sem necessariamente localizar-se.

Transparência quanto à divulgação de políticas setoriais, sistemas de consultas prévias com as entidades civis, movimentos sociais e representações multicoloridas, ou seja sem vozes hegemônicas quanto a partidos políticos, por exemplo, são mecanismos básicos para que se crie de fato uma cultura política de *ombudswoman* ou monitorização cidadã pelas mulheres dos programas governamentais. Esses são alguns dos mecanismos necessá-

rios para que, de fato, as plataformas de ação não tenham o mesmo destino de grande parte dos documentos das Nações Unidas, museus empapelados da retórica das boas intenções.

Ao considerar o norte neoliberal dos tempos atuais, trabalho com a tese de que com a ofensiva neoliberal, as mulheres não só são afetadas como todos os trabalhadores o são em sua vida cotidiana, mas, também de forma singular, tanto por seu papel na produção de bens e de homens e mulheres, como pela modelagem ideológica, ou seja, em termos de sistema de gênero — ou construção política, econômica e cultural das relações e do que é ser mulher. Reconhece-se que, com a ampliação da terceirização, com a maior ênfase na qualificação educacional para o aumento da produtividade, e com a flexibilização das formas de organização do trabalho, conjugando-se até mesmo a produção domiciliar à produção industrial, volta a ter sentido o debate proposto por feministas nos anos 70 sobre o trânsito entre o privado e o público, as vantagens do assalariamento para o questionamento do doméstico. E agora, que o lugar de assalariamento é o doméstico?

O ataque ao sindicalismo classista seria facilitado também, em contexto de neoliberalismo, pelas transformações do mundo do trabalho, a ênfase na modernização, eficiência e emprego de técnicas de gestão — toyotismo — do trabalho que cultiva o individualismo. Ora, no caso da mulher, tal paradigma tem efeitos peculiares. Muitas mulheres trabalhadoras em indústrias modernas sentem-se valorizadas pela “atenção à sua capacidade produtiva”, o que é contrastado com a comum desvalorização de seu outro trabalho, o doméstico, não remunerado.

A seguir, listo alguns *constructos* relevantes hoje para uma perspectiva de engendramento das relações sociais, ou seja, a questão do Estado, dos movimentos sociais, do poder e do trabalho:

- A crítica ao *Estado* das oligarquias, sim, a defesa da transformação do Estado, mas não a privatização sem critérios de cunho social, em particular a defesa das áreas de educação e de saúde, e nessas por uma educação não sexista e racista ou reprodutora de estereótipos que sustentem tais sistemas de intolerância. Por outro lado, ao considerar a flexibilidade do mundo do trabalho, a diversidade e a heterogeneidade ou a polivalência dos lugares de produção, tem lugar a insistência da defesa da educação universal, como também a educação que leva em consideração as mudanças tecnológicas e a informática.
- Apoio aos *movimentos sociais*, em um modelo por um Estado de bem-estar, além do papel de grupo de pressão, como constituintes da sociedade civil, mas não em termos de poder em paralelo, substituindo o Estado, ou

por institucionalização de modelagem empresarial no plano não da atuação por/com mulheres mas por representação auto nomeada.

- Quanto ao *trabalho*, ao considerar tanto as transformações do mundo do trabalho, dentro da esfera de modernização da economia, e a globalização, como a persistência das formas tradicionais, mercado informal, há de se insistir nas leis internacionais de regulação dos negócios de transnacionais, em especial na relação capital e trabalho; no treinamento não sexista e especializado para as mulheres; nas leis e nos programas de vigilância quanto às condições de trabalho e níveis de remuneração, discriminações salariais e ocupacionais, ocupação de chefias; no respeito social ao trabalho doméstico; na consideração da residência como lugar de trabalho no caso de ocupações exercidas no plano domiciliar.

Nos sindicatos, faz-se necessário mais investimento sobre as transformações do mundo do trabalho e sobre a vulnerabilidade dos trabalhadores, tanto em relação ao desemprego como em relação à exploração, cabendo propostas concretas por parte do movimento de mulheres sobre cursos e leis de disciplina das relações capital e trabalho.

Quanto ao poder, reconhecido como tecnologia com repercussões sobre as condições e a oferta de trabalho para as mulheres, haveria de se avançar além do princípio de cotas e insistir na democratização do poder e conformação de mecanismos de apropriação do poder pelas mulheres, em especial de movimentos sociais, questionando mesmo as desigualdades por conta de classe e de raça que tornam seletiva a entrada e o exercício do poder. Como se deu a competição entre mulheres e entre homens e mulheres, candidatas, na última eleição? Em que medida a dependência de recursos financeiros e outros não impediu que candidatas progressistas divulgassem suas campanhas baseadas em programas, idéias e posições, mas tivessem de apelar, quando dispunham de recursos financeiros, para as práticas tradicionais e viciadas de campanhas eleitorais?

Por outro lado, há de se insistir em formas de prestação de conta a fim de que não se naturalize o poder, isto é, mulheres representando mulheres por serem mulheres e não pela perspectiva de gênero que apresentam e praticam.

Um investimento no poder por iguais, pelo corte de classe, por exemplo, leva à tese de fortalecimento de redes e da solidariedade internacional e dos movimentos sociais, estabelecendo nexos entre o global e o local e também entre a crítica às formas de atuação de organizações de representação das trabalhadoras e dos trabalhadores, como os partidos e os sindicatos, quer em suas rotinas quanto a relações homens e mulheres, democracia interna,

quer sua modernização quanto a constituintes. A volta à noção de classe possível, como aquela que vive do trabalho, passa pelos que vivem sem o trabalho remunerado ou formal, como passa por todos que vivem em relação de subalternidade política, econômica e cultural, como, por exemplo, os negros e os *gays*. O resgate do conceito de cidadania pela esquerda ainda é tímido — cf., sobre cidadania e sindicalismo, Castro, 94, 95 e 96). Como bem observa Souza Santos (1995):

Apesar de sua morte muitas vezes anunciada, os sindicatos estão a regressar. Mas seu regresso só tem futuro se eles souberem ser os sindicatos do futuro. Isto é, se souberem defender igualmente os trabalhadores e os desempregados, os trabalhadores formais e informais, os homens e as mulheres, os brancos e os negros e os mestiços. Em suma, se souberem estar na vanguarda da cidadania, sem serem a vanguarda da cidadania.

Engendrando poderes, entre feminismos: Reflexões à margem esquerda ou marginalizadas

Ratifico a observação de que um desafio ao conhecimento feminista contemporâneo é a ambiência de ambigüidade de sua legitimação, ou seja, o mover-se entre a identidade de contrapoder e um poder relativo em si. Pondero, sobre a importância epistemológica de distinguir conhecimentos e práticas que têm como referência a mulher, perspectivas de gênero e posturas feministas, defendendo que o caráter de movimento social do feminismo coloca questões ao movimento de formato “onguista” — de ênfase em ONGs —, ou à tendência à institucionalização do lidar com gênero, discriminações e direitos da mulher, o que não implica em assumir postura contra as ONGs, como experiência importante de lugar de fala-ação de grupos na sociedade civil.

O feminismo nos anos 70 foi severo em suas críticas a esquerda, contribuindo de maneira positiva para reavaliações por parte de tal bloco do pensamento e da prática política, mas em sua versão institucionalizada vem sendo demasiadamente branda com a direita, com o neoconservadorismo e com as políticas neoliberais.

Por outro lado, a busca por recursos financeiros das ONGs junto a agências internacionais, indiretamente, colabora no silêncio de muitas dessas e com o conhecimento feminista acadêmico — que, assim, renuncia ao seu poder de conhecimento crítico, sobre o *modus operandi* e sobre os parâmetros de algumas agências internacionais, sobre a pré-codificação de “pers-

pectiva de gênero”, capaz de eleger áreas prioritárias, até mesmo por codificações universais — poder = posição de mando em hierarquias institucionalizadas —, ou de estimular representações que podem tolher auto-apresentações heterogêneas, homogeneizando vozes ou departamentalizando diferenças.

Também pondero que a ênfase na diversidade de mulheres é considerada uma marca contemporânea do feminismo e de perspectivas de gênero, importante, mas que pode incorrer em perda de princípios básicos, como a solidariedade e o reconhecimento de desigualdades de poder entre mulheres.

No plano da análise sobre o conceito de divisão sexual do poder, advogo que há reificações no uso do conceito e que, em grande medida, o tratamento pragmático — visando programas de ação, e itens da plataforma de ação da IV Conferência — vem enfatizando o aspecto das cotas, certamente válido, mas reducionista, pois não considera o poder como processo, nem a dialética entre inclusão e exclusão, assim como os limites ao exercício do poder no jogo de macro e micro políticas. Por exemplo, sem debater ordenações transnacionais, globalização da economia política e da cultura, que poder e poder para quem estamos falando?

Se os nortes já não são fixos e as perspectivas para o socialismo já não se orientam por “territórios mapeados”, ficar somente no plano de resistência, de negação e de indignação com as perversidades neoliberais ou com a redução da agenda feminista aos horizontes de direitos, quer por igualdade e diferença, por mais terríveis que sejam as carências e exclusões visíveis, despotencializa um movimento social que se originou da ousadia libertária, contra cânones, reivindicando a materialização no imediato de utopias, o investimento em des-identificações. Quando o feminismo instrumental, institucionalizado, norteado por direitos, passa de um feminismo para ser o feminismo, cortam-se sonhos, investimentos em utopias, na ousadia do estranhar-se.

Por outro lado, o paradoxo é que se hoje se produz muito mais em escritos sobre liberdade, subjetividade e tecnologias da sexualidade, o império das necessidades em exclusões, apoiado em violências objetivas, na economia política globalizada, limita materializações criativas de experiências erótico-estético-éticas, despotencializando micropolíticas des-identificadoras. Será que nós, feministas, estaríamos tornando-nos o que Souza Santos (1994: 84) refere-se como prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade preparou: a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias [?].

Notas

1. Este texto, em sua primeira versão, foi apresentado no IV Congresso da União Brasileira de Mulheres, em São Paulo, 24, 25 de maio de 1996, Mesa: "Relações de gênero e a perspectiva do movimento emancipacionista".

Abstract. This essay develops a critique of some contemporary issues of feminism in Latin America, pointing to the need for feminism to recapture the inbred relations of class and race, considering the diversity among women, and not just a liberal concern with women's rights and their place in the power/State system. The author warns against neo liberal influence on feminist thinking and current emphasis on individualization of fixed identities. It is recognized that the institutionalization of feminism through the non governmental organization-NGO-model contributed to empower feminism as an agency in the scenario of decision making process, with a voice in national and international spheres. On the other hand, if the service and advocational arenas are today better represented by professional feminists, the critique and investments on identifications or open avenues so proper of a libertarian social movement have been put aside.

Résumé. L'essai développe une réflexion sur les questions contemporaines du féminisme latino-américain: son institutionnalisation, l'emphase dans l'occupation d'espaces de pouvoir formel dans le système de décisions du gouvernement et l'ajustement libéral par rapport aux droits spécifiques. On considère ces sujets pertinents, ainsi que l'accroissement du modèle d'organisations non-gouvernementales pour les droits des femmes. L'essai fait la critique du féminisme qui se limite à de telles orientations, oubliant son origine libertaire, en tant que mouvement social de pression et critique sociale, prônant des nouveaux rapports et façons d'être homme et femme. Il critique aussi l'essentialisme et la dépendance des orientations des agences financières internationales, ainsi que les accords et l'adhésion a-critique aux orientations néolibérales qui mettent l'accent sur le fait d'être au pouvoir, sans réfléchir sur l'état de la société de classes dans le continent et la terrible situation matérielle de beaucoup de femmes et d'hommes.

Referências bibliográficas

- BIANCO, Bela Feldman & CASTRO, Mary, (1997) *Estado, identidade e globalização*. Lisboa: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no prelo.
- BOBBIO, Norberto, (1995) *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. Unesp.
- BUTTLER, Judith, (1993) *Bodies that matter. On the discursive limits of "sex"*. Nova York: Routledge.
- CELAYA, Gabriel, (1977) *El hilo rojo*. Madri.
- CASTRO, Mary Garcia, (1996) "Raça, gênero e sindicato em tempos de globalização", *Caderno do CEAS*. Salvador.
- . (1995) "Gênero e poder no espaço sindical", *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 1.
- . (1995b) "Mulher negra, resistência e cidadania: E o lugar da mulata", *Presença da Mulher*, Ano VII, n. 28, novembro.
- . (1993) "Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. Gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas em Salvador-Bahia", *Revista de Estudos Feministas*, n. 0.
- EAGLETON, Terry, (1990) *The ideology of the aesthetic*. Oxford: Blackwell.
- GIDDENS, Anthony, (1990) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Ed. Unesp.
- GUATTARI, Felix, (1990) *As três ecologias*. São Paulo: Papirus.
- HEILBRONER, Robert, (1993) *O capitalismo do século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LAURETIS, Teresa de, (1994) "A tecnologia do gênero", in BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.), *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

- LUZ, Marco Aurélio, (1993) *Do tronco ao Opá Exin. Memória e dinâmica da tradição africana-brasileira*. Salvador: SECNEB.
- MARCUSE, Herbert, (1974) "Socialismo feminista: El núcleo del sueño", in SONTAG, ORTNER, ZIMBALIST, KRISTEVA, MARCUSE, GORDON, HOFSTEN, *El feminismo: Nuevos conceptos*. Medellin: Hombre Nuevo
- Presidência da República, (1996) Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de, (1996) "Depois do dilúvio neoliberal", in *O Estado de S. Paulo*, 30.9.
- . (1994) *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

A prática feminista e o gênero na construção do conhecimento

*Eleonora Menicucci de Oliveira **

Resumo. Este artigo situa-se no movimento intelectual e político de um dos mais importantes movimentos sociais deste século — o feminismo —, no qual as ações de pesquisa são portadoras de uma premissa que compreende a participação das mulheres e dos homens na produção de conhecimento. Sobressai a utilização da categoria gênero, como ruptura epistemológica das mais importante dos últimos vinte anos. Trata-se, pois, do reconhecimento de uma dimensão da desigualdade social até então não trabalhada, subsumida pela dimensão econômica. Utilizo, neste estudo, a epistemologia de Bachelard (1996) construída em três atos epistemológicos fundamentais: a ruptura, a construção e a reconstrução.

Apresentação

O objetivo deste breve artigo é delinear a contribuição que a análise de gênero — nascida da teoria e da prática feministas dos últimos vinte anos — tem dado à produção do conhecimento e, em particular, às teorias e às pesquisas sobre a relação entre trabalho, saúde e bem-estar das mulheres.

As reflexões são o resultado de uma trajetória que venho desenvolvendo em pesquisas nacionais e internacionais comparadas na área de saúde, de trabalho e de gênero, que originaram na tese apresentada no concurso de professora livre docente, junto ao Departamento de Práticas em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, em novembro de 1996.

Este estudo inscreve-se, por um lado, dentro dos movimentos que partem da alteridade (Hirata, 1989) para compreender as “diferenças pelo viés

* Eleonora Menicucci de Oliveira é professora doutora em saúde coletiva — UNIFESP/EPM.

da comparação” entre sociedades ligadas por relações sociais e de sexo baseadas no consumo, impostas pela transnacionalização da economia (Scavone *et alii*, 1994); por outro, situa-se na fronteira intelectual e política entre os dois mais importantes movimentos sociais deste século, que são o feminismo e o sindicalismo, nos quais as ações de pesquisa são portadoras de uma premissa que compreende a participação dos trabalhadores — homens e mulheres — na produção de conhecimento e na intervenção sobre suas condições de trabalho e de saúde, como parte fundamental de sua formação política.

As pesquisas publicadas até os anos 70 nesse campo refletem aquilo que hoje nos aparece como evidentes preconceitos, mas que representavam então a visão indiscutível da realidade (Romito, 1996). Entrar nos locais de trabalho, analisar os processos e as relações de trabalho, a partir da vivência e da produção de conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras é, para mim, um imperativo metodológico, tanto para a pesquisa como para as atividades de formação. Com essa estratégia, adotei a concepção de que o método é o exercício reflexivo de apreensão de uma dada realidade, ou a expressão da relação sujeito - objeto, isto é, a forma como o pesquisador e a pesquisadora enquadram a realidade e nela se ajustam.

Ao entender o processo de construção do conhecimento como arte de dialogar, tomei a noção de campo de Bourdieu (1989), que é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar — ou orientar — todas as opções práticas da pesquisa, que funciona como sinal, sempre no vermelho, apontando para a não fixidez do objeto, que nunca está completamente só ou imóvel, mas opera no âmbito de um conjunto de práticas sociais. O real não é real, quando não está relacionado com as incertezas históricas, sociais, políticas, de gênero e de raça. Os fenômenos se põem como realidades, para os pesquisadores e as pesquisadoras, a partir do momento em que se tornam problemas. É o meu caso em estudo: problematizar as relações de poder, assexuadas e assimétricas, no processo saúde-trabalho, uma vez que entendo ser objeto construído por meio de práticas sociais e sexuais. Assim, os pesquisadores e as pesquisadoras articulam e produzem a trama da pesquisa. O importante é o lugar de quem fala o enunciado. Nesses estudos, a questão de método que se colocou em primeiro lugar foi a de compreensão das semelhanças e das diferenças que ocorrem na esfera da divisão sexual do trabalho, marcada pela reestruturação produtiva da organização social do trabalho, cada vez mais estandardizada com o deslocamento rápido do capital e a internacionalização do processo produtivo.

Também influenciaram minha opção metodológica as abordagens teóricas que vêm reforçando a necessidade da reflexão hermenêutica crítica, como estratégia analítica para a transformação da ciência de objeto estranho, distante de nossa vida, em familiar e próximo, com capacidade de revelar-nos suas falências e seus limites. Assim, o conhecimento científico coloca-se como falível, e a verdade é sempre aproximada e provisória.

A crise do conhecimento nas sociedades contemporâneas globalizadas é também a crise que Santos (1989), chamou a “dupla ruptura epistemológica”. Seu objeto é criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimento que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída.

No entanto, no mundo globalizado de hoje, se isso é possível graças ao desenvolvimento tecnológico da comunicação, a ciência que cria a expectativa é também a que frustra essas possibilidades, sendo necessárias novas rupturas epistemológicas que permitam destruir a hegemonia das ciências exatas, construindo uma nova configuração do saber que garanta a evidência da exclusão e da opressão. A abordagem interdisciplinar de análise pode apontar rumo ao impacto da prática social sobre o reconhecimento das realidades no processo de desdogmatização dos princípios absolutos da lógica cartesiana, bem como no dualismo crítico e ortodoxo do marxismo.

Um exemplo claro é a introdução, a partir do movimento feminista, do conceito de divisão sexual como hierarquia de poder, hoje já instituído como campo epistemológico que informa uma multiplicidade de incertezas nas certezas já instituídas. Tem sido neste percurso que as pesquisadoras feministas construíram a categoria de gênero como explicativa dos diferentes e móveis lugares de poder que ocupam homens e mulheres.

São crises de paradigmas que põem em causa a própria forma de inteligibilidade do real e são impulsionadas por práticas sociais externas, como apontam os estudos de gênero gerados no campo da rebelião contra a subordinação das mulheres, que tiveram sua marca inicial nos anos 70, com a prática social feminista. Foi a existência de condições sociais e teóricas que permitiram recuperar e reconstruir todo o pensamento.

Coloca-se para mim, portanto, a questão de saber como articular essa abordagem com processo de saúde e de trabalho.

Portanto, para estudar o processo de saúde-trabalho mediado e transversalizado pelas relações de gênero, achei necessário recuperar os momentos históricos em que a prática social interveio no conhecimento científico.

Uma nova epistemologia

A primeira grande crise estendeu-se do século XVIII, com a Revolução Industrial, até a emergência e a consolidação da sociedade industrial, em fins do século XIX, coincidindo com o enorme desenvolvimento da ciência e da técnica. O segundo grande momento foi o do pós-Guerra, já no século XX até os dias de hoje, passando pelas décadas de 60 e de 70, até a queda do socialismo do Leste Europeu.

Nesses dois grandes momentos de crise histórica, a mulher foi considerada como coadjuvante; na década de 70, elas entram para a cena pública dos mundos do trabalho, levando, no entanto, mais uma carga, que se constitui como aumento na sobrecarga de trabalhos.

O fio condutor de minha argumentação é que o dualismo epistemológico é o efeito da prevalência do paradigma positivista como filosofia das ciências naturais e aponta para a especificidade das ciências sociais em relação ao objeto de estudo; em consequência, sua repercussão metodológica é designada pela dupla dimensão da hermenêutica crítica, por ser o objeto das ciências sociais seres humanos, com cara, corpo, sexo, subjetividade, práticas sociais, raça, que interpretam o mundo que os rodeia para melhor atuarem e intervirem nele e sobre ele. Assim, esses atores políticos interagem socialmente em consonância com a reflexividade do conhecimento contextualizado de suas ações.

Se toda definição é relacional, sua base reside em uma hierarquia de poder que se estabelece em todos os níveis das diferentes relações sociais, de gênero e de raça, existente no tecido social, na esfera política, jurídica, da família, do trabalho e nas relações do espaço doméstico. A esses, temos de agregar ainda as relações de subjetividade que constroem a esfera privada dos seres humanos, com repercussões nas diferentes dimensões da esfera pública. São esses os elementos que sexualizam o mundo social.

Habermas (1983) — ao demonstrar a conexão entre conhecimento e interesse como postura teórica não admitida por muitos — informa a não neutralidade do conhecimento científico, uma vez que o conceito de interesse é o guia do conhecimento. Em nosso estudo, consideramos que a afirmação feita pelo autor — "...a unidade do conhecimento com o interesse verifica-se numa dialética que reconstrói o elemento reprimido a partir dos traços históricos do diálogo reprimido" — reforça nossa opção pela epistemologia de Bachelard (1985).

O uso da categoria gênero, como mediação entre a prática e a teoria científica, evidenciou o interesse do conhecimento instituído em silenciar

as relações de poder entre os sexos, em uma alusão à proibição dos diálogos entre os sexos. Nessa abordagem, a arte de dialogar assume a dimensão dialógica na construção do conhecimento científico: implica na des-ocultação dos silêncios impostos aos diferentes sujeitos e atores sociais, na dimensão processual do conhecimento, na qual o sujeito é construído e não o ponto fixo de partida numa rua de mão dupla.

À utilização da categoria gênero, somam-se as diferenças sociais como explicativas dos diferentes lugares de poder que ocupam no mundo do trabalho as mulheres e os homens, e que devem ser identificadas para compreender como o trabalho repercute diferentemente na saúde do homem e da mulher. É nessa busca que se expande o conceito de gênero como categoria que, no social, corresponde ao sexo anatômico e fisiológico das ciências biológicas. Em outras palavras, o gênero é o sexo socialmente construído.

Das rupturas epistemológicas de que se fala em filosofia, essa, certamente, é a mais importante dos últimos vinte anos nas ciências sociais. Trata-se do reconhecimento de uma dimensão da desigualdade social até então não trabalhada, subsumida pela dimensão econômica, seja nas teorias das classes ou nas teorias da estratificação social.

A epistemologia de Bachelard (1996), diz

[...] a ciência se opõe absolutamente à opinião [...] em ciência nada é dado, tudo se constrói [...] A ciência constrói-se, contra o senso comum, e para isso dispõe de três atos epistemológico fundamentais: a ruptura, a construção e a constatação...

Nesse caminho das rupturas epistemológicas, busquei reforço — para minhas premissas de desocultamento das relações de sexo nos mundos do trabalho — nesse autor que criticava a idéia de que o *ethos* científico é uma descoberta, adiantando não haver nada de natural, sendo necessário uma ruptura com as percepções e sentidos comuns para reconstruí-lo. Assim, reconhecer o fenômeno é muito mais profundo que conhecê-lo, é dizer que as paralelas euclidianas não são tão paralelas como afirmava o determinismo, pensando dialeticamente as incertezas das certezas.

Para o autor, esse caminho do novo espírito científico só se torna possível com a lógica dialética que põe os fenômenos em relações profundas e complexas. O modelo de Bachelard sublinha sobretudo a distância entre o fato científico e as percepções do senso comum: os fatos não existem *in natura*, mas são reconstruções dos cientistas e das cientistas em função de uma teoria que deve ser sempre explicitada, porque, se assim não for, corre-se o risco de utilizar inconscientemente uma teoria científica implícita

(Romito, 1996). Os fatos científicos não podem ser “encontrados” — isso representaria uma ilusão, uma mistificação — e esse é o primeiro passo do processo de pesquisa, que é conquistado, operando uma ruptura com a percepção “ingênua”, com a ilusão do saber imediato do senso comum e, frequentemente, também com os modelos científicos precedentes. O segundo passo é a construção do objeto de pesquisa: em função das rupturas operadas e das teorias escolhidas, o objeto vem reconstruído pelo pesquisador e pela pesquisadora. Aqui se enfatiza ainda a recusa de uma posição naturalista, segundo a qual os fatos existem *in natura*, prontos para serem descobertos e estudados. A verificação — e portanto a coleta dos dados com o método considerado mais oportuno e sua análise — representa ou deveria representar só uma parte sucessiva do processo. Bachelard insiste sobre o fato de que o procedimento implica uma hierarquia de atos epistemológicos: a ruptura deve vir antes da construção e ambas devem preceder a fase de verificação — instrumentos de cada fase da pesquisa — enquanto a técnica — instrumentos de medida e procedimentos de análise, por exemplo — ficaria superposta a esse procedimento e, mais genericamente, a uma contínua vigilância epistemológica.

Bachelard (1996) propõe pelo menos três “técnicas” para a discussão sistemática das aparências que podem ajudar-nos a romper com os preconceitos do senso comum: a primeira, é a ruptura com a linguagem cotidiana; a segunda, a verificação estatística; e, a terceira, a ruptura com as interpretações de tipo psicológico e naturalista.

A seguir, construí um modelo para a análise dos impactos dos riscos do trabalho na saúde, na sexualidade e na vida reprodutiva de mulheres trabalhadoras em três níveis: inicialmente para romper com os preconceitos comuns que devem ser reconstruídos, reconhecidos, evidenciados e explicitados; em seguida, a partir do processo de investigação qualitativa que constrói o objeto colado ao sujeito; e, por fim, aquele que se refere à fase da verificação, ou seja, está implícita aqui, a necessidade de vigiar o processo epistemológico para controlá-lo.

Essas rupturas bachelardianas concretizam-se mediante três estratégias:

A primeira é a linguagem comum de cada dia. Sabe-se que pode haver uma ruptura nessa linguagem e nós — pesquisadoras e ativistas feministas — sabemos muito bem disso, porque descobrimos, a partir dos anos 70, que quando dizia-se homens estavam referindo-se ao *homem* (Romito, 1996). Nesse momento, descobrimos a importância da linguagem. Foram diversos os exemplos do que significou essa ruptura, aparentemente enraizada no senso comum e utilizada pelo conhecimento científico. Limito-me à análi-

se daqueles que estão mais próximos do meu trabalho. A linguagem comum, exatamente por ser comum, passa despercebida, mas transmite uma ideologia social e sexual petrificada.

O objeto de pesquisa

A necessidade da mudança no sentido atribuído aos termos *assédio* e *abuso sexual*, enquadrados como crime contra os costumes, oculta a violência praticada contra a pessoa, no caso contra às mulheres. Outro exemplo é o fato das mulheres ocuparem profissões no mundo do trabalho, vistas no âmbito da qualidade e da vocação como extensão das atividades que desenvolvem no mundo doméstico, não como utilidade social qualificável e valorizada. Além disso, quando as mulheres entraram para o mercado de trabalho, sobretudo na década de 70, e passaram a ocupar funções até então desenvolvidas pelos homens, embora ganhando salários menores, ficaram expostas a riscos dos mais sub-reptícios, entre eles o assédio sexual, o aborto provocado para não perder o emprego e o desmame precoce, para não ser transferida de tarefa ou função.

Nossas pesquisas têm mostrado que as tarefas domésticas, embora repetitivas, rápidas, precisas e solitárias, são fundamentalmente imprevisíveis e repletas de variâncias (Rodrigues, 1992). Qualquer coisa que surge no âmbito da casa exige um replanejamento imediato das prioridades — como doença de filhos, de maridos, ausência da empregada doméstica, entre inúmeras variáveis —, o que altera a ordem de prioridades. No entanto, não altera sua capacitação para funções que exigem tais habilidades, ao contrário, especializam-nas para discriminá-las nos mundos do trabalho. A dupla jornada de trabalho emerge com força, exigindo mudança de enfoque na discussão do tempo empregado pelas mulheres, isto é, as mulheres têm menos tempo que os homens para reporem as energias gastas no mundo do trabalho fora de casa, o que desencadeia processos depressivos com consequências imediatas na situação de sofrimento mental e de humilhação. Ademais, é necessário olhar para os riscos que o trabalho doméstico não remunerado expõe as mulheres.

Uma característica que nos parece muito importante nesse processo de desocultação da sexualização das tarefas nos diferentes mundos do trabalho é que os empregos femininos, em diversos países pesquisados — Itália, Brasil e França — são os menos qualificados socialmente, tanto nas fábricas como nos hospitais, embora as mulheres que os desenvolvem apresentem índices de maior escolaridade que os dos homens.

No âmbito da saúde, a eterna persistência em colocar a gravidez como doença é a evidência mais emblemática do preconceito gerado pela visão naturalista e biologicista da saúde da mulher. Só se pensa na mulher nos mundos do trabalho na perspectiva dos riscos gravídicos, preservando o feto e não a mulher. Foi, sem sombra de dúvida, o feminismo que provocou uma das maiores e significativas rupturas conceituais e paradigmáticas, ao construir o conceito de direitos reprodutivos e sexuais, colocando, definitivamente, a questão da saúde da mulher no âmbito dos direitos individuais e coletivos, ou seja na esfera da cidadania.

As feministas descobriram que para viver neste mundo teriam que renomear as coisas, como, por exemplo, as situações anteriores. Fomos aprendendo, nesses últimos vinte anos, a renomear as coisas para torná-las visíveis, porque não o eram, e definindo como inaceitável aquilo que estava posto como aceitável.

A segunda, diz respeito ao que se pode superar com a comprovação estatística. É necessário desmistificar o decantado prejuízo econômico atribuído à oferta de trabalho a mulheres no mundo do capital — pois essas, potencialmente, podem engravidar, e as empresas precisariam pagar os direitos trabalhistas. Esse argumento é falacioso, uma vez que os salários das mulheres são mais baixos e sua ascensão na carreira e o acesso aos cargos de chefia são dificultados. Pesquisas têm apontado para o absenteísmo das mulheres no trabalho, muito mais em relação aos direitos de férias do que ao direito da licença à maternidade.

Outro exemplo são os dados referentes à morbidade diferencial, em geral entre homens e mulheres, quando se discute a saúde no trabalho. Enquanto os índices de mortalidade gozam de um consenso na comunidade científica, não acontece o mesmo com os índices relativos à morbidade, sobretudo no que diz respeito às características biológicas da mulher e aqueles da esfera do sofrimento mental. São muito utilizados os argumentos médicos psicologizantes diante das queixas das mulheres, desqualificando-as como histeria, nervos, ou coisa parecida. Nesse sentido, a emergência das lesões por esforços repetitivos — LER —, como uma das maiores epidemias provocada pela Nova Organização Social do Trabalho — entre os 30 mil casos diagnosticados no Brasil, 85,0% são mulheres e 15% homens —, trás à tona, por um lado, a permanência da divisão sexual como discriminação nos mundos do trabalho, por outro, a urgência de intervenções preventivas e curativas, tanto por parte do Estado no que toca às políticas públicas de saúde, como das empresas e, por fim, a premência de uma articulação entre os movimentos feminista e sindical, eficaz para enfrentar com

olhar de gênero a epidemia. Outra problemática é que os métodos quantitativos não contemplam a esfera do sofrimento e do desgaste mental dos dominados, mais precisamente, das dominadas.

Quando introduzimos a dimensão de gênero, desconstruímos a noção de psicopatologia do trabalho, muito bem elaborada por Dejours (1988), a partir da sexualização da construção e da produção social dos significados simbólicos do medo, da perda, do perigo, do sofrimento e da depressão. As estatísticas apontam, por intermédio das doenças ocupacionais, a universalização masculina dos trabalhadores. No caso das LER é evidente o psicologismo engravado no diagnóstico e a invisibilidade da complexidade das causas. Nesse caso, os fatores de risco saem do controle dos senhores médicos ocupacionais que insistem em afirmar que a LER é uma doença muito mais ligada ao psicológico do que ao mundo do trabalho. Para rebater tal argumento, as pesquisadoras feministas afirmam: são as mulheres que estão em tarefas repetitivas, monótonas, solitárias e absolutamente controladas pela chefia imediata, por isso, são as mais expostas às LER.

Outra técnica para mudar a percepção comum é colocar em discussão a interpretação naturalista e psicologizada, como algo que é utilizado de forma espontânea, para tentar compreender comportamentos de outras pessoas. As mulheres vêm sendo submetidas a esse tipo de interpretação, por exemplo, quando estão cansadas, por razões concretas, “os senhores das “ciências” dizem que têm problemas psicológicos, desequilíbrio hormonal ou histeria.

Com esses exemplos, procurei esclarecer como se dão as rupturas epistemológicas necessárias para transformar as relações de poder entre os gêneros na sociedade, tanto na esfera do privado, como na esfera pública. Foucaultianamente falando, essas rupturas devem ser mediadas pelo corpo e pela sexualidade, *locus* de poder infinitesimal nas relações micro e macro sociais. Não provêm do interior do mundo científico, mas decorrem dos impactos das ações sociais.

Abstract. *This study deals with an intellectual and political movement inside the area of two of the most important social movements of this century, feminism and unionism, the action of researches carries a premise that comprehends the participation of male and female workers in the production of knowledge and in the intervention on their conditions of work and health as a fundamental part of their political formation. To the use of the category of gender are added the social and sexual differences for explaining the different places of power women and men occupy in the world of work and that must be identified to understand how work has different effects in the health of women and men.*

Resumé. *Cette étude se situe dans le champ intellectuel et politique de l'un des mouvements sociaux les plus importants de ce siècle: le féminisme. Les actions de recherches féministes ont comme point de départ l'idée de la participation des femmes et des hommes dans la production de la connaissance. On remarque la mise en valeur de la catégorie d'analyse "genre", comme une des ruptures les plus importantes des vingt dernières années, tout en la reconnaissant en tant que dimension de l'inégalité sociale, jusqu'alors offusquée par une approche purement économique. J'utilise, dans cette étude, l'épistémologie de Bachelard (1996) qui se construit en trois actes fondamentaux: la rupture, la construction et la (re)construction.*

Referências bibliográficas

- BACHELARD, G., (1985) *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário/Tempo Brasileiro.
- . (1996). *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOURDIEU, P., (1989) *O poder simbólico*. Coleção "Memória e Sociedade", Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.
- DEJOURS, (1988) *A loucura do trabalho; estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- HABERMAS, J., (1983) *Conhecimento e interesse*. Coleção "Os Pensadores", Textos Escolhidos, São Paulo: Victor Civita.

- HIRATA, H., (1989) "Brésil, France, Japon: Du jeu des différences à la recherche du sens", *Comparaisons Internationales*, nº 5 - 4^{ème} Trimestre, Numéro Spécial, IRESCO.
- OLIVEIRA, M. E.; CARNEIRO, F. & STORTE, R., (1996) *Gênero saúde trabalho: A dimensão oculta*. São Paulo: Sindicato dos Bancários/Brasiliense.
- RODRIGUES, A., (1992) "Lugar e imagem da mulher na indústria", COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (orgs.), *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, pp. 266-288.
- ROMITO, P., (1997) "Trabalho, maternidade e saúde das mulheres: Algumas notas metodológicas", OLIVEIRA, M. E. & SCAVONE, L. (orgs.), *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: AB Editora.
- SANTOS, S. B., (1989) *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, pp. 11-121.
- SCAVONE, L.; BRETIN, H. & MONY-THÉBAUD, (1994) "A contracepção, controle demográfico e desigualdades sociais: Análise comparativa franco-brasileira", *Revista de Estudos Feministas*, vol. 2, n. 2. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ.



Feminismo contemporâneo no Quebec: Entre as práticas e os discursos¹

Francine Descarries *

Resumo. Ao definir o feminismo como prática, discurso, ou ainda como movimento social e problemática teórica, neste artigo, a autora retraza os principais fatores sócio-históricos de suas origens e de sua especificidade, bem como da dinâmica do movimento feminista do Quebec. No atual contexto neoliberal, postula-se que o movimento das mulheres do Quebec representa um ator sócio-político de primeira grandeza, uma vez que propõe perspectivas de análise plurais e compreensivas para apreender a dimensão sexuada dos processos sociais.

Apresentação

O feminismo no Quebec — seja como prática sócio-política, seja como discurso teórico que interpela a dimensão sexuada das relações sociais — já teve impacto suficiente na vida das mulheres e dos homens para que possamos designá-lo como ator de primeiro plano na dinâmica social das últimas décadas, e, até mesmo, como movimento social de destaque na história contemporânea do Quebec. No entanto, seria prematuro classificá-lo entre os fenômenos do passado... ou afirmar que não teria resistido ao desgaste do tempo.

Apesar de uma forte campanha mediática de desinformação, que não perde uma única oportunidade de anunciar sua derrota em todo o Ocidente, e dos ventos de neoliberalismo, que sopram sobre toda a América, cantando os prazeres, se não as virtudes, do refluxo sobre si mesmo e da privatização, o movimento feminista do Quebec permanece uma força política real. A adesão a seus objetivos afirma-se indubitavelmente, ainda hoje, como

* Francine Descarries é doutora em sociologia e professora da Université de Québec à Montréal, Canadá.

comprova uma recente sondagem de opinião encomendada pelo Conselho do Estatuto da Mulher.

Ao retomando o comentário da jornalista Danielle Stanton (1994: 16), os resultados dessa sondagem indicam claramente que as feministas do Quebec não sentiram a necessidade de “ir para o mato” ou abandonar o movimento por causa de intolerância ou de abusos. Ao contrário, a metade (51%) responde decididamente *sim* à pergunta “você é feminista?”. Paradoxalmente, são as que pertencem à geração dos 45-54 anos — ou seja, as que viveram o que poderíamos chamar os “anos dourados do feminismo radical” — as que mais recusam, proporcionalmente, essa denominação. Com essa reação elas expressam um cansaço, um desencantamento ou simplesmente uma vontade de se afastar da luta? Ninguém saberia responder com precisão. Seja como for, apenas 43% das mulheres nessa faixa etária declaram-se feministas, em comparação aos 50% das jovens de 18 a 24 anos e aos 60% das mulheres entre 35 e 44 e entre 55 e 64 anos de idade. Aliás, a proporção é análoga à das estudantes e das mulheres mais instruídas que declaram seu feminismo (60%). Enfim, contra todas as expectativas, 52% das donas de casa e 51% das mulheres com mais de 65 anos de idade tampouco hesitam em fazer o mesmo.

Apesar das hesitações de algumas em identificar-se ao feminismo, a mesma pesquisa confirma que, reunidas todas as categorias sociais, 85% da população do Quebec de mais de 18 anos de idade apóia o movimento das mulheres e sua atuação política, enquanto a grande maioria das pessoas interrogadas, que se declaram feministas (91%) ou não (80%), interpretam o feminismo como uma busca de igualdade entre os sexos, conforme mostram os dados, a seguir, da Tabela 1. De fato, apenas uma pequena minoria de homens e mulheres — pouco mais de 10% — teima em acreditar que, sob os traços de uma feminista, esconde-se uma “virago” que “quer tomar o lugar dos homens” (6,2%) ou então uma amazona, às vezes frustrada, às vezes insaciável “que não gosta de homem” (4,0%) ou que “condena as donas de casa” (4,2%). Essas pessoas anti-feministas constituem, portanto, uma exceção. Tanto mais que 3 em cada 4 mulheres do Quebec (75%) e dois em cada 3 homens (63%) concordam que uma pessoa feminista é aquela “que preconiza a igualdade entre homens e mulheres” e que um contingente residual de 10% (8% das mulheres e 13% dos homens) associa a “feminista” à “militante”.

Essas percepções autorizam-nos a pensar que homens e mulheres do Quebec resistiram até agora aos contra-ataques anti-feministas e concebem que a luta pela igualdade serviu de alavanca para a ação coletiva do movi-

Tabela 1

PERCEPÇÃO DO FEMINISMO E CONDIÇÃO DAS MULHERES NO QUEBEC:
 ALGUNS RESULTADOS DE UMA PESQUISA
 ENCOMENDADA AO CONSELHO DO ESTATUTO DA MULHER, EM 1994

<i>Uma pessoa feminista é primordialmente alguém que...</i>	♦ preconiza igualdade	69,3
	♦ milita em grupos de mulheres	10,3
	♦ não gosta de homens	4,0
	♦ quer tomar o lugar dos homens	6,2
	♦ é contra as donas de casa	4,2
<i>Você diria que a situação das mulheres no Quebec melhorou nos últimos vinte anos</i>	♦ muito	43,4
	♦ bastante	34,1
	♦ pouco	19,6
	♦ nada	1,5
<i>Em que aspecto a situação melhorou mais</i>	♦ trabalho	56,3
	♦ política	6,8
	♦ autonomia financeira	5,1
	♦ promoção social	4,7
	♦ educação	4,1
	♦ vida pessoal	2,1
	♦ distribuição de tarefas	1,2
<i>Você diria que homens e mulheres têm oportunidades iguais</i>		
♦ para obter diplomas	♦ sim	86,0
	♦ não	11,9
♦ ascender a profissões mais lucrativas	♦ sim	48,1
	♦ não	47,9
<i>Quem executa a maior parte das tarefas domésticas</i>	♦ mulheres	79,4
	♦ os dois	18,2
	♦ homens	1,5
	♦ nenhum dos dois	0,1
<i>O medo da violência afeta a condição de vida das mulheres</i>	♦ muito	62,5
	♦ bastante	25,0
	♦ pouco	8,6
	♦ nada	1,6
<i>Você se considera feminista (Resposta somente das mulheres)</i>	♦ sim	51,0
	♦ não	48,6

Fonte: *La Gazette des Femmes*, Conseil du Statut de la Femme, Quebec, vol. 15, n. 6, 1994, pp. 13-19.
 Para facilitar a leitura da Tabela, omitiu-se a categoria *não respondeu*.

mento de mulheres do Quebec. A pertinência dessa interpretação merece destaque, já que a adesão à problemática da igualdade é, segundo a nossa análise, uma constante que atravessa todas as fases de desenvolvimento do movimento das mulheres e as múltiplas formas de expressão de seu pensamento e de suas práticas: das mais radicais às mais instrumentais, passando por aquelas que se filiam às reformulações neoliberais ou pós-modernas.

Lutas que mobilizam

É certo que a face do feminismo transformou-se, no Quebec, ao longo dos últimos dez anos. Aqui como alhures, as grandes manifestações são mais raras, enquanto as conquistas permanecem frágeis, em uma sociedade apressada em passar adiante para outras coisas e desestabilizada por uma crise sócio-econômica profunda. E se ainda nos anos 80 os grupos de mulheres proliferam (Ouellette, 1990), também é verdade que suas reivindicações são agora enunciadas em um contexto político menos radical. Suas práticas atualizam-se em formas diferentes, mais variadas ou especializadas, mas também mais focalizadas e mais concretas, ancoradas na realidade cotidiana de todas as mulheres: luta contra a violência, acesso aos cuidados de saúde, equidade salarial, representatividade política, conciliação família-trabalho e capacitação empresarial feminina são questões mobilizadoras. Atualmente, por motivos de força maior, assumem mais frequentemente a luta contra a pobreza, contra a marginalização de trabalhadores e trabalhadoras de estatuto precário e contra a exclusão social de que as mulheres são desproporcionalmente vítimas, principalmente quando têm responsabilidades familiares ou pertencem a grupos minoritários. Assim, face à crise sócio-econômica provocada tanto pelas atuais estratégias governamentais de desestatização e de desinstitucionalização como pela violenta reestruturação do mercado de trabalho, telecomandada pela mudança tecnológica e pelo enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e trabalhadoras, o movimento das mulheres continua sendo uma das raras vozes que consegue formular uma crítica social concertada contra a "mercantilização" das pessoas e das relações sociais. Para além dos objetivos de curto e médio prazos, continua, ainda hoje, contestando a herança patriarcal em todas as suas ramificações e mantendo seu apelo em favor de uma transformação das práticas sociais e de uma renovação dos olhares e dos discursos, até mesmo pelo peso de sua presença, da pertinência social de suas intervenções e do alcance de suas ações concretas.

Assim, nesses últimos anos, mesmo se tais manifestações tornam-se cada

vez mais raras no Ocidente, dois eventos maiores do feminismo mobilizaram milhares de mulheres no Quebec. O primeiro, *Femmes en tête* — “Mulheres na cabeça” —, imensa manifestação feminista de três dias, organizada em 1990 para comemorar o quinquagésimo aniversário do direito de voto das mulheres, permitiu renovar os laços de solidariedade entre mulheres de todos os meios sociais, fazer um balanço de todas as mutações que afetaram irremediavelmente suas vidas e confirmar que essas “falam, de ora em diante, com vozes múltiplas” (Clio, 1992: 17). O segundo monopolizou, no fim da primavera de 1995, milhares de mulheres para uma marcha contra a pobreza. Mais conhecida como a marcha “do pão e das rosas”, essa manifestação sem precedentes visava à obtenção do compromisso formal do governo quanto a medidas consideradas essenciais para a erradicação da pobreza das mulheres. Exatamente um ano mais tarde, insatisfeitas com os resultados, dez mil mulheres voltaram à colina parlamentar para reivindicar o engajamento do governo face a suas reivindicações prioritárias: aumento do salário mínimo, adoção de uma lei sobre equidade salarial e retirada das limitações aos programas de assistência social. Essas duas manifestações permitiram reiterar aos tomadores de decisão políticos e econômicos um recado claro e preciso: as mulheres do Quebec recusam coletiva e solidariamente que a luta contra o déficit se faça “sobre os ombros das mulheres, dos idosos pobres, dos trabalhadores de emprego precário e dos excluídos”. Confirmam, igualmente, a fundamentação social das preocupações e das estratégias do feminismo no Quebec.

Como interpretar essa relativa boa saúde do feminismo no Quebec e a manutenção de seu poder de mobilização? Será que o movimento soube, melhor que outros, conter o refluxo denunciado por Susan Faludi, ou até mesmo preservar o espírito original das lutas das mulheres, a despeito de uma imprensa afoita para abrir suas páginas à menor expressão masculina ou feminina de dissidência? Como, enfim, explicar o relativo consenso social observado apesar dos limites impostos às lutas das mulheres pela tendência atual ao refluxo sobre o privado e pela ditadura de uma “correção política” que nada tem de “correto” em seus efeitos? Sendo que essa última atitude serve frequentemente para dividir, para paralisar a ação dos grupos mais que para promover os interesses dos múltiplos subgrupos cuja causa pretende defender.

Vários fatores sócio-históricos e políticos devem ser invocados para documentar uma resposta exaustiva a essas perguntas. No entanto, do ponto de vista da dinâmica peculiar ao movimento das mulheres no Quebec, quatro fatores nos parecem de particular importância:

1. a inter-relação dinâmica desenvolvida entre o movimento feminista e as grandes associações femininas;
2. a relativa colusão entre os grupos de mulheres e o Estado no Quebec;
3. o compartilhamento de questões em comum com o movimento nacionalista do Quebec; e, enfim,
4. o desenvolvimento de um campo de estudos e de pesquisas feministas, cujos temas e problemáticas foram não apenas tributários das diversas influências teóricas e políticas que marcaram sua paisagem intelectual, mas também foram concordantes com as grandes preocupações que animaram os debates e a ação do movimento de mulheres em suas diferentes fases de desenvolvimento.

A inter-relação dinâmica entre o movimento feminista e as grandes associações femininas

Ao compará-lo ao movimento feminista francês — que teria mal resistido às confrontações políticas e ideológicas dos anos 70 (Picq, 1987) —, o movimento feminista do Quebec parece ter conseguido evitar tais afrontamentos, embora ele também seja muito heterogêneo em sua composição e pluralista em suas opções ideológicas e políticas como em suas práticas (Sineau e Tardy, 1994). Com efeito, mais pragmático, mais orientado à ação, procurou sobretudo, ao longo de sua história recente, desenvolver uma base comunitária extensa, com alianças estratégicas junto ao conjunto dos grupos de mulheres, visando ao duplo objetivo de estender o alcance de seus discursos e de suas práticas, bem como de reforçar seu poder de representação e de pressão.

Essa orientação levou o movimento a revitalizar ou a implantar, desde meados dos anos 60, associações “nacionais”, operando no âmbito do Quebec. Essa institucionalização, implantada sobretudo nas três últimas décadas — “a década de 80 estando muito presente” (*Femmes en tête*, 1990: 100) —, agrupam, na maioria, tanto organizações locais ou regionais como membros individuais: mulheres de todas as idades, de todas as origens sociais e de todas as filiações políticas (Sineau e Tardy, 1994). Se a maioria dessas associações colocava-se “como objetivo primeiro o de favorecer a participação das mulheres nas diferentes estruturas e esferas de atividades sociais, políticas ou religiosas” (*Femmes en tête*, *ibid.*), várias acrescentam, a essa ordem inicial, atividades de sensibilização, de formação, de pesquisa ou de intervenção junto a seus próprios grupos-membros assim como em praça pública (*ibid.*: 97). Na maioria, a dimensão política de sua

agenda está no âmago de seu envolvimento e de suas ações. Muitas desempenharão, ao longo das décadas, o papel de porta-voz das reivindicações dos numerosos grupos de mulheres afiliados. Agirão também, em diversos momentos e conjunturas, como agentes mobilizadores e “grupos de pressão a serviço do movimento das mulheres” (ibid.), reforçando, assim, sua presença e seu poder de intervenção no nível do conjunto do tecido social do Quebec.

Foi a própria existência dessa dinâmica que incitou os grupos feministas militantes mais radicais do fim dos anos 60 e do começo dos 70 — lembremo-nos do *Front de Libération des Femmes* (FLF), do Centro de Mulheres que o sucedeu ou ainda os coletivos feministas lésbicos e os grupos socialistas — a participar de ações e debates comuns ao resto do movimento. O primeiro efeito sinérgico desses encontros terá sido não apenas o de contribuir à politização dos grupos de mulheres no Quebec, mas também — é uma hipótese de que compartilham outras autoras (Lamoureux, 1992; Sineau e Tardy, 1994) — de provocar uma certa radicalização das grandes organizações ou associações de mulheres, de criar uma tradição de diálogo e de coalizões pontuais e de levar, conseqüentemente, à diversificação das práticas e dos “campos de referência ideológicos” (Lamoureux, op. cit.).

É, portanto, em grande parte apoiado nessa herança que o movimento das mulheres no Quebec conseguirá resistir ao desgaste do tempo, preservar uma relativa unidade e provocar, ainda, nos anos 90, ações de impacto significativas, como a marcha *do pão e das rosas*.

A relativa colusão entre os grupos de mulheres e o Estado no Quebec

Assim, organizações como a Federação das Mulheres do Quebec — FFQ —, *Relais femmes* dos Centros de Mulheres e a Associação Feminina de Educação e Ação Social — AFEAS —, e várias federações, tais como a Federação das Associações de Famílias Monoparentais do Quebec (FAFMQ), os Centro de Ajuda e Luta contra as Agressões de Caráter Sexual — CALACS —, o Grupamento Provincial das Casas de Abrigo e de Transição para Mulheres Vítimas de Violência Conjugal e os Comitês da Condição Feminina das principais centrais sindicais serão chamadas a gerir diversas coalizões políticas e estratégicas e a intensificar seu *lobby* feminista junto às diversas instâncias governamentais, financeiras e sindicais.

Por outro lado, se bem que suas análises as levem freqüentemente a denunciar o Estado como instituição patriarcal, a maioria das associações e

federações aceita, pontualmente, participar de consultas ou de comissões governamentais. Quando necessário, também optarão por colaborar na elaboração de políticas que lhes concernem, na esperança de melhorar as condições de existência das mulheres no Quebec. Apesar das contradições inerentes a esse tipo de colaboração e dos inevitáveis compromissos que exige, é inegável que sem ela o movimento das mulheres não teria conseguido inscrever na agenda governamental várias de suas reivindicações, nem teria obtido um apoio financeiro adequado para manter suas atividades. Hoje ameaçada pelo recuo do Estado, essa ajuda terá sido fundamental no desenvolvimento das grandes associações e dos grupos de serviços, de educação ou de pressão que ainda constituem, na lista oficiosa de filiações ao movimento, a fonte primeira de sua vitalidade.

A institucionalização parcial do movimento das mulheres pelo e no Estado é outra componente dessa dinâmica. Como destaca Danielle Lafontaine (1981: 127), esse tipo de integração traz inevitavelmente uma marginalização e, em seguida, uma evacuação das perspectivas mais críticas e dos grupos ou indivíduos mais rebeldes ou radicais. Consideramos, no entanto, que, do ponto de vista da eficácia das estratégias sócio-políticas, a contrapartida desse processo terá sido o de dar ao movimento das mulheres meios de ação adicionais e de prover um acesso mais direto aos diversos lugares de poder. Tanto o Conselho do Estatuto da Mulher como o Ministério da Condição Feminina e os comitês de mulheres, nos diversos ministérios, desempenharam, e continuam desempenhando, um papel importante como mediadores das reivindicações das mulheres. O Conselho do Estatuto da Mulher, especialmente, apesar de as restrições que lhe são impostas pelo seu mandato de agente mediador entre o movimento e o governo, é amplamente percebido pelas próprias mulheres como prolongamento do movimento das mulheres, se não até como um de seus componentes, como escreveu Diane Lamoureux (1986: 83).

A inscrição do feminismo no interior dos aparelhos de Estado dará também uma certa legitimidade ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa feministas nas universidades. Sobretudo, irá permitir o financiamento desses pelos programas governamentais de subvenção. Assim, depois da pressão exercida pelas feministas universitárias canadenses inglesas e do Quebec, o Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais do Canadá instaurava, em 1983, um programa regular de subvenções estratégicas sobre o tema Mulheres e Trabalho. Em 1992, o tema será substituído por Mulheres e Mudança Social. A existência e, sobretudo, a manutenção desse programa terão, sem dúvida, contribuído para a instauração no Quebec, como no res-

to do Canadá, de uma tradição de pesquisa empírica e de um conhecimento especializado, tendo como objeto específico a realidade das mulheres e as relações de gênero.

O compartilhamento de questões em comum com o movimento nacionalista do Quebec

Se as feministas do Quebec — tanto as que operam nas organizações comunitárias, sindicais e governamentais, como as que permaneceram mais próximas dos meios acadêmicos — aceitaram, sem muitas reticências, essa relação funcional com o Estado do Quebec — e não, sejamos claros, com o Estado federal —, é, provavelmente, porque compartilharam com ele interesses comuns quanto a um projeto de modernização da sociedade civil que conclamava à redefinição da cultura, dos valores e das instituições políticas. De fato, no projeto nacionalista modernizador proposto no começo dos anos 60 pelo governo Lesage, a secularização da sociedade e a laicização das instituições que a acompanha, a modernização e a responsabilização do Estado da província, a ampliação do acesso ao sistema de ensino superior, a implantação de um novo regime de assistência social e a abolição de medidas legislativas que sancionavam a autoridade patriarcal nas famílias e nos casais representam condições necessárias, se não suficientes, à atualização das reivindicações do movimento contemporâneo das mulheres. Devido a essa coincidência histórica e estrutural entre os dois projetos de modernização e o que eles colocavam em jogo, o Estado do Quebec é chamado a desempenhar um papel de acompanhamento, de apoio e até mesmo de promoção do projeto das mulheres. No contexto da *Revolução Tranquilha*, como observa Patrice Leclerc (1994), o Estado mostrar-se-á particularmente receptivo às demandas das mulheres. Em contrapartida, o ressurgimento do movimento das mulheres nesse período confere uma impulsão dinâmica e diferente ao projeto de reforma governamental, sendo as próprias mulheres percebidas como grupo portador da modernização.

De fato, várias autoras do Quebec, como Diane Lamoureux (1986), vêm uma analogia marcante entre as tomadas de posição nacionalistas que se sucederam e os aforismos do movimento das mulheres: desde o “Nem liberação das mulheres sem Quebec livre, nem Quebec livre sem liberação das mulheres”, clamado em 1971, pela Frente de Liberação do Quebec, ao título explícito do relatório da grande consulta feita às mulheres pelo Conselho do Estatuto da Mulher em 1978: *Pour les québécoises: égalité et indépendance*, até a recente proposição da Federação das Mulheres do Quebec por

“Um Quebec feminino plural” (1992), a trama sócio-política da história contemporânea do Quebec desenha-se claramente. Sem dúvida, está aí também a razão pela qual, como sustenta Micheline DeSève (1992), o nacionalismo no Quebec não afastou as mulheres do feminismo e de suas causas, como elas, às vezes, pretendem. Ao contrário, foi e permanece, diz DeSève, parte integrante da sua busca de identidade e de agregação. É claro que essa conjuntura pode ter sido a origem de sua recusa em se aliar ao ponto de vista das feministas canadenses no momento dos debates constitucionais. Da mesma forma, a distância que separa as posições dos dois grupos lingüísticos sobre essa questão explica, sem dúvida, por que a rede feminista canadense permanece, para muitas universitárias e militantes do Quebec, uma das redes com as quais elas têm poucos contatos: os membros daquela rede parecem mais inclinadas a acolher a idéia de uma sociedade canadense multicultural do que a de uma país binacional, que as forçaria a reconhecer, com as conseqüências políticas inevitáveis, o Quebec como uma sociedade distinta. Seja como for, e seja qual for a posição das mulheres do Quebec quanto à questão nacional tal como ela se coloca atualmente, trata-se, aqui, sobretudo, de destacar que essa esteve e permanece no âmago da especificidade do movimento das mulheres no Quebec, de seu dinamismo peculiar e da natureza de seus envolvimento políticos.

Em resumo, para compreender a gênese do movimento das mulheres do Quebec contemporâneo, e sua persistência, deve-se manter contato com a idéia de que a evolução contemporânea do movimento foi amplamente marcada pelo contexto sócio-político da renovação nacionalista na qual ela se atualizou, que as mulheres do Quebec escolheram fazer do Estado seu primeiro interlocutor e ver nele um agente “facilitador” de seus próprios objetivos de afirmação. Esta conjuntura terá um papel importante na promoção de solidariedades entre homens e mulheres em torno de uma causa ou de ações políticas comuns. Mais ainda, estimulará o aparecimento e, depois, a consolidação de uma rede política feminista.

O desenvolvimento do pensamento feminista no Quebec

Enfim, parte integrante dessa dinâmica social complexa, o desenvolvimento da pesquisa e de programas de estudos feministas nas universidades do Quebec favorece o recrutamento e a reprodução de recursos humanos, assim como a consolidação de lugares de identificação e de reunião.

Abrimos aqui um parêntese para lembrar que o pensamento feminista no Quebec desenvolveu-se na dupla influência canadense-americana e fran-

cesa: essa interação contribui amplamente para lhe oferecer um caráter próprio e distinto, resultado do encontro frutífero entre a abordagem pragmática e mais empírica das americanas e as perspectivas teóricas privilegiadas pelas pensadoras feministas francesas. Além disso, de suas irmãs canadenses, as feministas do Quebec retêm a noção de agenda política. A conjugação dessas influências induzirá, de um lado, ao desenvolvimento de práticas de pesquisa diferentes, tanto em suas abordagens teóricas e metodológicas, como nos seus objetivos estratégicos. De outro lado, mostrar-se-á propícia à associação dos interesses de pesquisa das feministas universitárias às práticas e necessidades dos grupos de mulheres.

Provavelmente, um dos resultados mais palpáveis dessa relação terá sido a assinatura, em 1981, de um protocolo de entendimento entre *Relais femmes* e a Universidade do Quebec em Montreal (UQAM). Concretamente, esse Protocolo, cujo princípio estende-se, agora, a outras universidades da província, provê um apoio institucional e financeiro a uma interação constante entre os membros da comunidade universitária e os grupos de mulheres. Coloca à disposição certos recursos materiais e técnicos da Universidade, mas, sobretudo, facilita o acesso ao conhecimento especializado universitário para responder às diversas necessidades das associações femininas e dos grupos feministas em matéria de pesquisa ou de ensino. Iniciativa original, o protocolo representa um canal privilegiado pelo qual os grupos de mulheres acedem a recursos universitários. Além disso — exemplo único de colaboração entre universitárias e mulheres envolvidas na ação — favorece o embasamento social da pesquisa ao sensibilizar as primeiras para as práticas e necessidades das últimas. Tal iniciativa, assim como a conjuntura sócio-política que a ensejou, contribuiu inegavelmente à redução das divisões que freqüentemente emperram as relações entre feministas universitárias e militantes, favorecendo, por isso mesmo, a participação mais constante daquelas nas lutas. Assim, há mais de duas décadas, os discursos e os conhecimentos produzidos pelas pesquisadoras feministas no Quebec trazem não só a marca das filiações e das rupturas que as ligam ou as opõem às diversas escolas de pensamento que atravessaram o campo dos estudos feministas ao longo de sua história, mas também a da vontade militante de mudança social.

O que o futuro nos reserva?

Com a diminuição progressiva do envolvimento estatal com os grupos de mulheres e a prevalência de um certo ceticismo quanto às capacidades de *empowerment* das mulheres por suas relações com o Estado, qual será o futuro do movimento feminista no Quebec? A última derrota referendária, os contragolpes da crise econômica, mas, sobretudo, o surgimento de obstáculos cada vez mais numerosos às tomadas de posição coletivas dificultariam, apesar de exceções notáveis, a prática da cultura feminista desenvolvida no Quebec ao longo das últimas décadas? Sobretudo porque, mais estabelecidas em sua identidade de mulheres do Quebec, fortalecidas na reflexão e nas vitórias de suas antecessoras, muitas mulheres concebem agora, de maneira diferente, o seu envolvimento. Confiantes em sua igualdade adquirida, elas precisariam ser convencidas da pertinência de continuar as lutas coletivas para resolver problemas que as confrontam no cotidiano.

Nesse contexto, um grande desafio confronta o movimento das mulheres no Quebec, que deve não só ser capaz de responder à busca da afirmação individual das mulheres e a seu desejo de harmonia entre os sexos, mas também de reuni-las em uma luta coletiva contra as múltiplas limitações que ameaçam, atualmente, suas conquistas sócio-econômicas. Não é preciso dizer que tal desafio só poderá ser enfrentado se o feminismo no Quebec encontrar a energia e a vontade política de se interrogar sobre os limites das ações empreendidas no passado, assim como sobre os novos problemas e as novas contradições geradas pelas vitórias obtidas. De um lado, essa reflexão impõe-se para alcançar uma melhor compreensão do verdadeiro significado das hesitações, se não das recusas, expressas por muitas mulheres e grupos de mulheres às proposições feministas. De outro, pode representar o ponto de partida para o estabelecimento de diversas práticas de colaboração entre mulheres, apesar da multiplicidade das incitações e das limitações sócio-culturais e econômicas que marcam sua experiência e as afastam, aparentemente, das condições comuns de opressão que serviram à sua mobilização inicial. Nesse sentido, é particularmente importante evitar toda tentativa de univocidade ou de normatividade que leva certas pessoas a considerar que existem bons e maus feminismos, boas e más feministas. Ao contrário, o movimento das mulheres deve tirar as lições sociais e intelectuais pertinentes da expressão de práticas e de pontos de vista divergentes.

Da mesma forma, na contracorrente das tendências ao individualismo, à fragmentação das lutas ou à desmobilização política que prevalecem, o mo-

vimento deve evitar fechar-se em problemas do singular, do particular e do imediato. Ao contrário, ele precisa elaborar um programa, uma plataforma comum que respeite a diversidade das experiências sócio-culturais e das necessidades das mulheres do Quebec. Para vencer os preconceitos sexistas e as barreiras discriminatórias que permanecem, além de outros obstáculos que ainda se levantam no caminho das mulheres, precisará apostar no estabelecimento de solidariedades mais profundas entre as mulheres e no desenvolvimento de novas alianças, e ainda resolver o problema da sucessão geracional, se nos indagamos sobre o futuro do feminismo no Quebec.

Por fim, confrontado à invasão de um pensamento sócio-político sistematicamente economicista e individualista, temos de imaginar que o movimento das mulheres, ao conservar sua liderança no nível de ações pontuais indispensáveis, deverá multiplicar o número de seus interlocutores e alargar o campo de sua crítica social e de sua intervenção, caso pretenda interpelar toda a complexidade dos processos sociais sexuados em questão e enfrentar os efeitos perversos das novas situações encontradas.

Abstract. Defining feminism as a practice and discourse, in other words as a social movement and a theoretical framework, this article presents the main socio-historical factors explaining the specificity and the dynamics of the Quebec feminist movement. In the present neo-liberalism context, it is argued that the women's movement in Quebec is a very active socio-political actor that also proposes plural and comprehensive analytical perspectives to deconstruct the sexualized dimension of all social processes.

Résumé. Définissant le féminisme comme pratique et discours, autrement dit comme mouvement social et problématique théorique, dans le présent article, l'auteur retrace les principaux facteurs socio-historiques à l'origine de la spécificité et de la résilience du mouvement féministe québécois. Dans l'actuel contexte néolibéral, il est postulé que le mouvement des femmes québécois représente un acteur socio-politique de premier plan, alors qu'il propose des perspectives d'analyse plurielles et compréhensives pour appréhender la dimension sexuée des processus sociaux.

Nota

1. Artigo a ser publicado, também, nos Anais do Colóquio "Féminismes et cultures politiques nationales", Paris, l'Harmattan.

Referências Bibliográficas

- ASSELIN, Michèle, (1994) "L'R des centres de femmes du Québec. L'histoire d'un vaste regroupement", in DARSIGNY, Maryse et alii (orgs.), *Ces femmes qui ont bâti Montréal. La petite et la grande histoire des femmes qui ont marqué la vie de Montréal depuis 350 ans*. Montréal: Editions du remue-ménage, pp. 536-537.
- BACKHOUSE, Constance & FLAHERTY, David H. (orgs.), (1992) *Challenging times: The mouvement in Canada and the United States*. Toronto: McGill/Queen's University Press.
- BÉGIN, Monique, (1992) "The Royal Commission on the Status of Women in Canada: Twenty years later", in BACKHOUSE, C. & FLAHERTY, D. H. (orgs.), *Challenging times: The mouvement in Canada and the United States*. Op. cit., pp. 21-38.
- CODERRE, Cécile, (1994) "La fédération des femmes du Québec. Un conseil régional bien implanté à Montréal" in DARSIGNY, Maryse et alii (orgs.), *Ces femmes qui ont bâti Montréal. La petite et la grande histoire des femmes qui ont marqué la vie de Montréal depuis 350 ans*. Op. cit., pp. 357-359.
- COHEN, Yolande, (1990) *Femmes de parole: L'histoire des Cercles de Fermières du Québec, 1915-1990*. Montréal: Le jour.
- Collectif Clio, (1992) *L'histoire des femmes au Québec depuis quatre siècles*. Montreal: Le Jour.
- DARSIGNY, Maryse et alii (orgs.), *Ces femmes qui ont bâti Montréal. La petite et la grande histoire des femmes qui ont marqué la vie de Montréal depuis 350 ans*. Op. cit.
- DESÈVE, Micheline, (1992) "The perspectives of Quebec feminists" in BACKHOUSE, Constance & FLAHERTY, David H. (orgs.), (1992) *Challenging times: The mouvement in Canada and the United States*. Op. cit., pp. 110-116.
- DROLET, Marie et alii., (1988) "Par-delà les barrières des sexes", in *Service Social*, vol. 37 (1-2), pp. 9-13.

- DUMONT, Micheline, (1992) "The origins of the women's movement in Quebec", in BACKHOUSE, Constance & FLAHERTY, David H. (orgs.), (1992) *Challenging times: The mouvement in Canada and the United States*. Op. cit., pp. 72-89.
- Femmes en Tête*, (1990) *De travail et d'espoir. Des groupes de femmes racontent le féminisme*. Montréal: Ed. du remue-ménage.
- KURTZMAN, Lyne, (1991) "Le protocole Relais-femmes". *La Course*, n. 5 e 6.
- LAFONTAINE, Danielle, (1981) "La recherche scientifique et la cause des femmes", in COHEN, Yolande, (org.) *Femmes et politique*. Montréal: Le Jour.
- LAMOUREUX, Diane, (1986) *Fragments et collages: Essai sur le féminisme québécois des années 70*. Montréal: Ed. du remue-ménage.
- . (1992) "Nos luttes ont changé nos vies. L'impact du mouvement féministe", in DAIGLE, Gérard (org.) *Le Québec en jeu. Comprendre les grands défis*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, pp. 693-711.
- LAMOUREUX, Jocelyne, (1993) *Femmes en mouvement. Trajectoires de l'Association Féminine d'Éducation et d'Action Sociale, AFEAS 1966-1991*. Montréal: Boréal.
- LAURIN, Nicole, (1994) "Du féminisme actuel". Trabalho apresentado no seminário "Féminismes et cultures politiques nationales". Centre Jacques Cartier, Lyon.
- LECLERC, Patrice, (1994) "New social movement theory: Does it explain the feminist movement in Quebec?", in *Socialist Studies Bulletin*, n. 38, pp. 19-33.
- MAILLÉ, Chantal, (1992) *Les québécoises et la conquête du pouvoir politique*. Montréal: Ed. Saint-Martin.

- MAILLÉ, Chantal, (1994) "Stratégies féministes et représentation politique". Trabalho apresentado no seminário "Formação, pesquisa e edição feministas na Universidade". Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo.
- OUELETTE, Françoise-Romaine, (1990) "Les regroupements de femmes dans les années 1980. Entraide et nouvel profil du mouvement des femmes", in BRAULT, M. & SAINT-JEAN, L. *Entraide et association*. Québec: Institut québécois de recherche sur la culture, n. 16, pp. 73-94.
- PICQ, Françoise, (1987) *Le mouvement de libération des femmes et ses effets sociaux*. Relatório de pesquisa CNRS, ATP Recherches féministes et recherches sur les femmes. Paris: CNRS.
- SINEAU, Mariette & TARDY, Evelyne, (1994) *Droits des femmes en France et au Québec, 1940-1990*. Montréal: Ed. du remue-ménage.
- STANTON, Danielle, (1994) "Si la tendance se maintient...", in *La Gazette des femmes*. Quebec: CSF, vol. 15, n. 6.

Tradução de **Maria Lucia Maciel**.

Feminismo contemporâneo no Brasil: Estratégias das mulheres nos movimentos e interesse dos homens no poder

*Anette Goldberg-Salinas**

Resumo. O artigo recupera a história do movimento feminista no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1970, quando se inicia um processo de profundas transformações na economia, na política, nos costumes e na mentalidade. As reflexões aqui desenvolvidas centram-se nos mecanismos político-institucionais e nas práticas das lutas que deram visibilidade à problemática feminista, transformando-a em campo privilegiado das lutas sociais.

Apresentação

Durante os anos 70, a sociedade brasileira depara-se com um processo de modernização que tem um impacto importante sobre a situação das mulheres e sobre a relação de gêneros nas camadas médias dos grandes centros urbanos. É um período no qual um enorme número de jovens procura emancipar-se de seus pais, tornar-se protagonistas completos de suas vidas e participar dos processos de mudança social. No caso das jovens, essa aspiração expressa-se de três maneiras. Inicialmente, por meio de uma certa modernização da feminilidade na qual se observa a volta de algumas expectativas familiares, em que cursar uma faculdade e seguir uma carreira — de preferência conciliável com o casamento e a maternidade — tornam-se aceitáveis e até mesmo desejáveis; depois, por uma espécie de radicalidade que consiste em freqüentar meios culturais e artísticos politizados, que pregavam a revolução nos anos que seguiram o golpe de Estado de

* Anette Goldberg-Salinas é socióloga, professora-pesquisadora da Universidade de Paris VII — Saint Denis-Diderot.

1964; enfim, por um desvio de uma outra forma de radicalidade que consiste em aderir a meios artísticos distanciados do militantismo e que procurava criar uma contracultura a partir do movimento tropicalista.¹

O “golpe de Estado dentro golpe de Estado”, ocorrido em dezembro de 1968, inaugurou um novo período para a ditadura militar no poder desde 1964. De um lado, um milagre econômico proclamado criava uma sociedade de consumo bastante sofisticada e favorecia os sonhos de ascensão social das camadas médias urbanas; de outro, a repressão feroz a toda oposição ao regime, com uma diminuição considerável no campo de possibilidades para a expansão de projetos transformadores da sociedade. No que diz respeito às mulheres, essa aspiração resulta, no início dos anos 70, em novas configurações. Existe, primeiramente, a “nova” mulher, transgressora, introduzida na sociedade de consumo ultramoderna pela recém-lançada revista *Nova*.

Essa publicação propunha a difusão das representações de mulheres solteiras cada vez mais atraentes e liberadas sexualmente, e cada vez mais interessantes do ponto de vista intelectual — o que resulta em uma fórmula para se realizar tanto no mercado de trabalho, como no casamento —, ou de mulheres casadas que não se sentiam “escravas” ou “Amélias” do lar,² porque se a vida em família tornava-se penosa, era fácil encontrar distrações — até mesmo um amante —, ter outras atividades que não as do lar como, por exemplo, freqüentar academias, cursos de extensão universitária, entre outras. Deve-se dizer ainda que a enorme quantidade de empregadas domésticas que aceitavam baixos salários, permitia àquelas mulheres outras atividades, sem que isso desse início a conflitos de casal a respeito da execução das tarefas domésticas.

Encontramos, em seguida, a mulher clandestina, transgressora e silenciosa, mergulhada no militantismo das organizações de esquerda que pregavam a resistência ao regime e a luta armada contra a ditadura. Apesar do radicalismo de uma escolha existencial baseada em uma tomada de consciência política, esse grupo parecia aceitar passivamente a desigualdade que caracteriza as relações entre homens e mulheres, assim como entre as próprias mulheres nessas organizações clandestinas. A situação era tal, tendo em vista a gravidade do momento político, que a causa da luta de classes revolucionária se sobrepunha a tudo o que poderia ser considerado como “problema pessoal”. A ideologia que imperava — o culto ao guerrilheiro heróico, forte, corajoso, audacioso e disposto a sacrificar tudo pela causa — tornava natural o fato de as mulheres, vistas pela maioria como mais frágeis e medrosas, aceitarem papéis e tarefas subalternas e não participarem dos processos de tomada de decisão.

Por fim, temos a mulher transgressora por meio da contracultura, experiência específica sobre a qual conhecemos ainda muito pouco, apesar de alguns estudos já terem sido feitos sobre esse universo.³ Seus adeptos — homens e mulheres, mesmo se precursores na difusão de uma ideologia que considerava o corpo como “espaço” político — foram contrários a todo engajamento coletivo e procuravam uma liberação individual nesse processo subjetivo geralmente associado ao consumo de drogas, ao hedonismo, ao culto de uma certa androginia e a práticas homossexuais.

O crescimento do “novo feminismo” no Brasil

Foi justamente na primeira metade dos anos 70, período duro e complexo no Brasil, em que vários aspectos ainda devem ser mais bem estudados, que situamos o renascimento de uma ideologia feminista.⁴ Isso se expressa primeiramente pela formação tímida de pequenos grupos de reflexão no Rio de Janeiro e em São Paulo, simultaneamente à constituição de um objeto de estudo “mulher” que aparece no campo das ciências sociais,⁵ e, em seguida, pelo nascimento de um debate público suscitado pelas mobilização de mulheres nas democracias ocidentais que encontra espaço nos órgãos da imprensa de oposição ao regime, na chamada imprensa “alternativa” ou “nanica”.

Deve-se ressaltar particularmente o semanário *Opinião*, que abriu um espaço importante para os temas “mulher” e “feminismo”. Entre 1973 e 1975, encontramos em suas páginas cartas e testemunhos de leituras defendendo uma tendência feminista que preconizava o individualismo das mulheres e a luta contra a opressão masculina em uma sociedade definida como “patriarcal”. O feminismo aparece como mais um movimento de emancipação social, tendo como função principal a luta contra todas as barreiras que impediam às mulheres o acesso ao trabalho socialmente produtivo e à participação na mudança social.

Naquele momento, não havia ainda grupos feministas organizados, mas a “inteligência” de esquerda já tomara posição. A primeira orientação mencionada era considerada inaceitável, “estrangeira aos reais problemas brasileiros”, refletindo apenas as “angústias das lésbicas ou de burguesas sexualmente frustradas”; somente a segunda orientação teria espaço no âmbito das forças de oposição que se organizavam para combater a ditadura e para exigir a democracia.

A partir de 1974, o projeto econômico brasileiro viu-se gravemente afetado e, em pouco tempo, a ilusão do milagre dissipou-se: o poder de compra

ficou reduzido ao ritmo da concentração do capital e da inflação galopante. Novos setores das camadas médias aliaram-se a uma vasta frente de oposição ao regime. Foi o início da abertura política, concomitante à instituição, pelas Nações Unidas, da Década da Mulher; as primeiras associações feministas contemporâneas apareciam no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Se, na Europa, a iniciativa da ONU — com o objetivo promover a participação e a integração da população feminina no processo de desenvolvimento nacional — havia sido denunciada pelos movimentos de liberação das mulheres como manobra de cooptação dos conteúdos mais globalmente contestadores do feminismo, no Brasil, foi justamente durante o Ano Internacional da Mulher que um novo feminismo surgiu.

Nos espaços de oposição ao regime militar — entre 1975 e 1979 —, essas novas associações funcionavam como grupos de pressão sobre os poderes públicos, organizando debates, participando em diversos encontros, difundindo textos. Dois jornais editados em São Paulo, mas distribuídos em nível nacional, reivindicavam o feminismo nesse período: *Brasil Mulher* — 1975-1980 —, com 16 números publicados, e *Nós Mulheres* — 1976-1978 —, com 8 números publicados. Além desses periódicos, outros jornais alternativos, editados por diferentes tendências políticas, abriam um espaço mais ou menos importante para o tema “mulher”.

Durante esse período — que corresponde ao governo Geisel, entre 1974 e 1979 —, caracterizado como fase de “descompressão” política,⁶ algumas iniciativas estatais em relação à situação das mulheres parecem ter exercido um efeito perverso sobre o movimento feminista então nascente. O poder torna-se o interlocutor privilegiado de feministas que, paradoxalmente, mesmo sendo opositoras políticas nas “questões gerais” da sociedade, terminam por centralizar suas práticas nas “questões específicas das mulheres” em torno de propostas que emanavam do governo e de projetos cuja implantação permaneceria sob o controle de seus representantes.⁷

Sem clivagem aparente no início — entre 1975 e 1979 —, o movimento de mulheres adota um feminismo “bom para o Brasil” — o que quer dizer, bom para a esquerda — centrado na conquista da cidadania por meio de um programa de reivindicações “específicas” para as mulheres, suscetível de ganhar adeptos para as lutas ditas “mais gerais da sociedade”.

Em nome do consenso e da unidade, considerados indispensáveis para o afrontamento da situação política, uma orientação feminista dita “política” sobrepõe-se às outras sem que a noção própria de “política” seja objeto de debate. Rapidamente, “as novas feministas” brasileiras vêm-se encarregadas da transmissão de uma consciência — de classe — das mulheres das

camadas populares. As tendências mais radicais, caracterizadas *à tort ou à raison* e sem distinção como “sexistas” — ou seja, mais interessadas na questão da identidade feminina e da relação entre os sexos do que nas classes sociais — são então neutralizadas.

Esse processo se expressa pela conversão de um feminismo libertador de primeira hora e de um feminismo ligado aos grupos marxistas ortodoxos clandestinos, e vemos a influência quando constatamos que a contracepção e o aborto são temas tabus nas associações feministas brasileiras até o fim dos anos 70. Isso porque não se cogitava um confronto com a Igreja católica, aliada aos setores progressistas da esquerda nas campanhas contra a ditadura.

O ano de 1979 foi determinante para a vida política brasileira e para as feministas. A anistia permitiu que muitas mulheres voltassem ao país, mulheres essas que durante seus anos de exílios ou do exílio de seus companheiros haviam entrado em contato com as experiências dos diferentes movimentos de liberação europeus e abraçado as feministas em suas diferentes orientações. Essas mulheres “estouram” nas associações feministas e nos grupos de mulheres existentes no Brasil, nos quais o consenso já estava há muito tempo ameaçado por divergências entre as diferentes correntes políticas. As recém-chegadas contribuíram para o início de um debate sobre a sexualidade e o aborto; a autonomia e a pluralidade estão na origem de um processo de cisão e de criação de novos grupos.

O fracionamento de associações feministas inscreve-se igualmente na lógica do processo de abertura que permitiu, em 1980, depois de quinze anos de bipartidarismo, a organização de outros partidos políticos. Com o surgimento ou a reativação de certos canais de representação política, muitas militantes deixaram os grupos feministas ou, pelo menos, privilegiaram as atividades das comissões e dos departamentos femininos de sindicatos dos novos partidos. Isso permitiu que as “recém-chegadas” e as militantes da nova geração ocupassem espaços feministas e transformassem-nos em espaços de inovação utópica. Assistimos, então, em várias regiões do país, à proliferação de grupos de consciência e de associações de mulheres com práticas e idéias diversificadas sobre corpo e sexualidade, sobre reprodução, violência, nos quais os temas privilegiados eram a identidade feminina e a construção das diferenças sociais baseadas no sexo biológico.

Entre 1979 e 1981, o movimento feminista escolheu como aliadas e interlocutoras as correntes da esquerda consideradas como “boas para o feminismo” — aquelas que aceitaram a especificidade desse movimento e permitiam a possibilidade de se organizarem de maneira independente. Nesse

período, tratava-se de desvendar a grande “confusão” que se fazia entre o movimento “feminino” — que recebe o novo nome “de mulheres” ou “das mulheres” —, subordinado a objetivos políticos, e o movimento “feminista”, baseado em uma independência política e em uma definição de novas propostas consideradas como “especificamente feministas” tais como o aborto, a violência, o corpo e a sexualidade.

Contudo, com o surgimento de novos partidos políticos legais e frente à perspectiva das eleições em 1982, no Rio e em São Paulo, uma parcela desse movimento — de feministas engajadas prioritariamente nas “lutas das mulheres” — reconcilia-se com as militantes políticas adeptas da concepção de “movimento feminino”, subordinado a interesses partidários, e reúnem-se em torno de objetivos suscetíveis de serem alcançados pela via parlamentar — modificação de leis, aprovação de certos projetos considerados do interesse das mulheres.⁸

Em conseqüência, desde 1982, cresce a distinção entre feministas que privilegiam a instauração de pólos de representação das mulheres com os poderes estabelecidos — em diálogo iniciado nos anos 70, sobre questões ditas “especificamente das mulheres” —, pretendendo obter vantagens eleitorais e ocupar espaços públicos, e feministas que privilegiam o crescimento de um movimento de mulheres fora das instituições, um movimento que produtor e ator das transformações da sociedade.

A estratégia da primeira corrente reúne um grupo democrático de pressão, esforçando-se em aumentar sua audiência e seu impacto e, assim, adquirir a legitimidade necessária para apresentar-se como representante do movimento feminista e ganhar espaços nos partidos, de maneira a fazer valer, em caso de vitória eleitoral, as promessas dos candidatos e das candidatas para com a “causa das mulheres”. Os poderes estabelecidos não eram mais apenas os interlocutores mas também os espaços a serem conquistados. Na segunda corrente, encontram-se as feministas “autonomistas” e feministas socialistas, integrantes dos grupos políticos com menores probabilidades eleitorais e que ocupavam os espaços da nova conjuntura que se anunciava. Sua estratégia consiste em ganhar no terreno ideológico e nas demais instâncias da sociedade — até mesmo na esfera da filiação partidária —, de forma a manifestar-se como movimento social e a impor “questões específicas das mulheres” nos programas de transformação da sociedade.

Essa última corrente consagra-se, em geral, ao duplo militatismo — práticas diversas dirigidas às mulheres das camadas populares e “entrismo ideológico” no partido — e à instalação de estruturas “alternativas” para oferecer soluções a alguns problemas vividos no cotidiano das mulheres,

preferencialmente no que se refere às suas vidas privadas — violência, corpo e sexualidade. O poder é, para essa corrente, um interlocutor questionável; teme-se a cooptação e, sobretudo, contrapõe-se à conquista de espaços no seio da estrutura de poder e ao abandono da luta por uma transformação qualitativa das estruturas sociais.

As feministas e a política

Com a chegada das eleições de novembro de 1982, manifestam-se grandes divergências entre as feministas quanto ao apoio partidário — PMDB, PDT ou PT? —, quanto aos candidatos, em uma eleição de lista fechada em que todos os partidos retomariam as reivindicações formuladas pelas feministas. No Rio e em São Paulo, levando em conta o nascimento de novos partidos, boa parte do movimento — as feministas engajadas prioritariamente na “luta das mulheres” como membros do PMDB e do PDT — reconcilia-se com as militantes marxistas ortodoxas, adeptas de uma concepção partidária do “movimento das mulheres” e reagrupa-se em torno de alvos suscetíveis de serem alcançados pela via parlamentar: modificação de leis e aprovação de projetos considerados de interesse das mulheres.

Nas eleições de novembro de 1982, algumas mulheres foram eleitas prefeitas, deputadas e vereadoras. Em dois estados — São Paulo e Minas Gerais —, a estratégia de ocupação de espaços na esfera pública permitiu a criação do Conselho da Condição Feminina, primeiro passo para a instauração, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A partir de 1983, paralelamente a uma grande desmobilização de associações, pode-se observar grupos e coletivos militantes que tinham reivindicado práticas feministas autônomas, sofrer um processo importante de cooptação pelo aparelho do Estado, que contribui para manter minoritárias, inúteis ou marginais todas as tentativas de reforço de um pólo feminista “alternativo” e utópico, em um momento que, paradoxalmente, o campo histórico estava mais aberto do que nunca às inovações. Esse fenômeno de cooptação — bastante generalizado entre os intelectuais de oposição — ressalta as críticas de setores que tinham uma concepção da transformação social baseada na noção de participação direta dos movimentos sociais e contestavam a legitimidade de certas correntes “polítiquesas” que se queriam representantes dessa causa.

O período 1983-1984 foi marcado por essa corrente feminista institucionalizada, em regiões onde o PMDB — o maior partido da oposição — havia conquistado o governo, esforçando-se, por um lado, em estender sua

influência e em ganhar espaços nas estruturas do poder político e, por outro, em que os órgãos administrativos se responsabilizassem por um certo número de reivindicações e de práticas feministas, incluindo as esferas da educação e da saúde femininas. E como isso criava uma necessidade de novos quadros políticos e técnicos, as feministas galgavam responsabilidades políticas e postos de instâncias administrativas locais e regionais como especialistas de “problemas de mulheres”.

Apesar das divergências, em 1984, a campanha das “Diretas Já” ofereceu, durante alguns meses, certa unidade às feministas agrupadas no “Movimento de Mulheres pelas Diretas Já”, que organizou encontros em todas as cidades importantes do país, assim como uma manifestação de grande repercussão em Brasília. Mais uma vez, tratava-se, para as feministas pertencentes as diferentes formações políticas, de mobilizar as mulheres para uma “luta geral”, na qual imperava um consenso de todos os setores de oposição ao governo. No entanto, depois de votada a emenda, as reações dos diferentes setores de oposição frente à impossibilidade de elegerem um presidente da República pelo sufrágio universal resultaram em novas divergências políticas.

É impossível entender o desenrolar da vida política brasileira, entre 1983 e 1985 — e, portanto, os caminhos seguidos pela corrente majoritária do movimento feminista —, sem levar em conta a situação ambígua na qual se encontrava o PMDB: de um lado, era o maior partido de oposição à ditadura, reunindo um grande número de intelectuais que haviam sofrido alguma represália imposta pelo regime militar; de outro, era um partido que acabava de obter nas urnas o governo de certas unidades importantes da Federação e que conquistou um grande peso parlamentar. Deveria, por conseguinte, jogar as regras do jogo, negociar, estabelecer compromissos, moderar suas críticas, ou seja, construir uma “Nova República”, não tão nova quanto muitos peemedebistas gostariam.

Em 1984, uma delegação de quarenta mulheres do PMDB obtém do futuro presidente da República, Tancredo Neves — que deveria ser eleito, via um colégio eleitoral, em outubro daquele ano —, a promessa de criação de um organismo como um ministério dos direitos da mulher, já existente na França, àquela época. No contexto de negociações e de compromissos que preparavam a legitimação política de José Sarney, o vice-presidente que se tornou o primeiro presidente da “Nova República” — 1985-1989 — por causa da morte de Tancredo Neves, essa promessa foi mantida.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM — foi criado em setembro de 1985. Tratava-se de um organismo consultivo ligado ao

Ministério da Justiça, tendo autonomia financeira e formado por um conselho deliberativo de membros nomeados pelo Ministério da Justiça, depois de consultados os “movimentos das mulheres”, e um conselho técnico de coordenadoras especializadas para cada um dos programas de trabalho, bem como por uma secretaria executiva. Uma boa parte das conselheiras eram ex-militantes de grupos feministas e havia também, entre os membros do corpo técnico, funcionárias desligadas do CNDM.

É interessante ressaltar que — para um certo número de feministas brasileiras presentes ou representadas na Conferência Internacional de Término da Década da Mulher, em Nairóbi, em 1985 — reinava um grande otimismo, desde a criação do CNDM, considerado como “grande vitória do movimento”. É bem verdade que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher era, desde 1975 — no momento da elaboração do Plano para a Década da Mulher —, uma reivindicação de um setor de feministas brasileiras, novamente incluído no Programa de Copenhague, de 1980. Porém, a euforia daquelas para quem o sonho havia se tornado realidade contrastava com a preocupação e o ceticismo das outras no que se refere à aventura de um feminismo de Estado. Constatamos que os anos seguintes deram razão a essas últimas.

As principais ações do CNDM, entre 1985 e 1989, concentraram-se tanto em torno de alguns alvos unificadores das feministas no campo da educação e da cultura, do trabalho e das creches, do Código Civil, como em torno de alvos “quentes” como a saúde e os direitos reprodutivos e a violência masculina.

De qualquer maneira, seu maior investimento foi na Campanha Nacional pela Participação das Mulheres na Assembléia Constituinte e na redação de artigos para a nova Constituição de 1988.

Os alvos unificadores:

Educação e cultura, trabalho e creches, Código Civil

Entre 1985 e 1989, as divergências entre as feministas institucionalizadas e aquelas “fora das instituições” não se situavam mais tanto “no que fazer para melhorar a situação das mulheres ou transformar as relações de gênero”, mas na escolha dos interlocutores e na avaliação política, ou seja, o “como fazer” e “em que momento fazer”. Algumas consideravam as instituições políticas instrumentos confiáveis para defesa das reivindicações feministas e sonhavam fortemente com um Estado-providência, acabando por confundir seus desejos com a realidade; outras sobrecarregavam os

movimentos sociais de esperanças messiânicas e encontravam-se na difícil situação de oposição crítica ao setor da oposição transformado em governo; outras, ainda, lamentaram um paraíso feminino dito perdido e encarregaram-se de reencontrá-lo em rituais como a comemoração do Dia Internacional das Mulheres, em 8 de março, e em manifestações feministas, assim como por meio da criação de alguns “grupos alternativos”.

Adotar o princípio da luta contra todas as formas de discriminação sexista na educação, nos meios de comunicação, nas artes e na cultura; modificar as leis trabalhistas em relação à discriminação contra a mulher; lutar pela aplicação das leis sobre as creches e suas construções, pela modificação do estatuto da mulher no Código Civil não se constituíam no grande problema das feministas institucionalizadas e não exigiam grande esforço político. Não somente esses alvos gozavam de um certo consenso entre as diferentes correntes feministas — incluindo as correntes mais radicais, mesmo se não fazia parte de suas práticas —, como também vários políticos estavam convencidos de que eram corretas e estavam prontos a apoiar as feministas.

A questão da socialização e da educação diferenciada e discriminatória já havia sido ressaltada por meio de denúncias feitas pelas feministas do Rio de Janeiro, de São Paulo e pelas brasileiras exiladas dos anos 70, assim como por intermédio de denúncias sobre a imagem da mulher como objeto sexual exibida pela mídia.⁹ Desenvolvido em conjunto com o Ministério da Educação, o programa “Em debate a escola, o papel da mulher,” conduzido pelo CNDM, propõe um projeto de análise sistemática dos manuais escolares pretendendo modificar os estereótipos veiculados sobre as mulheres e os negros. O CNDM instituiu também um programa de incentivo aos trabalhos e teses universitárias tendo a mulher como tema de estudo.

O trabalho feminino é um dos alvos privilegiados dos primeiros grupos autodenominados feministas, nos anos 70, grupos que debatiam a modificação da legislação protetora no código trabalhista, conectados ao próprio governo militar, desde 1978.

Entre as feministas mais envolvidas com essa questão, havia duas posições: a primeira queria que se abolisse por completo a legislação protetora — considerada como pretexto para discriminação das trabalhadoras — e a segunda queria que se mantivesse a proteção da maternidade e que todas as outras proteções se aplicassem igualmente aos homens — proibição do trabalho noturno etc. Ademais, as militantes mais identificadas com uma “tendência para a luta de classes” priorizavam os debates sobre as péssimas condições da incorporação das mulheres do mercado de trabalho: postos menos gratificantes e menores oportunidades de realização profissional,

salários mais baixos que os homens ocupando os mesmos postos, discriminações e humilhações sexuais no local de trabalho e dias de trabalho extras.

Em 1984, aproveitando a “distração” das feministas engajadas nas campanhas pelas eleições diretas, o Congresso Nacional aprovou um artigo autorizando o trabalho noturno da mulher: o texto era uma reprodução fiel de um capítulo de um projeto de reformulação das leis trabalhistas comandada pelo governo, em 1978. Somente em 1988, a nova Constituição aprovou algumas das reivindicações feministas sobre o trabalho das mulheres. A luta pela instalação de creches no local de trabalho e de habitação ofereceu às feministas, dos mais diferentes horizontes, a ocasião de se encontrarem, de mobilizarem e de organizarem as “mulheres do bairro” e as trabalhadoras. Apesar da prioridade atribuída pelo CNDM, desde 1985, os resultados esperados nunca foram atingidos. A reivindicação pela modificação do estatuto da mulher no Código Civil — sob a responsabilidade de algumas juristas, desde os anos 60, e retomadas por feministas no período de 1975 a 1979 — continuou sendo um objetivo do movimento feminista nos anos 80.¹⁰

No Código Civil em vigor — que não havia sofrido modificações desde 1962, a não ser a Lei do Divórcio, de 1977 —, as mulheres casadas permaneciam em posição subalterna, pois seus maridos deviam comandar a sociedade conjugal, decidir sobre o local de domicílio e administrar os bens do casal, assim como ter a prerrogativa das decisões do casal, em caso de divergência.

O projeto de um novo estatuto civil da mulher, debatido com os grupos feministas do país e apresentado em dezembro de 1981 ao presidente do Congresso Nacional e a todos os dirigentes dos partidos políticos, propunha as seguintes modificações:

- que a direção e a representação da sociedade conjugal fosse responsabilidade do marido e da mulher;
- que o local do domicílio fosse escolhido pelos dois membros do casal;
- que a administração dos bens fosse de responsabilidade de cada membro do casal, um deles, no entanto, podendo atribuir poder ao outro.

Outras modificações propunham o fim da obrigação exclusiva de o marido sustentar o casal; o fim do artigo que permitia a posse temporária de uma parte do dinheiro de suas esposas aos maridos, em caso de elas abandonarem o domicílio conjugal; a extensão, para os dois membros do casal, do artigo que autorizava às mulheres a adoção dos sobrenomes de seus maridos; a substituição do artigo que dava poder paternal de guarda às crianças, por um artigo que mencionasse a responsabilidade paternal.¹¹

Esse projeto — subscrito e apoiado por 49 grupos de mulheres brasileiras —, passado um ano de sua elaboração, ainda não havia sido votado. Em 1984, a Câmara dos Deputados aprovou parte das modificações do Código Civil — igualdade entre casais na administração do patrimônio familiar e divisão da autoridade parental —, encaminhando-o ao Senado Federal, onde teve ainda de esperar um bom tempo para ser votado.

O Código Civil tornou-se um dos objetivos prioritários das feministas institucionalizadas desde então, já que uma nova constituição deveria ser elaborada na Nova República. Em realidade, foi preciso esperar ainda quatro anos, afora todos os anteriores, para que, enfim, a nova Constituição modificasse o estatuto da mulher casada. Os alvos “quentes”: aborto, planejamento familiar — “direitos reprodutivos” —, violência contra as mulheres.¹²

No Código Penal em vigor, o aborto era considerado crime contra a vida e, portanto, passível de prisão, exceto em dois casos — por prescrição médica, quando o aborto é julgado necessário para garantir a vida da mulher grávida; por ética, quando a gravidez é provocada por violência atestada, mediante prova corroborada por exame feito por um médico legista. Contudo, a dificuldade e a lentidão do processo, a humilhação inerente aos passos para se obter uma autorização jurídica para a prática do aborto impediam muitas mulheres enquadradas nos casos previstos de se beneficiarem da lei.

No entanto, no início dos anos 80, as estatísticas mostraram que entre 3 e 5 milhões de abortos clandestinos eram praticados por ano no Brasil. A maior parte das brasileiras interrompiam sua gravidez nas piores condições possíveis: aborto pelas próprias mulheres grávidas ou por “parteiras”, de todas as formas e com todos os instrumentos imagináveis. O aborto caro, feito em boas condições, era acessível a uma minoria de mulheres que podiam abortar com médicos que praticavam a intervenção — chamada “pequena cirurgia” — em clínicas particulares semiclandestinas. A polícia fechava os olhos mediante gorjetas regulares.

O aborto, desde 1980, foi um dos principais alvos das feministas brasileiras. Todavia, duas posições confrontavam-se: a primeira lutava por um aborto, criando serviços chamados de *self-help*,¹³ realizando, em primeiro lugar, um trabalho de conscientização; a segunda queria modificar o Código Penal para que não se penalizasse os abortos realizados com consentimento da mulher grávida, no prazo de 12 semanas depois do início da gravidez. A divergência de fundo estava acompanhada de outras, políticas, expressas por conflitos pessoais e por grupos de militantes, que se integram prioritariamente na luta pelo aborto, privilegiando uma tática de grupo de

pressão visando a mobilização de personalidades e o debate sobre tema para a obtenção das mudanças do Código Penal. A “Campanha pelo Aborto Livre” articula-se em torno das reivindicações seguintes:

- eliminação dos artigos nºs 124 e 127 do Código Penal, que criminalizavam o aborto;
- reconhecimento às mulheres do direito de decidir livremente o momento de serem mães;
- livre exercício da sexualidade;
- acesso à informação e à utilização de métodos contraceptivos seguros;
- estímulo da procura e da comercialização de métodos contraceptivos seguros, tanto para as mulheres como para os homens;
- criação de condições especiais para que todos os recém-nascidos beneficiem-se de assistência médica, tenham direito à educação e às creches em tempo integral.¹⁴

A causa mais “feroz” das feministas institucionalizadas é, sem dúvida alguma, o aborto. Em 1983, a deputada do PMDB Cristina Tavares apresenta à Câmara dos Deputados um projeto que aumentava as possibilidades legais da realização do aborto. Esse projeto reivindicava a descriminação da interrupção da gravidez sob indicação médica, no caso de má formação do feto e por razão social, no caso de ser impossível o sustento da criança pela mãe ou pela família.

Apesar do grande debate suscitado pelo projeto de Cristina Tavares e pela comercialização do “esterrilet” no Brasil, em 1984, assim como pela difusão dos resultados de alguns estudos sobre o número de abortos clandestinos realizados no país e sobre o número de mortes causadas por esses abortos, a reação à descriminação do aborto foi tão forte e a mobilização das mulheres tão fraca que os dirigentes da campanha decidiram não fazer disso um “cavalo de batalha” nos debates da nova Constituição para não perturbar seus adversários e suscitar debates que poderiam levar à criminalização de todo tipo de aborto, até mesmo aqueles então autorizados pelo Código Penal em vigor.

Apesar da prudência, no âmbito do processo de debates constitucionais de 1987, essa penalização foi alvo de um forte grupo de pressão evangélico, que considerava criminoso qualquer atentado contra vida desde a concepção — eles haviam reunido 500 mil assinaturas de adesão.

As feministas — contando com as dos estados mais importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco — mobilizaram-se e conseguiram obter parcas 30 mil adesões em seus documentos. Isso serviu tão-só para preservar, no novo texto constitucional, à

espera das leis de aplicação, o que já havia sido conquistado no Código Penal anterior à nova Constituição.

No que se refere à saúde e aos direitos reprodutivos, os projetos de controle da natalidade do governo militar, assim como as práticas de esterilização estabelecidas pelo órgão Benfam,¹⁵ já haviam sido denunciadas pelas feministas no período 1975-1979. Denunciaram as práticas do Benfam e posicionaram-se contra um “Programa de prevenção de gravidez de risco”, anunciado em 1977 pelo governo, mas que nunca prosperou.

Em 1980, o projeto do Prev-Saúde — visando à criação de um Sistema Nacional de Ações de Saúde, associando os Ministério da Saúde e o da Previdência Social — estava em debate na esfera governamental, ressaltando, novamente, as reações hostis ao controle da natalidade. É verdade, no entanto, que o projeto Prev-Saúde incluía a proteção materno-infantil e um programa de planejamento familiar.

Esse programa deveria ser aplicado com a introdução da educação sexual em todas as unidades de saúde municipais, regionais e federais. Depois de terem negociado com os representantes do clero, os autores do texto deram prioridade aos “métodos naturais e mecânicos” de contracepção, sempre deixando a possibilidade de se utilizar a pílula e a esterilização “em casos especiais”. De aborto, não se falou.

Porém, as feministas opõem-se, uma vez mais, ao programa para o qual as mulheres não haviam sido consultadas no momento de sua elaboração e que negligenciava completamente a saúde e a sexualidade, tratando unicamente do que estava diretamente ligado às funções reprodutivas. Com efeito, a tomada de posição “contra o planejamento familiar” é uma cláusula constante das resoluções nos congressos nos quais participam as feministas que formam comissões específicas e publicam textos sobre o tema.¹⁶

Todavia, textos tratando dos temas que abordavam a reprodução, a sexualidade e a saúde das mulheres aparecem no seio do movimento das mulheres, entre 1980 e 1982. Em 1982, encontramos a posição dura e franca daquelas que — braços dados com uma moral conservadora e com a Igreja — se opunham a tudo o que evocasse temas como “forma de controle da natalidade orquestrada pelo imperialismo”.

Ademais, encontramos feministas organizadas, promovendo ações concretas de informação e de cuidados no que diz respeito ao corpo feminino — a saúde, a sexualidade, a contracepção e a reprodução —, que se encarregam de criar, na prática, alternativas feministas à concepção corrente de planejamento familiar — que tratava apenas das funções reprodutoras das mulheres —, imposta e sob controle dos poderes estabelecidos.

Uma iniciativa pioneira, dentro dessa ótica, foi tomada pelo grupo SOS-Corpo de Recife, Pernambuco, que desenvolveu uma prática educativa entre as mulheres da periferia do Recife, inovando com sucesso nesse campo. Inspirados nessa experiência, aparecem, em São Paulo e no Rio de Janeiro, grupos e projetos mais ou menos próximos e bem sucedidos, que vão da instalação de um espaço central de informação sobre a contracepção e os cuidados médicos gratuitos até o estabelecimento de práticas de intervenção e de tomada de consciência nos bairros da periferia.

Além disso, encontramos um certo número de mulheres que admitem a necessidade de se criar um programa de planejamento familiar pelo governo, mas desejam afirmar sua opinião, como intelectuais feministas a considerar-se porta-vozes da grande massa de mulheres envolvidas em um programa desse porte, e que não foram consultadas ou escutadas.

O projeto de programa de planejamento familiar de 1980 permaneceu no papel, tal como o de 1977, mas o debate sobre o tema tornou-se cada vez mais acirrado, até mesmo no seio do governo.

O planejamento familiar constitui um alvo tão delicado quanto o aborto para o feminismo institucional, interlocutor do governo. Ao partir da recusa pura e simples do controle da natalidade fantasiado em planejamento familiar, estabelecido por órgãos privados beneficiados por financiamentos internacionais,¹⁷ as feministas começam, a partir de 1983, a pressionarem o Estado para criação de uma política de planejamento familiar baseada nos “direitos da reprodução”, opondo-se às ações de uma Benfam renovada e de outros organismos similares.

Em 1983, uma Comissão Parlamentar de Investigação — CPI — sobre o planejamento familiar foi estabelecida no Senado Federal e debates foram abertos pelo ministro da Saúde sobre o projeto de um Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher — PAISM —, no qual a idéia de base era a separação completa entre planejamento familiar e desenvolvimento econômico. Apesar de priorizar o ciclo reprodutivo feminino, deixando de lado a criança e a sexualidade da mulher, assim como outros momentos da vida como a menopausa, esse projeto representou uma porta aberta à reflexão sobre as aquisições e as práticas feministas.

Em 1984, as experiências-piloto do PAISM foram implantadas em São Paulo e em Goiânia, e as feministas tiveram um papel de sustentação crítica, propondo modificações no Programa, como a incorporação de características pedagógicas criadas por grupos de mulheres: revistas sobre a sexualidade e a saúde elaboradas pelas pesquisadoras para suas aulas na periferia; um manual e mensagens sobre a contracepção etc.

Em 1985, o novo governo de José Sarney instituiu uma Comissão de Estudos sobre os Direitos de Reprodução Humana, de caráter consultivo, composto por 17 membros, assistidos por técnicos do Ministério da Saúde. Fato curioso é que, entre os membros da comissão encontravam-se feministas institucionalizadas, como a presidente do CNDM, e feministas refratárias à institucionalização do movimento, pertencentes a grupos que agiam no campo da saúde, da sexualidade, do corpo feminino, e da reprodução.

Por fim, em fevereiro de 1986, Waldir Pires, ex-exilado político do PMDB, nomeado ministro da Previdência e da Assistência Social, criou o Programa de Planificação Familiar visando à instauração de serviços de informação e de assistência às famílias, única maneira de implantar, em nível nacional, o PAISM, em vigor até então de maneira precária e somente em algumas regiões. Alguns meses depois, seu sucessor no ministério, Rafael de Almeida Magalhães, determinou a responsabilidade do PAISM sobre todas as estruturas ligadas à instituição que deveriam antes de tudo formar profissionais para trabalharem no projeto, elaborar manuais para informar a população sobre o planejamento familiar e assegurar a distribuição gratuita de contraceptivos, cuidar de mulheres grávidas, garantir boas condições de parto, assegurar o pré-natal e o pós-natal. O grande evento celebrado pelas feministas foi o fato de a coordenação da implantação nacional do PAISM ter sido confiada a uma médica, uma das militantes feministas históricas do Rio de Janeiro. A partir desse momento, com o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência Social, uma boa parte das iniciativas e das ações do CNDM voltou-se para a implantação nacional do PAISM.

Apesar das pressões exercidas pelo CNDM — que realizou, em outubro de 1986, a Conferência Nacional sobre a Saúde e os Direitos das Mulheres, cujas resoluções apresentavam propostas avançadas tratando da legislação do aborto —, apesar da boa vontade de mudança e das boas intenções de certos políticos, os anos seguintes mostraram todo tipo de dificuldades para a execução dos projetos, para a passagem dos sonhos à realidade. Com vários órgãos privados natalistas — que mostravam um rosto renovado e “feminizado” e que dispunham de dinheiro e de meios —, não era fácil para os adeptos do PAISM afrontar as alterações de prioridade e de orçamento segundo as mudanças freqüentes dos titulares dos ministérios envolvidos em sua aplicação. Os resultados concretos mostraram-se fracós.

O tema específico da violência contra as mulheres é finalmente abordado pelas feministas brasileiras, em março de 1979, no Encontro Nacional de Mulheres, realizado no Rio de Janeiro. Nessa oportunidade, um pequeno grupo de mulheres teve a possibilidade, a contracorrente, de pensar so-

bre sua vivência e falar de diversas formas sobre violência masculina da qual tinham sido vítimas.

Concluiu-se, nesse momento, que a violência de que todas as mulheres haviam sido vítimas, potenciais ou reais, não era unicamente a violência geral da sociedade com origem nas iniquidades sociais, na miséria e na fome, mas situava-se em um quadro de relações de poder e de dominação e de submissão entre os sexos, o que era inovador e subversivo. Foi a partir desse encontro que se formou, no Rio de Janeiro, a Comissão Violência contra a Mulher, grupo permanente de vigilância e de reflexão. Alguns meses depois, dessa comissão surgiu o embrião do SOS Mulher, publicamente inaugurado no Rio de Janeiro em dezembro de 1981.

Os fatos atuais contribuem para que a questão da violência se torne prioritária. Depois da absolvição de um milionário julgado por assassinato da sua companheira, uma onda de assassinatos de mulheres da alta sociedade por seus companheiros ou ex-companheiros, que tinham como pretexto a “honra ferida”, aponta claramente o fenômeno da violência conjugal, que adquire uma dimensão diferente do tratamento invariavelmente divulgado pela imprensa sensacionalista, seja como matéria das páginas de *faits divers*, seja como crônicas policiais.

Em 1981 e 1982, a causa “violência” orienta várias ações de feministas no país, mesmo se estruturas do tipo SOS não são ainda criadas em todos os principais centros urbanos e se a escolha das feministas continua sendo o desenvolvimento de ações específicas em algumas regiões, como organizar atos públicos de protesto contra os assassinatos de mulheres por seus maridos, aproveitar os meios de comunicação para mobilizar a opinião pública sobre a violência exercida contra as mulheres, ao invés de criar estruturas de apoio as “vítimas”.

Contudo, em outubro de 1982, as militantes de todos os grupos contra violência reúnem-se em São Paulo para uma avaliação de suas práticas. O sentimento de frustração e de cansaço é geral: as mulheres “vítimas” não voltavam para participar dos grupos de reflexão, continuando a viver com seus violentos companheiros; as militantes estavam inconsoláveis com a violência de suas próprias relações, suas divergências e suas crises, que rapidamente sucederam ao primeiro período *idílico*. Sem ajuda material, jurídica ou psicológica suficiente — os pedidos de financiamento não haviam sido atendidos e os especialistas profissionais eram externos ao grupo —, as participantes tornavam-se mais escassas e as poucas que permaneciam na militância encontravam dificuldades crescentes para o seu sustento.

É interessante ressaltar que os SOS que sobreviveram à conjuntura, de

uma maneira ou de outra, são os que redefiniram seus objetivos e seu modo de funcionamento. Assumem um certo grau de profissionalização — incorporação de advogados e de médicos —, abandonando o sonho da “tomada de consciência transformadora” e se reduzem a uma antena de prestação de serviços — mais assistencial que outra coisa — sustentada por feministas que tinham uma concepção feminista do fenômeno das relações de violência entre homens e mulheres.

Todavia, para observar a questão da violência de outra maneira, em agosto de 1985, inaugura-se, na cidade de São Paulo, a primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, solução original encontrada em comum acordo entre as feministas institucionalizadas e os poderes locais para o enquadramento da problemática da violência contra mulheres.

Ao computar o grande sucesso da Delegacia de São Paulo, que recebeu em torno de 7 mil queixas em um ano de atividades, ao considerar a campanha lançada, em novembro de 1985, em Brasília, pelo CNDM — “Diga não à violência contra as mulheres” —, criaram-se estabelecimentos parecidos na maior parte das capitais brasileiras, onde delegadas eram preferíveis na chefia, mediando um período de formação, em que as feministas intervêm. Em 1992, haviam 141 Delegacias Especiais em todo país.

A nova Constituição: Um “alvo-armadilha”?

Entre as campanhas lançadas pelo CNDM, muita energia foi investida na “Campanha nacional pela participação da mulher na Constituinte”, em novembro de 1985. Tratava-se de formar um grupo de pressão feminino na Assembléia Nacional Constituinte a ser eleita em novembro de 1986, não somente para eleger o maior número possível de candidatos e candidatas dispostos à defesa de um certo número de modificações na Constituição, reivindicadas pelas feministas, mas também para desencorajar e neutralizar os propósitos reacionários e moralistas que atrapalharam a aprovação de modificações favoráveis às mulheres.

Em novembro de 1985, o CNDM lança, publicamente, o programa da “Campanha nacional pela participação da mulher na Constituinte”, com o objetivo promover seminários e debates em todo país durante o ano de 1986, de maneira a recolher, reagrupar as propostas das mulheres brasileiras e apresentá-las à comissão encarregada pelo presidente da República de elaborar um projeto de texto constitucional e de submetê-lo a todos os setores da sociedade. Entre os 50 membros da comissão, havia apenas duas mulheres.

Em agosto de 1986, em comemoração ao primeiro aniversário do CNDM, foi organizado, em Brasília, o “Encontro nacional de mulheres na Constituinte”, que marcou também o término da primeira fase da campanha nacional. Em 1987, os debates sobre a nova Constituição dominavam a cena político-feminista. Uma carta aos constituintes — contendo propostas relacionadas aos capítulos sobre a família, o trabalho, a saúde, a educação e a cultura, a violência, as questões nacionais e internacionais, recolhidas durante a “Campanha nacional pela participação da mulher na Constituinte” — foi muito difundida pela CNBM com o objetivo de estimular a formação de um *lobby* decidido a lutar.

Entre as mulheres eleitas, houve unanimidade e consenso sobre a reivindicação de salário igual para trabalho igual, garantia de creches, proteção aos menores órfãos e abandonados, e igualdade de direitos e de deveres no casamento. Porém, como existiam divergências na questão do aborto, as feministas aceitaram que esse tema fosse prudentemente relegado à interpretação da “garantia da livre escolha pela maternidade”, no capítulo “Saúde”.

Com o título de “Direitos e Garantias Fundamentais”, o Capítulo II — “Direitos Sociais” — da nova Constituição estabeleceu o princípio da proteção à maternidade. Dentro dessa ótica, a licença-maternidade passa de 90 para 120 dias, e o recesso-paternidade — com uma duração provisória de cinco dias a ser regulamentado por lei ordinária — é instaurado. Encontramos, igualmente, a proteção do mercado de trabalho da mulher mediando a assistência gratuita das crianças e dependentes desde o nascimento até a idade de seis anos nas creches e nas escolas infantis; a proibição de diferenças salariais, de exercícios de funções e de critérios de admissão baseados no gênero; a prolongação dos mesmos direitos sociais de todos os trabalhadores aos empregados domésticos.¹⁸

Ainda sob o título de “Ordem Social”, no capítulo VII — “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso” — está concentrada a maior parte das rubricas consideradas pelas feministas como vitórias, principalmente nos parágrafos seguintes:

Art. 226 – A família, base da sociedade, beneficia-se de uma proteção especial do Estado.

§ 3º - Para efeitos da proteção do Estado, a união estável entre homem e mulher é reconhecida como entidade familiar, a lei deve facilitar sua conversão em casamento.

§ 5º - Os direitos e deveres relativos à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 7º - Criada a partir dos princípios da dignidade da pessoa humana e

da paternidade responsável, a planificação familiar é uma decisão livre do casal, o Estado deve fornecer meios educativos e científicos para o exercício desse direito, toda forma de coerção por instituições oficiais ou privadas é proibida.

§ 8º - O Estado assegura assistência à família personalizada em cada um de seus membros, criando mecanismos para impedir a violência nas relações familiares.

Apesar das afirmações entusiastas sobre a incorporação pela nova Constituição de 80% das reivindicações elaboradas pelas feministas, no texto constitucional promulgado em outubro de 1988, várias questões importantes são contornadas por artigos muito genéricos destinados a serem completados, para poderem entrar em vigor, por uma legislação complementar. Para o CNDM, é chegada a hora de se consagrar a reformulação do Código Civil e Penal, do Código Trabalhista e de todas as leis ordinárias sobre a luz dos novos princípios enunciados pela Constituição. No entanto, essa reformulação ainda não existe.

Em fevereiro de 1989, a nomeação de um novo ministro da Justiça torna praticamente impossível a continuação das atividades do CNDM, que anunciava, neste momento, o lançamento de uma vasta campanha sobre a saúde das mulheres brasileiras e abria o debate sobre o aborto como problema de saúde pública.¹⁹

O novo ministro considerava que as mulheres não precisariam de mais espaço institucional como o CNDM pois, segundo ele, 80% de suas reivindicações já haviam sido satisfeitas no processo constitucional; ele reduziu o orçamento do organismo em cerca de 72%, despediu funcionários ou obrigou aqueles que haviam sido transferidos a retornarem a seus órgãos de origem. Para concluir a aniquilação desse organismo, em julho de 1989, o mesmo ministro, transgredindo as regras estabelecidas para substituição de parte dos membros do conselho deliberativo, em fim de mandato, nomeia de maneira arbitrária doze novas conselheiras que deviam, em princípio, ocupar cargos no CNDM. Eram, em sua maioria, esposas de juristas pertencentes à alta sociedade e completamente estrangeiras ao "movimento".

Isso provocou a demissão da presidente do CNDM, de sete conselheiras e de 14 membros de seu corpo técnico que assinaram e difundiram um documento em protesto que terminava como segue:

Frente a esse quadro, em sintonia com o movimento de mulheres, nós consideramos que já não é mais possível continuar a lutar atualmente nesse organismo de nível institucional federal, hoje completamente paralisado, seja pelo total desvio de seus objetivos como re-

presentante legítimo das aspirações feministas, seja pela suspensão de sua autonomia financeira, que impede a execução de todos os programas propostos para este ano, inclusive a campanha relativa à saúde da mulher e ao programa de eliminação da discriminação nas leis ordinárias.

Permanecer neste organismo hoje é legitimar a arbitrariedade, é negar tudo aquilo por que lutamos até hoje. Saímos dignamente e voltamos às ruas, porque é lá, com nossas camaradas, todas unidas, que continuaremos a pedir uma sociedade igualitária, na qual homens e mulheres serão respeitados nas suas diferenças específicas, e esperamos o momento de retornar a um espaço institucional forte, legítimo, respeitado pela estrutura governamental.²⁰

Conhecíamos, em 1991, 49 conselhos regionais e municipais da condição feminina em todo país, mas vale ressaltar que parte desses conselhos era obra de mulheres de políticos que não tinham qualquer relação com o feminismo passado ou presente. Esses conselhos não eram garantidos por regulamentação constitucional e não tinham autonomia financeira.

Se as feministas brasileiras não voltaram às ruas nem a nenhum espaço institucional da esfera governamental, a movimentação feminista brasileira dos últimos anos conquistou uma grande visibilidade graças às atividades de mais de cem ONGs muito ativas na promoção de mulheres ou nos programas desenvolvidos em redes nacionais e internacionais no campo da educação popular, da saúde e dos direitos reprodutivos, da violência, e do meio ambiente. Ao visar a uma menor ocupação de espaços no seio de um Estado que, quando abre espaços do governo institui o poder real em outro lugar, elas estão certamente mais próximas de uma causa real sobre a realidade e a mudança social.

Se a modernidade social e cultural introduzida na sociedade brasileira dos anos 60 favoreceu a emergência de um pensamento feminino emancipador, a dureza da ditadura militar bloqueou toda possibilidade de agrupamento ou de mobilizações coletiva baseada em uma tomada de consciência de “gênero”, e isso foi determinante para a definição dos caminhos tomados pelas feministas brasileiras do início dos anos 70.

Certamente, o aparecimento de um feminismo renovado nos anos 70 reflete a necessidade das “mulheres em movimento” no Brasil criarem um movimento de liberação seguindo os modelos internacionais da época. É verdade que a conjuntura repressora havia dramaticamente restringido o campo de possibilidades para a propagação de discursos e de práticas similares aos dos movimentos contestadores que aparecem no mesmo período

que aqueles que se opunham ao regime militar, querendo assim explorar todas as possibilidades organizacionais como força de pressão para o reforço de um pólo democrático, tudo foi feito para controlar as mobilizações feministas. Conseqüentemente, a repressão policial de um lado, o sectarismo e a mente fechada de um vasto setor da esquerda brasileira, de outro, contribuíram para sufocar alguns conteúdos ideológicos utópicos que nunca saem completamente de seu estado embrionário.

Construído e reforçado por uma grande maioria de feministas como movimento, sua organização e institucionalização progressivas, nos anos 80, contribuíram para o lento processo “de transição negociável” da ditadura militar à Nova República. Dificilmente poderia ser diferente. Uma perda paulatina do ideário originário e uma neutralização considerável e rápida das pequenas aquisições políticas, no plano institucional, desvendaram a permanente reconstrução das relações de poder — notadamente as de gênero —, bem como revelaram a prática de determinadas manobras políticas e sócio-culturais que encontramos em toda a história da sociedade brasileira.

Notas

1. Grande movimento cultural dos anos 60, expresso por um grande *boom* musical, literário e das artes plásticas.
2. No texto original, a autora utiliza a expressão “mal sans nom” criada por Betty Friedan, líder da corrente liberal do novo feminismo norte-americano, para referir-se ao vazio e a angústia que sentiam as mulheres do lar dos anos 60 nos Estados Unidos. (N.T.)
3. Cf. C. A. Messéder Pereira, *Retrato de época: Poesia marginal anos 70*, Rio de Janeiro, 1981.
4. Deve-se ressaltar que se os movimentos de liberação das mulheres nas sociedades democráticas ocidentais situavam sua originalidade na ruptura com os conteúdos e as práticas das feministas emancipadas do passado, as feministas brasileiras dos anos 70 consolidaram seu movimento na continuidade das lutas das mulheres pelo direito de voto dos anos 20.
5. Trata-se também de pesquisas sobre a reprodução humana, sobre o trabalho feminino e sobre a família que começaram a ser apresentadas e debatidas em encontros acadêmicos cada vez mais politizados, patrocinados por instituições universitárias renomadas, que reuniam os intelectuais de esquerda.
6. Essa “descompressão” prepara o evento do governo dito de “abertura política” e de “transição democrática”, do general João Figueiredo — 1979-1985.

7. Trata-se de um projeto de reforma do Código Civil, da criação de uma Comissão Parlamentar Mista de pesquisa sobre a situação da mulher na sociedade brasileira, de um projeto de reforma de leis trabalhistas, de um projeto de prevenção de gravidez de risco e, por fim, da promulgação da lei do divórcio em 1977.
8. Em novembro de 1982, aconteceram as eleições diretas para governador dos estados — pela primeira vez desde 1965 —, para cargos municipais e para senadores concomitante às eleições para o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas.
9. Cf., de maneira geral, a socialização e a educação da mulher no Brasil, assim como as posições feministas sobre o tema, em F. Rosemberg e R. P. Pinto, *A educação da mulher*, São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
10. Trata-se de uma visão geral sobre os direitos da mulher no Brasil e sobre as reivindicações feministas que tem a ver com o Código Civil. Cf. F. Verucci e E. Marino, *Os direitos da mulher*, São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
11. Cf. texto integral desse projeto em *IDAC/Projeto Mulher, Mulheres em Movimento*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
12. Para se ter uma visão geral sobre o aborto, a planificação familiar e a saúde das mulheres no Brasil assim como o ponto de vista das feministas sobre esses temas, Cf. C. Barroso, *A saúde da mulher*, São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
13. Tipo de estrutura criada pela coletividade feminista visando a responsabilizar as próprias mulheres por tudo aquilo que desrespeitasse o seu corpo.
14. Panfleto: “Mulheres: chegou a hora de lutar pelo aborto livre”, Rio de Janeiro, 1981.
15. Sigla de um programa de planificação familiar, estabelecido por um organismo norte-americano, que havia sido denunciado por suas práticas de esterilização em massa das mulheres do Terceiro Mundo.
16. Cf., por exemplo, o libreto *Controle da natalidade e planejamento familiar*, São Paulo, 1981, realizado pela Comissão de Estudos sobre a Planificação Familiar e Controle da Natalidade, resultado do Encontro de Valinhos, realizado por militantes do CMB-SP, da Associação das Mulheres, e do grupo Brasil-Mulher.
17. As atividades desses organismos eram sustentadas por um discreto apoio dos governos militares, adeptos de uma solução demográfica para os problemas econômicos.

18. Constituição. República Federativa do Brasil, Brasília, 1988, pp. 12-14.
19. Em 1988, de 2,8 milhões de partos realizados, 40% eram por cesariana.
20. Documento difundido pelo grupo demitido do CNDM, em 1989.

Abstract. The main argument put forward is that the proposals of feminism took shape both in the political and institutional mechanisms and in the political practices that gave its visibility to the feminist perspectives and gave its impetus as a privileged space for political action.

Résumé. L'article reprend l'histoire du mouvement féministe au Brésil à partir des années 60, moment qui coïncide avec l'amorce de transformations profondes tant dans l'économie et la politique que dans les coutumes et les mentalités. Les réflexions prennent forme dans les mécanismes politico-institutionnels et dans les pratiques de lutte qui ont donné visibilité à la problématique féministe qui devient dès lors un espace privilégié de luttes sociales.

Referências bibliográficas

- BARROSO, C., (1985) *A saúde da mulher*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- Comissão de Estudos Sobre a Planificação Familiar, (1981) *Controle da Natalidade e Planejamento Familiar*. São Paulo.
- MESSÉDER PEREIRA, C. A., (1981) *Retrato de época: Poesia marginal anos 70*. Rio de Janeiro.
- ROSEMBERG, F. & PINTO, R. P, *A educação da mulher*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- VERUCCI, F. & MARINO, E., *Os direitos da mulher*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.

Tradução de Joana Girard Ferreira Nunes e Emmanuelle Girard Ferreira Nunes.

Resenhas



Educar: Una profesion de mujeres?

Silvia Cristina Yannoulas*
por Analía Soria Batista**

A obra em análise é uma tese de doutorado que aborda a feminização do normalismo e do magistério de primeiro grau no Brasil e na Argentina, entre os anos 1870 e 1930. Trata-se de um período de organização dos Estados nacionais, dos sistemas educativos nacionais e de procura de produção de identidades nacionais. Nesse contexto, a expansão da educação de primeiro grau é instrumento privilegiado na produção da identidade nacional, com vistas à integração social.

A recuperação das concepções de feminidade e de atividade docente — a partir das quais mulheres brasileiras e argentinas foram incorporadas nesse momento histórico às tarefas docentes — ilumina, no estudo, o significado das diferenças e igualdades entre homens e mulheres no período. A reconstrução do processo de feminização, em suas dimensões quantitativa e qualitativa é realizada por intermédio da Escola Normal de São Paulo — atual Escola Estadual de primeiro e segundo graus Caetano de Campos — e da Escola Normal de Paraná — atual Escola Normal Superior José Mario Torres.

Duas perspectivas fundamentais fundamentam o estudo: a de gênero e a de latino-americanidade. Para se realizarem, ambas exigem a implementação do método comparativo. De fato, a comparação está presente não só na avaliação dos processos acontecidos no Brasil e na Argentina, mas também nas análises nacionais dos discursos masculinos e femininos, na avaliação

* YANNOULAS, Silvia Cristina é pesquisadora da Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina.

** Analía Soria Batista é professora doutora visitante do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, pesquisadora do laboratório de psicologia do trabalho — LPT da Universidade de Brasília, coordenando a área de sociologia do trabalho desse laboratório.

da atividade docente e na identidade de gênero, no estudo dos processos de feminização do normalismo e da profissão docente.

É propósito do estudo contribuir para a produção de um saber no campo da sociologia histórica da educação, construído a partir da perspectiva de gênero. Para a autora, não se trata de resgatar a história das mulheres, e sim de reescrevê-la a partir de um dado fundamental do real que foi negligenciado: o masculino e o feminino como conceitos culturais historicamente conformados, por meio de uma relação de mão dupla.

Quem escreve? Uma intelectual latino-americana para quem o gênero não é só modo de classificação social a ser identificado e resgatado no real. Para ela, o sujeito cognoscitivo é portador de uma identidade de gênero que intervém na produção dos saberes científicos. Radical, lança um desafio ao levantar uma questão epistemológica fundamental, embora não se estenda nesta reflexão.

Para a autora, no Brasil e na Argentina, a feminização dos alunos normalistas legitimou-se a partir da identidade feminina construída à época em torno do conceito de “mãe educadora”. A produção dessa identidade haveria fomentado o ingresso de mulheres na profissão docente no primeiro grau do sistema educativo, em um período de retração da participação feminina na força de trabalho total. Além disso, a feminização dos alunos normalistas e da profissão docente foram influenciadas pelo caráter das políticas públicas de governo em matéria educativa.

Não é possível fazer aqui referência a cada capítulo da obra, embora sejam todos de grande interesse e originais na articulação das questões. Apenas creio necessário destacar a elaboração teórica realizada pela autora no capítulo primeiro, no qual articula a análise da passagem dos estudos da mulher aos chamados estudos de gênero, discutindo olhares filosóficos presentes na produção científica e tornando explícita a relação de mútua influência entre produção dos saberes e formas de organização e luta das mulheres na sociedade. No entanto, tratando-se de um estudo que se debruça sobre dois dos grandes países da região, chama a atenção a brevidade da discussão latino-americana sobre a problemática em questão, embora isso possa estar associado à ausência de suficientes estudos de gênero nacionais/regionais no momento em que foi produzida a obra.

A autora elabora alguns “pontos de partida” para a investigação, que desejo ressaltar não só porque acompanham o percurso analítico e finalmente são rediscutidos no momento de fazer o balanço final da pesquisa, como também porque, em sua articulação, configuram uma das singularidades da obra.

De entrada, são apresentadas criticamente visões maniqueístas sobre o significado que teve o século XIX para as mulheres: de um lado, foi um período sombrio, de outro, um período de libertação. Importante destacar que o trabalho desenha um território de contradições, a partir do qual se consegue a superação dessa visão.

Para situar a discussão sobre gênero nesse século, utiliza dois conceitos: o de igualdade e o de identidade. Novamente, a estratégia da análise busca identificar, no real, processos contraditórios que constroem “novas” realidades. A sociedade capitalista industrial ocidental impôs um postulado de igualdade entre os sexos que entrou em conflito com o anterior, o da existência de identidades de gênero diferentes. Destaca que a identidade feminina e a masculina, próprias do gênero vernáculo, foram reelaboradas pelo filtro da igualdade moderna e capitalista.

Para a autora, a identidade feminina do século XIX foi construída com base em argumentações “ecológica” e essencialista. Essas colocaram como ideal feminino primordial a maternidade, e como espaço feminino privilegiado, o privado. Assim, maternidade, família e esfera privada, foram redefinidas em um contexto histórico marcado pela aparição de Estados nacionais, da industrialização e da urbanização.

Já a identidade masculina foi construída sobre a base das argumentações política e essencialista. Segundo essas, o homem deveria desempenhar funções produtivas e públicas, e eram atributos masculinos a força física, a agressividade, racionalidade etc.

A autora olha para a América Latina utilizando os conceitos de igualdade e identidade, ao destacar que, na região, a docência na escola de primeiro grau foi considerada atividade a ser desenvolvida por seres humanos sem distinção de sexo — igualdade. Mas, segundo o argumento naturalista da identidade feminina, as mulheres poderiam realizar melhor essa tarefa. A escassa remuneração das profissionais do ensino justificava-se, em grande parte, pelo argumento ecológico da identidade feminina: as mulheres complementam salário familiar; o homem — pai ou esposo — é o principal provedor.

Um outro ponto de partida do estudo, é a abordagem da divisão sexual do trabalho. O processo de urbanização e de industrialização do século XIX levou à separação da esfera doméstica da esfera do trabalho produtivo. As atividades domésticas foram consideradas como não-trabalho. O trabalho feminino remunerado ficou em desvantagem — salário - condições de trabalho —, em relação aos dos homens, devido ao papel designado ao homem como principal provedor no grupo familiar. As mulheres concen-

traram-se em determinados tipos de ocupação devido à naturalização de suas características. A legislação protetora das mulheres produziu uma imagem da mulher como ser dependente, e das assalariadas como um grupo excepcional e vulnerável, restringido a certos tipos de emprego. Conclui a autora que a participação feminina no mercado formal foi permitida mas não promovida, porque as funções principais das mulheres eram a maternidade e a preservação do núcleo familiar.

Essa análise referida especialmente à situação das mulheres européias, é válida para América Latina? Há contraste entre Europa e América Latina. De fato, segundo a autora, houve na região exceções, porque o papel docente das mulheres foi fomentado a partir do próprio Estado, e não apenas permitido ou tolerado.

As definições de Arendt sobre espaço privado, social e público são trazidas à tona para discutir e repensar o feminino e o masculino no século XIX, em especial a feminização da docência latino-americana no primeiro grau do sistema educativo nacional. Esclarece que o esquema clássico de interpretação, que assimila o privado ao feminino e o público ao masculino, não dá conta da real situação de homens e mulheres no século XIX. Levanta que, naquele momento, não todo o não privado era proibido à mulher e não todo o público estava aberto a todos os homens. De fato, a tarefa docente, considerada extensão das atividades domésticas e a própria escola de primeiro grau se ubicaram na esfera social. Analisa que as mulheres contribuíram individual e coletivamente na produção da esfera social durante esse século, a partir de ações assistenciais e de profissões como a docência ou enfermagem.

Nos estudos de caso sobre escolas normais do Brasil e da Argentina, a autora explicita os diversos modos como mulheres e homens foram vinculados aos cursos normais, e ao corpo docente de primeiro grau. Reconstrói o processo de feminização em suas dimensões quantitativa e qualitativa. Essa diferenciação produzida é importante. De fato, o estudo mostra que as dimensões do processo de feminização não coexistem necessariamente, podem avançar a ritmos diferentes, ou fazer presente apenas uma delas. Avisa sobre a utilização de fontes heterogêneas quanto à origem, aos destinatários e aos objetivos. Alerta que procura detectar discursos alternativos à concepção de "mãe educadora", como base desse processo de feminização.

Na região, a maternidade espiritual foi associada ao exercício da docência na escola elementar. Se as mulheres eram encarregadas de cuidar das crianças no lar, porque não poderiam fazê-lo nas escolas? Segundo a autora, em grande parte, essa assimilação entre as tarefas do lar e do trabalho perdura até hoje.

Mães e maestras, na América Latina, as mulheres foram chamadas a colaborar na integração nacional. Mas essa interpelação política, que levou à feminização da profissão docente, não aconteceu sem conflitos em cada país sob análise. A autora estabelece um interessante contraponto entre Argentina e Brasil, articulando diferentes níveis de análise. Sua análise parte das características diferenciais dos sistemas educativos nacionais — no Brasil, descentralizado, na Argentina centralizado —, e da opção da coeducação, diferente nos dois países, para compreender as singularidades que assumem, em cada contexto nacional, os processos de feminização das escolas normais e do exercício da docência no primeiro grau.

Qual o significado dessa incorporação à docência para as mulheres do século XIX, segundo a lente dessa mulher intelectual do século XX? É a partir de um estudo de caso singular que ela questiona as visões maniqueístas sobre a situação das mulheres no século XIX. A análise feita e o discurso da autora convencem: as educadoras profissionais, filhas de uma modernidade construída contraditoriamente pela confluência e pela articulação complexa de novos e velhos valores, conseguiram emancipar-se.

A incorporação dessas mulheres ao normalismo e ao magistério teve lugar em um contexto caracterizado por discursos que traduziam e construíam uma identidade feminina baseada na idéia de mãe educadora. Contudo, essa identidade não foi simples repetição de valores ou concepções tradicionais sobre as mulheres. A autora reivindica a modernidade dessas normalistas que se distanciavam cada vez mais dos modelos femininos de suas mães e avós. De fato, de mães educadoras, elas metamorfosearam-se em educadoras profissionais, participando na transmissão do saber considerado legítimo na sociedade. Comportamentos emancipadores acompanharam essa mudança, tais como circular livremente pelas ruas e instituições urbanas, obter dinheiro e posição própria, produzir novos espaços legítimos de exercício do poder, vincular-se ao feminismo e ao gremialismo docente, traduzir livros etc.

O título da obra é simples, porem sugestivo. Interroga, mas a resposta não é fácil. O percurso teórico e analítico desenhado pela autora permite refletir que profissão não tem sexo predefinido, ele é produzido socialmente e datado historicamente. Processos de feminização e de masculinização das profissões podem suceder-se ao longo da história, exigindo dos pesquisadores a descoberta e a reconstrução, em cada caso particular, de relações entre identidades de gênero e exercício das profissões, tanto como a articulação desses processos com mudanças de índole estrutural na sociedade.

Podemos dizer que educar “foi” uma profissão de mulheres. Dados re-

centes sobre o Brasil mostram que está tendo lugar uma desfeminização lenta da docência no primeiro grau. Ora, o presente estudo é base necessária e imprescindível desde o ponto de vista teórico e metodológico para compreender e abordar a atual incorporação de homens à docência no primeiro grau. A exposição é sugestiva, os percursos analíticos são motivadores.

Cidadania nas relações afetivo-sexuais no Brasil contemporâneo: Uma questão de políticas públicas

Almira Rodrigues*

por Luiz Mello de Almeida Neto**

Estruturada em cinco capítulos, além de introdução e das considerações finais, a tese “Cidadania nas relações afetivo-sexuais no Brasil contemporâneo: Uma questão de políticas públicas” coloca-nos diante da possibilidade e da necessidade de pensar sociologicamente questões tradicionalmente observadas como integrantes do universo do mundo privado. Em um texto enxuto e instigante, Rodrigues, sem dúvida, é bem sucedida naquilo que parece ser seu objetivo principal: “contribuir para a construção do estatuto sociológico das relações afetivo-sexuais, assim como para a compreensão das práticas afetivas e sexuais como direito de cidadania e objeto de políticas públicas”.

Embora as discussões teóricas acerca das noções de cidadania e de políticas públicas sejam interessantes, o que há de mais estimulante na abordagem proposta por Rodrigues é o convite implícito feito ao leitor para que visite o universo de sua cotidianidade, por meio de um olhar crítico e desconstrutor dos reducionismos que caracterizam a leitura do senso comum acerca da sexualidade e da afetividade, em uma perspectiva multidisciplinar que encontra na sociologia o seu ponto de partida e de chegada.

Antes de mais nada, o texto é fecundo ao identificar e descrever as diversas modalidades de relações afetivo-sexuais, classificando-as e caracterizando-as a partir de dois tipos ideais básicos: o encontro erótico — produzido a partir da circulação de parceiros — e a relação amorosa — estrutura-

* RODRIGUES, Almira, (1998) “Cidadania nas relações afetivo-sexuais no Brasil contemporâneo: Uma questão de políticas públicas”. Tese de doutoramento em sociologia, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia.

** Luiz Mello de Almeida Neto é doutorando em sociologia da Universidade de Brasília.

da a partir da fixação dos parceiros. Enquanto o encontro erótico seria um espaço de “desregulamentação afetivo-sexual”, a relação amorosa poderia assumir três feições básicas: 1. namoro, espaço de socialização afetivo-sexual; 2. casamento ou união consensual, espaço de institucionalização afetivo-sexual; e, 3. relação amorosa homossexual e relação amorosa extraconjugal, espaços de contestação afetivo-sexual.

Por outro lado, para Rodrigues, as relações afetivo-sexuais poderiam também assumir duas outras feições ideal-típicas, quando pensadas na perspectiva da dinâmica das relações de poder que lhes são constitutivas: 1. a de simetria política, construída a partir da negociação e do entendimento; e, 2. a de assimetria política, caracterizada por lógicas de dominação e de subordinação. Assim, embora as relações afetivo-sexuais possam ser caracterizadas como portadoras de uma simetria constitucional — as posições de sujeito e de objeto amoroso são fundantes e recíprocas — a construção de simetrias políticas é sempre um desafio para os sujeitos envolvidos, uma vez que esses sujeitos adentram as relações com diferentes recursos e estratégias.

A partir desse entendimento do universo das relações afetivo-sexuais, sempre pensado no contexto de modernidade e de contemporaneidade brasileiras, Rodrigues destaca a participação dos movimentos de mulheres — em especial, o feminista — e homossexual, nas lutas contra a subordinação do feminino ao masculino, por meio da politização das relações afetivo-sexuais e da distensão do sentido de cidadania para o âmbito do privado, e contra o enclausuramento dos afetos e das sexualidades ao universo das relações homem-mulher, o qual ignora as dimensões social e psíquica do coletivo casal, sobrevalorizando a dimensão biológica.

Ao destacar as transformações ocorridas na sociedade brasileira, nas três últimas décadas, no âmbito das relações afetivo-sexuais — exercício da sexualidade fora do casamento e do contexto reprodutivo, dissociação entre reprodução e casamento, questionamento da subordinação da mulher ao homem, aumento do número de divórcios e crescente visibilidade da homossexualidade —, a recém-doutora chama a atenção para os graves problemas que comprometem o exercício da sexualidade e da afetividade em uma perspectiva cidadã: irresponsabilidade no exercício da sexualidade, tendo como conseqüência o aumento dos casos de DST/AIDS e a gravidez indesejada; a violência sexual e doméstica; a violência contra gays, lésbicas e travestis; o comprometimento das condições de concepção, contracepção e interrupção da gravidez e a sobrecarga das mulheres quanto à responsabilidade pela socialização de crianças.

Nesse contexto, uma das idéias centrais desenvolvidas na tese de doutoramento diz respeito ao entendimento de que as mudanças na legislação, as ações governamentais, a atuação de sujeitos políticos humanistas e a produção e difusão científico-tecnológica constituem indicadores importantes de que as relações afetivo-sexuais estão sendo objeto de atenção específica no âmbito das políticas públicas e nas lutas pelo redimensionamento da noção de cidadania, de forma que essa não incorpore apenas direitos políticos, civis e sociais, mas também a dimensão de subjetividade, as relações interpessoais na esfera privada e a idéia de cidadania mundial.

Rodrigues elege a análise da legislação aprovada e das proposições em tramitação no Congresso Nacional, referentes à sexualidade, relações afetivo-sexuais e reprodução humana como o objeto de pesquisa empírica de sua tese. Para ela, no tocante à legislação aprovada no período 1970-1996, a Lei do Divórcio (1977, e flexibilizações posteriores) e a Constituição Federal (1988), que possibilitou a redefinição dos “contratos” conjugais e apontou novas responsabilidades para o Estado no que diz respeito às questões antes referidas, são os marcos principais.

Quanto às proposições em tramitação, que são agrupadas em cinco grandes categorias, a autora destaca que, embora destinadas a todos os brasileiros, as mesmas procuram assegurar avanços para três agrupamentos sociais específicos: os segmentos mais pobres, as mulheres e os homossexuais, os quais vivenciam, recorrentemente, situações de violação de seus direitos de cidadania, em função da condição sócio-econômica, do gênero e da orientação sexual, respectivamente. Registre-se, ainda, que, para Rodrigues, as proposições mais polêmicas são aquelas que tratam da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e da descriminação e legalização do aborto.

Nossa autora enfatiza que as lutas travadas no âmbito do Congresso Nacional, com vistas à aprovação ou à rejeição dessas proposições, expressam as tensões existentes entre particularismo e universalismo, que encontram nas forças conservadoras e tradicionais, bem como nas forças progressistas, respectivamente, defesas da exclusão e da inclusão. Como principais obstáculos à universalização da cidadania na esfera das relações afetivo-sexuais, Rodrigues destaca a lógica religiosa conservadora, que ignora o caráter laico do Estado e pretende impor a todos sua moral, e a lógica liberal, que advoga o esvaziamento das funções do Estado e de suas políticas sociais.

Como conclusão, deparamo-nos com uma defesa quase irrestrita da necessidade de políticas públicas como instrumentos de garantia da cidadania

na esfera afetivo-sexual, uma vez que sua ausência implicaria a manutenção de uma situação de desigualdade estrutural, em que a cidadania — no âmbito da sexualidade, das relações afetivo-sexuais e da reprodução — ficaria circunscrita aos segmentos sociais mais favorecidos economicamente, aos homens e aos heterossexuais. Para Rodrigues, apenas uma ética fundada na igualdade e na diversidade, bem como na justiça social e na tolerância pode ser o ponto de partida para a elaboração e a implementação dessas políticas públicas.

Sem dúvida, o Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília acaba de formar uma doutora que tem muito a dizer. Suas reflexões representam uma contribuição fundamental para o entendimento das transformações em curso no universo da sexualidade e da afetividade. Indiscutivelmente, existem lacunas em seu trabalho, especialmente no que diz respeito a um maior aprofundamento teórico acerca dos conceitos “cidadania” e “políticas públicas” e sua problematização no contexto do mundo privado. O mais relevante a ressaltar, no entanto, é que os caminhos percorridos por Rodrigues apontam trilhas promissoras para todos aqueles que querem assumir o desafio de compreender como vem se dando a politização da vida privada no Brasil contemporâneo, particularmente no tocante à ampliação da liberdade e da responsabilidade dos sujeitos individuais e coletivos na busca de felicidade e prazer num mundo hostil e em transformação crescente.

Espero que em breve a tese possa ser transformada em livro, e que não apenas os sociólogos, mas todos aqueles que se interessam por compreender o seu tempo possam desfrutar das inquietações, dos questionamentos e das assertivas que Rodrigues sedutoramente nos apresenta.

Honradas e devotas
Mulheres da colônia.
Condição feminina nos conventos e
recolhimentos do Sudeste do Brasil - 1750-1822

Leila Mezan Algranti*
por *Lourdes Bandeira,*
*Deis Siqueira e Silvia Yannoulas***

O ano de 1993 foi bastante produtivo no que diz respeito à recuperação do passado colonial das mulheres no território brasileiro. Destaca-se, nesse sentido, a edição conjunta por parte da EdUnB e da José Olympio, de uma trilogia: *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*, de Mary del Priore; *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, de Luciano Figueiredo; e o que ora resenhamos. Soma-se, ainda, a essa trilogia, a publicação, pela Bertrand Brasil, de *Rosa Egípcíaca. Uma santa africana no Brasil*, de Luiza Mott.

Esse conjunto de livros permite uma melhor compreensão das condições das mulheres e das formas de representação do feminino que povoavam o Brasil colonial, contemplando as diversas regiões e camadas sociais, bem como as situações ambíguas e paradoxais vividas pelas mulheres nos processos de normatização-punição e transgressão, vida religiosa-mística e laica-secular, trabalhos femininos produtivos e reprodutivos. Sua leitura, além de edificante e até mesmo divertida, também é interessante em termos

* MEZAN ALGRANTI, Leila, (1993) *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro, EdUnB, José Olympio.

** Lourdes Bandeira e Deis Siqueira são professoras do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília; Silvia Yannoulas é pesquisadora da Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina.

informativos, na medida em que reflete um grande investimento na procura e na divulgação de fontes documentais pouco conhecidas. Assim, a recomendação dessas obras não se restringe a historiadores e a historiadoras que estudam e pesquisam as mulheres ou as relações de gênero, mas também pode ser feita aos historiadores em geral, aos sociólogos, aos antropólogos, aos pedagogos, entre outros.

O livro de Algranti, professora de história da Universidade de Campinas, ancora-se em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo, em 1992. Trata da reclusão institucional feminina na Colônia, pesquisando conventos e recolhimentos femininos. Compõe-se de três partes. A primeira, “Levantando os muros da clausura”, refere-se à explicitação e à definição da problemática da clausura feminina em instituições religiosas, sobretudo os conventos e os recolhimentos de mulheres, no contexto das relações Colônia-Metrópole. Embora as populações laicas tenham solicitado reiteradamente a instalação de conventos com as mesmas regras e princípios dos existentes na Metrópole, a Coroa negou-se sistematicamente a atender tais pedidos. Isso porque essa privilegiava os matrimônios. Assim, “Espaços de reclusão feminina, os conventos e recolhimentos da Colônia surgiram... como resposta das populações da região Sudeste à política metropolitana contrária ao enclausuramento das mulheres” (106).

Se, por um lado, a autora esclarece o quanto a reclusão foi uma opção importante para as mulheres na Época Moderna, por outro, instiga-nos, ao buscar, para além das generalidades, as diferenças e particularidades da realidade. O objetivo da pesquisa, portanto, foi “detectar os aspectos comuns da vida das mulheres reclusas, sem perder de vista as diferenças e distâncias que mantinham entre si” (4). Nesse esforço, a historiadora lançou mão de dois tipos de fontes, as civis e as eclesiásticas, no intuito de desvendar a combinação entre três aspectos da problemática: Igreja - modelo institucional, Colônia - situação estrutural, e mulheres reclusas - as protagonistas. Nesse sentido, demonstra, por exemplo, o quanto a política da Coroa portuguesa, no que toca ao enclausuramento na Metrópole, foi diferente em relação à política para a Colônia e mesmo o quanto teria sido distinta a situação vivida pelas mulheres na América espanhola, onde “a vida monacal feminina contou com apoio institucional para florescer” (322).

A segunda parte, “Mulheres enclausuradas”, prioriza o significado da clausura em termos da honra e da virtude das mulheres. Indica como as primeiras fundações de casas de reclusão feminina — religiosas ou leigas — surgem, no Sudeste brasileiro, entre o final do século XVII e meados do XVIII, ou seja, quando o pólo econômico deslocava-se do nordeste para as

regiões de mineração. Essas casas são definidas como “instituições de caráter misto, que serviam tanto às necessidades religiosas, como aos interesses mais mundanos, granjeando o apoio das autoridades civis e eclesiásticas e de particulares, conforme os objetivos explicitados no momento de suas fundações. Moldaram-se às realidades americanas e desempenharam múltiplas funções, independentemente do fato de serem denominados conventos ou recolhimentos e de terem ou não autorização régia ou papal para funcionarem” (106).

Sistematiza, a partir de uma dimensão quantitativa e qualitativa, a população feminina nas instituições de clausura, destacando que, entre 1750 e 1822, os Conventos da Ajuda e de Santa Teresa, do Rio de Janeiro, os Recolhimentos de Santa Tereza e da Luz, em São Paulo, e o Recolhimento de Macaúbas, em Minas Gerais, abrigavam 361 mulheres e meninas.

A última parte, “À sombra dos círios: O cotidiano das mulheres sós”, descreve e analisa o cotidiano das mulheres enclausuradas, enfatizando a disciplina — o tempo do sino —, a sociabilidade, a educação e as práticas devotas e místicas — virtude, obediência, pobreza, castidade, penas e culpas —, sendo que a castidade era a preocupação central por parte dos bispos e dos guias espirituais e, portanto, da legislação que se fazia a respeito.

No que toca à metodologia, destaca-se a particularidade de um dos instrumentos utilizados pela autora em sua investigação quando recorre a histórias de vida de um conjunto significativo de mulheres: a infanta dona Joana, princesa de Portugal, filha do rei dom Afonso V; Jacinta de Jesus, no Rio de Janeiro, fundadora da Ordem Carmelita no Brasil; e as filhas da famosa mineira Chica da Silva com o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira. Essas histórias refletem diferentes formas de institucionalização da clausura feminina. Simultaneamente, ao lançar mão de “contos” diferenciados — uma princesa, uma santa e as filhas da transgressora Chica da Silva —, permitiu-nos pensar mais globalmente, ou seja, a própria clausura como fenômeno da modernidade no Ocidente.

Nessa direção também demonstra como a reclusão de mulheres no Brasil colonial nem sempre se dava de forma voluntária, por escolha vocacional ou por devoção das jovens. Ao contrário, muitas mulheres leigas foram enclausuradas em nome das normas morais e religiosas, com o intuito de se preservar a castidade e os bons costumes, ou simplesmente pelo desejo dos pais. A clausura feminina fundamentava-se em várias situações diferenciadas: a preservação da honra e da virtude, leia-se controle da sexualidade, a punição à rebeldia, a devoção e a educação das meninas e também para afastar as mulheres do espaço público, com a justificativa de protegê-las,

ainda que o objetivo verdadeiro fosse, na maioria dos casos, puni-las. Os motivos podiam ainda ser a falta de pretendentes, a falta de dote ou a devoção do país. Destaca-se, portanto, o caráter duplo dos recolhimentos: casa de correção e educandário. Assim, esses podiam ser, além de casa para órfãs, local para serem colocadas mulheres em depósito e casas de correção para aquelas que ameaçassem a honra da família. Apesar do título do livro destacar as “honradas e devotas”, o texto vai elucidando como na clausura encontravam-se também as desonradas e as mulheres nem tanto devotas.

Contudo, Leila Algranti tem o cuidado de também trazer à tona as diversas formas de resistência das mulheres na Colônia, criticando, com razão, pesquisas mais recentes que, ao questionarem as imagens e as representações das mulheres consagradas pelos autores clássicos da história e da antropologia brasileiras, como mulheres passivas, submissas e reclusas, mulheres do lar ou do convento, tenderam a construí-las de forma desfavorável, ou seja, como mulheres lascivas, rebeldes, sensuais e públicas. Assim, ao se criticar os discursos permeados por estereótipos de reclusão, de passividade e de religiosidade femininas, ter-se-ia criado outros: o da mulher rebelde e transgressora. “Em busca de um outro perfil da mulher brasileira, historiadores e antropólogos vasculharam os arquivos e não só comprovaram a participação da mulher na história, mas também localizaram múltiplos exemplos da combatividade feminina e de sua resistência à dominação masculina [...] Romper com o estereótipo da reclusão das mulheres pode significar excluir da história as menos ousadas, possivelmente a grande maioria” (59).

Ao destacar as distintas formas de resistência da mulheres, ao falar das “piedosas, místicas e visionárias”, indica como essas últimas colocavam-se na fronteira entre o permitido e o proibido e escapavam ao controle da Igreja, falando com a autoridade de “quem viu”, enquanto os outros não viram. “A visionária é... aquela que percebe, ou imagina perceber, por meio de comunicações sobrenaturais, coisas ocultas aos homens” (309). Ou seja, tratava-se de uma das formas de romper limites impostos às mulheres. Com as visões, essas invadem o território masculino, irrompendo na esfera pública, perturbando a ordem dominadora dos homens sobre as mesmas.

A autora chama ainda a atenção para o papel da indisciplina, sendo frequentemente chamadas de “surdas” as mulheres indisciplinadas que resistiam ao discurso normatizador e normalizador. Por sua vez, a própria clausura caracterizou-se, para muitas mulheres, como transgressão, na medida em que foi uma estratégia para fugirem de matrimônios indesejados ou de matrimônios sem sucesso. O matrimônio tampouco se realiza na Colônia, como

previsto pela Coroa. A aplicação de rígidos valores e de fortes interdições por parte da Metrópole aos trópicos, esbarrou na defasagem entre o projeto idealizado e sua realização. “Toda instituição que se alimenta de absolutos sofre da amenização e do arrefecimento de suas propensões totalizantes. A família patriarcal, instrumento de ordenação à lógica etnocentrista e androcêntrica européia, defronta-se com a concreta dominância e expansão dos concubinatos” (172). Apesar de a maioria das uniões não ser sacramentada e das diferenças de valores e de desejos existentes entre as diversas camadas sociais existentes na Colônia, havia um anseio bastante generalizado, pelo menos para as mulheres livres: a conquista de um “estado”, ou garantia de respeitabilidade e legitimidade, via matrimônio ou religião.

Como já se pôde notar, uma das grandes qualidades do trabalho de Leila Mezan Algranti é seu trânsito pelas ambigüidades, contradições e movimentos da realidade e do período investigados. Assim, esse anseio de “dar estado” a todas as mulheres da família implicava, em muitos casos, arranjos domésticos, nos quais, necessariamente, alguma ou algumas das filhas tinham de se enclausurar para que outra ou outras pudessem casar-se. O matrimônio e a vida religiosa eram, conseqüentemente, as combinações importantes que se fazia na Colônia, na orquestração criativa das práticas sociais. A autora é bastante perspicaz ao perceber a preservação da honra não apenas como aspecto referente às mulheres, mas sim como elo entre os gêneros e como eixo da família: o comportamento das mulheres — esposa e filhas — como responsável pela honra de maridos, de pais e da própria família.

A figura feminina foi lida e apreendida como elemento constituinte da imensa e variada gama de personagens expurgados do sistema e das normas colonialistas. Permite-nos, então, localizá-la como imagem simbólica fundamental para a compreensão das contradições que imperavam na sociedade colonial. Nesse sentido, a historiadora deparou-se com referências à conduta moral das mulheres, cujos pais ou maridos solicitavam a interferência do Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, para enviá-las ao recolhimento feminino da Santa Casa da Misericórdia. Essa documentação sugeria que os recolhimentos eram “soluções possíveis para mulheres que, de certa forma, não correspondiam às expectativas da sociedade, isto é, esposas infiéis e filhas insubmissas. Mas a documentação da polícia também apontava na direção de outras mulheres: órfãs, viúvas, ou aquelas cujos maridos estavam ausentes temporariamente” (3).

Se, por um lado, havia mulheres devotadíssimas, que respeitavam rigorosamente os regulamentos, por outro, havia as que utilizavam o espaço da

clausura para terem uma vida mais livre e mais independente do que poderiam usufruir junto aos familiares. Esse é o tema dos capítulos V e VI. Assim, além das grandes qualidades do texto no que toca à identificação das ambigüidades, dos paradoxos, dos movimentos, lembramos, também, o cuidado que as subjetividades merecem: “havia um destino para cada uma, mas que elas moldavam a seu gosto” (238). Havia um ideal de vida para as mulheres — serem honradas e devotas — e a clausura era uma forma ou uma opção para a realização desse ideal. Para muitas mulheres, no entanto, essa opção se deu porque negavam tal ideal. Assim, eram locais para devotas e, paradoxalmente, locais também para o “rebotalho” da sociedade.

Outro aspecto interessante diz respeito ao fato de os conventos e os recolhimentos serem situados como espaços de projeção dos valores da sociedade, interagindo com a mesma. Não eram, assim, instituições totalmente fechadas. A autora identifica um duplo movimento de encerramento-interação entre os conventos-recolhimentos e a sociedade envolvente, além de identificar a existência de hierarquias entre os mesmos.

Ademais, Leila Algranti demonstra que se, por um lado, a preocupação principal era com a honra e com a virtude da mulher, por outro, o recolhimento era a única opção educacional para as mulheres da Colônia no século XIX, na falta absoluta de ensino institucionalizado.

No que toca, entretanto, ao contexto educacional durante o período, a autora atribui ao catolicismo a origem e a expansão da universalização da instrução popular e da imagem da “mãe-educadora”. Necessário se faz observar que esses ideários educacionais tiveram a sua verdadeira origem no âmbito do protestantismo, seja pela necessidade da leitura direta de textos sagrados por parte dos fiéis, seja pela construção discursiva da figura maternal, mediante as análises feitas pelos pedagogos da época.

Para o protestantismo, a alfabetização e a instrução popular eram fundamentais, dado que assim os fiéis poderiam ler a Bíblia em língua vernácula. O papel da esposa do pastor, nesse contexto, também era importante, na medida em que a educação se fazia extensiva às crianças da comunidade. As análises da expansão da alfabetização na Europa também o demonstram, pois, segundo vários historiadores, o conjunto da Europa católica concentrava em torno de 70% a 80% de analfabetos, que não sabiam ler os textos bíblicos elementares, enquanto na Europa protestante esses índices caíam para 55% a 65% de analfabetos.

Em relação ao conceito de “mãe-educadora”, faltou à historiadora perceber que as primeiras idéias e realizações nesse domínio deveram-se também a países vinculados à Reforma protestante. Não só os primeiros

pedagogos que trabalharam o conceito, articulando a figura da mãe à educação, eram da Europa protestante — Comenio, Pestalozzi, Froebel, entre outros —, mas também as primeiras realizações da prática institucionalizada do magistério feminino foram norte-americanas. Ao contrário, na França, Rousseau propôs a educação dos filhos fora do âmbito maternal e no modelo jesuíta também não havia espaço para a figura materna.

A ambigüidade do texto, nesse ponto, permite-nos perguntar qual seria — se a Igreja Católica concedeu às mães um papel educador tão central — o sentido da clausura feminina que, como destaca a própria autora, no Brasil colonial, colocou meninas com menos de cinco anos de idade nos recolhimentos?

A autora consegue captar e descrever com acuidade as diferenças entre as respostas dadas pelas Coroas lusitana e espanhola, no que diz respeito às demandas locais de institucionalização da clausura feminina, indicando como os fatores econômicos e populacionais não podem explicar totalmente aquelas diferenças. No entanto, Algranti não consegue identificar as outras razões substantivas, os outros fatores que explicariam as diferentes respostas dadas pelas Metrôpoles. Se a limitação à expansão da clausura no território brasileiro era a política de Portugal, como se explicaria o fato de os recolhimentos e conventos coloniais terem entrado em decadência após a Independência?

A contribuição significativa da historiadora ancora-se em torno da demonstração da intolerância religiosa hegemônica em relação às mulheres. Se, por um lado, o discurso da Igreja confundia-se com o discurso do colonizador no uso excessivo da disciplina, do recato e da virtude das mulheres e no discurso da honra dos homens, por outro, os conventos e os recolhimentos representaram um artifício misógino contra as mulheres: local onde essas deveriam guardar seus corpos de seus próprios desejos, bem como dos desejos masculinos. Esse artifício permitiu assentar as bases para o projeto de higienização das cidades ocorrido no final do século passado e no início do século XX, tal como nos apresentou Margareth Rago, em sua obra *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*.

Por fim, apesar de as solteironas não terem sido objeto de estudo da autora, vale a pena apontar algumas questões que a própria leitura do texto suscita. Por exemplo, como se articulavam as opções de recolhimento e de celibato para as mulheres da Colônia? Que possíveis fatores levavam algumas a “optar” pelo celibato? Afinal, o que pode se destacar é que esse estado foi construído seja como “espaço marginal” — porque “renegadas” pelos homens —, seja como “espaço de devoção” — que se materializava,

sobretudo, na dimensão naturalizada do feminino: “cuidar” da casa, dos sobrinhos, dos idosos, dos doentes, praticar caridade etc. Portanto, todas as mulheres estavam “classificadas”, fixadas em um estatuto, ora com legitimidade e respeitabilidade, ora como marginais e como renegadas. Ainda assim, o que queremos enfatizar é que os códigos classificatórios-fixos não foram suficientemente rígidos para anular as ambigüidades, as resistências, as opções e os desejos próprios das mulheres.

Referências Bibliográficas

- BOWEN, James, (1985) *História de la educación occidental*, tomo III, “El Occidente Moderno. Europa y el Nuevo Mundo”. Barcelona: Herder.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle, (1994) *História das mulheres*, vol. IV, “O século XX”. São Paulo/Porto: Afrontamento/EBRADIL.
- RAGO, Margareth, (1985) *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOEIRO, Susan, (1979) “The feminine orders in Colonial Bahia, Brasil. Economic, social and demographic implications, 1677-1800”, in LAVRIN, Assunción (org.), *Latin american women historical perspective*. Conneticut: Greenwood Press, pp. 172-197.

Normas para publicação

I. Tipo de colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.
2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.
3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais.

1. Os artigos deverão ser enviados em disquetes acompanhados de três cópias, em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.
2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo em Português, com tradução em Inglês e Francês, que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).
3. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data, página).

4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

- Em caso de livro:

Vovelle, Michel (1987) *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense.

- Em caso de artigo:

Nunes, Brasilmar Ferreira (1991) "Revisitando aspectos da questão urbana". *Sociedade e Estado* Vol. VI, n.º 2: 19-113

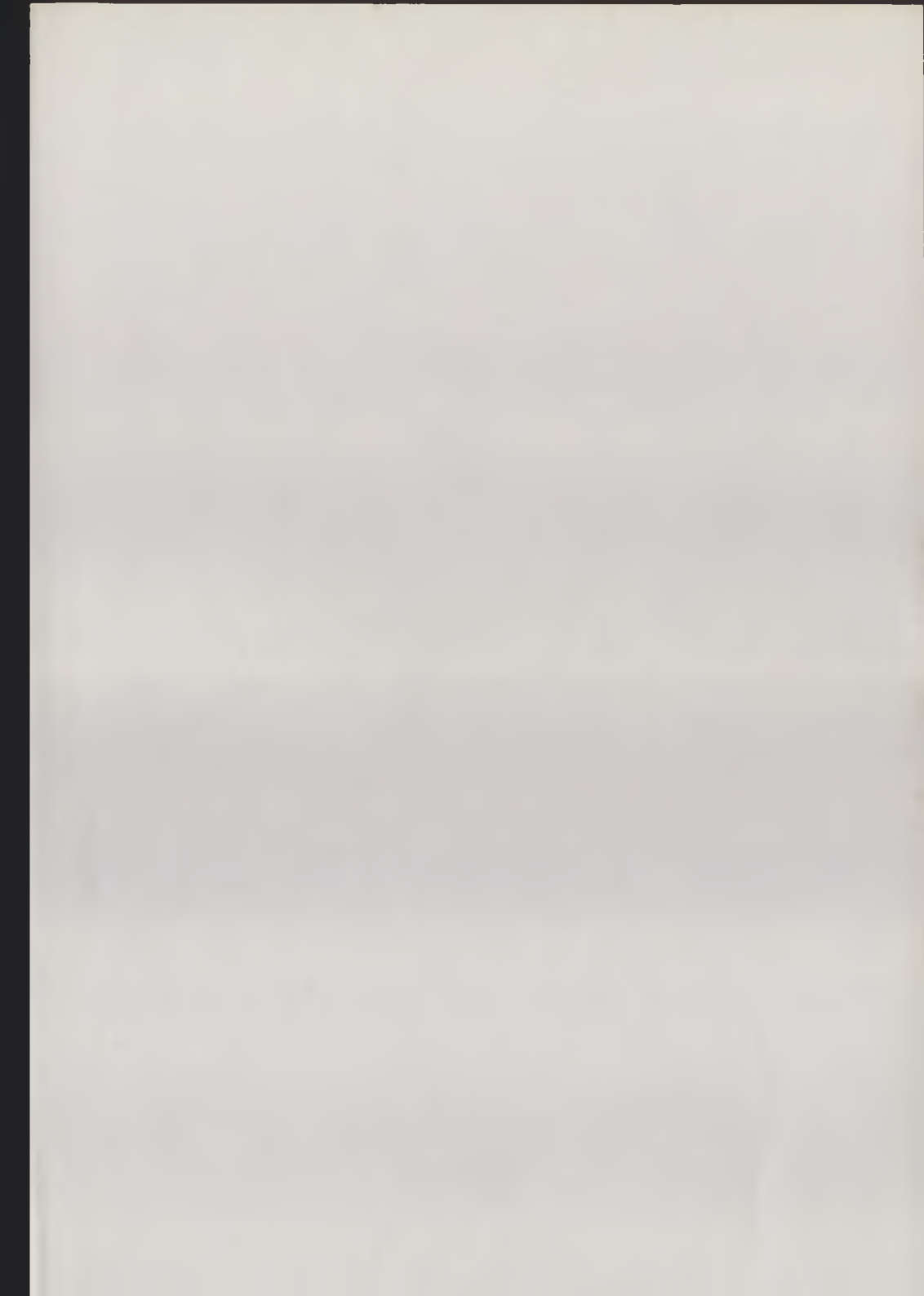
- Em caso de coletânea:

Oliveira, Lúcia Lippi (1990) "A Institucionalização do Ensino de Ciências Sociais" in H. Bomeny e P. Birman (orgs.), *As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj/Relume Dumará.

- Em caso de teses:

Santos, Marisa Veloso Motta (1991) *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: O mapeamento de uma formação discursiva*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.

IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na qual seu artigo foi publicado.



Impressão e Acabamento:

QUICK
PRINTER
IMPRESSOS RÁPIDOS

SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS - C. 02 - Nº 460 - "PARTE A" - CEP 70.610-400
BRASÍLIA-DF - FONES (061) 343-1300 / 343-1706 / 343-1778 - FAX: (061) 343-1495

O número da Revista *Sociedade e Estado* em torno da temática *Feminismos e Gênero* surgiu da oportunidade e da necessidade de se refletir sobre o que vem sendo identificado por alguns pensadores como a “desestruturação e crise do feminismo”.

O desafio foi tão frutífero que, como se pode observar em alguns dos textos que compõem este volume, a chamada “crise do feminismo” é vista como falaciosa, considerando que o que ocorre é um processo de ressignificação do feminismo. Todos os textos remetem, ainda que de diferentes maneiras, à importância do movimento como gênese do conceito de relações de gênero e como um meio de reestruturação do conhecimento no mundo contemporâneo. Ou seja, vivencia-se um momento ímpar, em que o feminismo pode ser lido em suas próprias ambigüidades, sendo que estas são compreendidas como constitutivas tanto do movimento feminista, como do conceito de gênero. Essas ambigüidades devem, por sua vez, serem pensadas, a nosso ver, em sua positividade.